

Resumo do Certame Licitatório

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 (PROCESSO Nº 004/2026)			
Órgão Gerenciador: <b>CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CINCOP/MT</b>			CNPJ: <b>59.558.305/0001-66</b>
Modalidade: <b>PREGÃO</b>	Forma: <b>ELETRÔNICA</b>	Modo de Disputa: <b>ABERTO</b>	Critério de Julgamento:  <b>MENOR PREÇO POR LOTE</b>
Data: <b>15/07/2026</b>	Horário: <b>09h30min (horário de Brasília)</b>	Plataforma: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>	
Exige Amostra?  <b>Item 3 - SIM</b>	Participação:  <b>AMPLA</b>	Reserva de Cota ME/EPP?  <b>NÃO</b>	Instrumento Contratual?  <b>SIM</b>
Registro de Preços?  <b>SIM</b>	Vistoria?  <b>NÃO</b>	Lei de Regência: Lei Federal nº 14.133, de 2021	Lei Complementar: L.C. nº 123, de 2006
Objeto: <b>REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAL PARADIDÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA EDUCAÇÃO BÁSICA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS, RESPONSÁVEIS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT</b>			
Valor Estimado: <b>SIGILOSO</b>			
Agente de Contratação: <b>CRISTIANE REGINA MESSIAS</b>		Ato de Designação: <b>RESOLUÇÃO Nº 011/2025</b>	
Download de edital e anexos:	O Edital completo, anexos e complementos poderão ser retirados no site do CINCOP-MT disponível no endereço eletrônico: <a href="https://cincop.mt.gov.br">https://cincop.mt.gov.br</a> no portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: <a href="https://pncp.gov.br/">https://pncp.gov.br/</a>		
Informações:	Agente de Contratação – Sede do CINCOP - Telefone: (65) 2123-1275. Atendimento: 07hs às 11hs e das 13hs às 17hs. E-mail: <a href="mailto:licitacao@cincop.mt.gov.br">licitacao@cincop.mt.gov.br</a>		



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 004/2026**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

O **Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 59.558.305/0001-66 e com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Hélio Schneider Paulus Neto, no uso de suas atribuições, na condição de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, comunica aos interessados que realizará **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA** auxiliado pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado do objeto abaixo indicado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** desta licitação, observado as condições do edital que rege este pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, nas disposições das

Resoluções nº 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009 e 014 e suas alterações, todas do ano de 2025 do CINCOP-MT e da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

**TIPO:** Menor preço por **LOTE**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 09:29 horas do dia 15/07/2026.

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Na mesma data e horário do recebimento das propostas, encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação apresentada, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09:31 às 10:30 horas do dia 15/07/2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09:31 horas do dia 15/07/2026.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)

**PLATAFORMA ELETRÔNICA:** <https://licitanet.com.br>

Formalização de consultas/encaminhamentos:

**LOCAL:** Sede do CINCOP/MT

**ENDEREÇO:** Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920, CPA, Cuiabá/MT, CEP 78.050-902

**Pregoeiro 1:** Cristiane Regina Messias

**Pregoeiro 2 (Pregoeiro Substituto):** Max Farias da Silva

**E-mail:** [licitacao@cincop.mt.gov.br](mailto:licitacao@cincop.mt.gov.br)

**Telefone:** (65) 2123-1275

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **contratação de empresa especializada no fornecimento de kits de material paradidático para implementação de programa de prevenção à violência contra a mulher na educação básica, destinados ao atendimento integral dos alunos, responsáveis e professores da rede pública de educação** para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO I**) e com os quantitativos estimados (**ANEXO VII**), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

Descritivo de Itens para Registo de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.
1	<p>Material paradidático <b>destinado a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária;</li> <li>b) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.</li> </ul> <p>O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1469).</p>	Anos Iniciais – Aluno 110.131
2	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e</li> </ul>	Anos Iniciais – Responsável do Aluno (mãe ou figura materna)

	<p>suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica,</p> <p><b>b)</b> A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1470)</p>	110.131
3	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo:</p> <p><b>a)</b> O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica,</p> <p><b>b)</b> A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1471)</p>	<p>Anos Iniciais          –          Responsável do Aluno          (pai ou figura paterna)          110.131</p>
4	<p>Material paradidático <b>destinado a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo:</p> <p><b>a)</b> publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária;</p> <p><b>b)</b> Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m<sup>2</sup>, impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.</p>	<p>Anos Finais          – Aluno          11.492</p>

	O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1472)	
5	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica,</li> <li>b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1473)</li> </ul>	<p>Anos Finais          –          Responsável do Aluno (mãe ou figura materna)          11.492</p>
6	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica,</li> <li>b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1474)</li> </ul>	<p>Anos Finais          –          Responsável do Aluno (pai ou figura paterna)          11.492</p>
7	<p>Material paradidático <b>destinado a alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJA</b>, voltado à prevenção da violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares aplicáveis à modalidade. O kit deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Publicação destinada ao aluno, com linguagem acessível, clara e contextualizada à realidade do público jovem, adultos e idoso, abordando temas como violência doméstica, direitos</li> </ul>	<p>EJA – Aluno          399</p>

	<p>da mulher, canais de apoio e desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à construção de relações respeitadas;</p> <p>b) publicação com projeto gráfico e editorial compatível com o público adulto, sendo impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 páginas;</p> <p>Conteúdo estruturado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, alinhado às diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, podendo contemplar, de forma complementar, as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1475)</p>	
8	<p>Kit de material paradidático destinado a <b>professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC.</p> <p>O kit deverá contemplar, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio, contendo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos;</li> <li>b) acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos;</li> <li>c) acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação;</li> <li>d) conjunto composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.</li> </ul>	<p>Anos Iniciais          – Professor          2.898</p>



	<p>e) Evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.</p> <p>f) As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas. (COP1476)</p>	
9	<p>Kit de material paradidático destinado a <b>professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. O kit deverá contemplar, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio, contendo, no mínimo:</p> <p>a) guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos;</p> <p>b) acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos;</p> <p>c) acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação;</p> <p>d) conjunto composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.</p> <p>e) Evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras</p>	<p>Anos Finais          – Professor          302</p>

	<p>acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.</p> <p>f) As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas. (COP1477)</p>	
10	<p>EJAI Kit de material paradidático <b>destinado a professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJAI</b>, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares da modalidade.</p> <p>O kit deverá contemplar, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio, contendo, no mínimo:</p> <p>c) guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos;</p> <p>d) acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos;</p> <p>e) acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação;</p> <p>f) conjunto composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.</p> <p>g) Evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2</p>	<p>EJAI –          Professor          20</p>



	<p>(duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.</p> <p>h) As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas. (COP1478)</p>	
11	<p><b>Sistema educativo de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher, destinado a estudantes, servidoras e docentes</b>, com foco na orientação comportamental, emocional, física e psicossocial, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, Lei Federal nº 14.889/2024 e demais normativas aplicáveis.</p> <p>O sistema deverá contemplar, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) disponibilização de conteúdos educativos digitais voltados à prevenção da violência doméstica, orientação socioemocional, identificação de situações de risco e encaminhamento para redes de apoio;</li> <li>b) acesso a ambiente digital (plataforma e/ou aplicativo) que possibilite a interação com os conteúdos, incluindo recursos de apoio ao usuário em situações de vulnerabilidade;</li> <li>c) funcionalidade de solicitação de ajuda, com possibilidade de envio de alertas (SOS) a contatos previamente cadastrados pelo usuário;</li> <li>d) recursos de compartilhamento de localização, quando aplicável, condicionados ao consentimento expresso do usuário e à observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018);</li> <li>e) disponibilização de relatórios periódicos, em formato consolidado e anonimizado, destinados à Administração Pública, com informações que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher;</li> <li>f) conteúdos estruturados com base em estudos e evidências na área de comportamento e violência doméstica, apresentados em linguagem acessível ao público-alvo.</li> </ul> <p>O sistema deverá ser acessível por meio digital, com compatibilidade para dispositivos móveis e computadores, garantindo usabilidade, acessibilidade e disponibilidade aos usuários. (COP1479)</p>	<p>Estudantes/          Servidoras e          professoras          67.632</p>

1.1.1. A necessidade de realização da presente licitação decorre da demanda formalmente apresentada pelos entes consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOPO-MT, visando atender à política pública de fornecimento de materiais escolares, pedagógicos e administrativos, organizados em kits por nível de ensino, destinados ao atendimento integral

dos alunos e professores da rede pública de educação básica dos municípios, em especial no combate de violência contra a mulher.

- 1.1.2. A presente licitação, conduzida de forma compartilhada pelo Consórcio, configura medida eficiente e vantajosa para os entes da federação, ao assegurar padronização, economia de escala e otimização logística. Ao centralizar a aquisição, reduz-se o custo unitário dos itens, garante-se maior qualidade e rastreabilidade dos produtos e racionalizam-se os recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação planejada contribui diretamente para a melhoria das condições de ensino e da assistência social, reforçando o compromisso da Administração Pública com a dignidade dos cidadãos e a efetividade das políticas públicas.
- 1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano.
- 1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e de acordo com as disposições do art. 4, da Resolução nº 001/2025, do CINCOP-MT.
- 1.4. O contrato ou documento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O CINCOP-MT é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação compartilhada.
- 1.6. Os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais desta licitação e não integram a ata de registro de preços, desde que atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 001/2025, na condição de “Órgão Não Participante”, poderão aderir à Ata de Registro de Preços, nos termos e condições previstas neste Edital.

## **2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- 2.1. São Órgãos Participantes do presente processo licitatório o Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT) e os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados conforme lista.
  - 2.1.1. **Entes da Federação:** Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Apiacás, Araputanga, Barão de Melgaço, Boa Esperança do Norte, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Campinápolis, Campo Verde,

Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Castanheira, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Confresa, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueirópolis D'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jauru, Juara, Juruena, Juscimeira, Lambari D'Oeste, Luciara, Marcelândia, Mirassol D'Oeste, Nortelândia, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Mutum, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubatã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Poconé, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leste, São Félix do Araguaia, São José do Rio Claro, Sapezal, Serra Nova Dourada, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale de São Domingos, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade.

2.1.2. **Entidade Interfederativa:** Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT)

2.2. As Associações de Municípios de Mato Grosso, após a assinatura de Convênio ou Termo de Cooperação Técnica com o CINCOP-MT, que poderão realizar contratações de produtos decorrentes deste processo administrativo licitatório, através de solicitação e autorização do Órgão Gerenciador.

2.3. São Órgãos Não Participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação e não integram a ata de registro de preços, mas que, atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e da Resolução nº 001/2025, podem fazer adesão à Ata de Registro de Preços.

2.3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública dos Entes da Federação que não aderiram ao Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCOP-MT e/ou não tenham participado do certame licitatório e/ou não estejam previstos no edital como órgãos participantes, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

2.3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento

decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

2.3.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

2.3.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.3.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador da utilização da ata de registro de preços, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, sob pena cancelamento unilateral da concessão, inclusive com cancelamento de autorização via APLIC ou outro mecanismo de controle, observado o prazo de vigência da ata.

2.3.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

2.3.8. É facultada aos órgãos ou entidades dos Entes da Federação a adesão a ata de registro de preços do CINCOPO-MT.

### **3. DAS AMOSTRAS (EXAME DE CONFORMIDADE) ENTREGAS E EXECUÇÃO**

3.1. Nos termos do art. 17, § 3º, do art. 41, inciso II e do art. 42, todos da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida, previamente à adjudicação do objeto, amostra no formato eletrônico de todos os itens listados, salvo os itens eventualmente pré-qualificados, dos quais não será exigida amostra, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no Termo de Referência e no Edital.

3.1.1. O licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as amostras de todos os itens através, com suas respectivas embalagens, que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até **10 (dez) dias úteis** após o encerramento da disputa dos lances.

3.1.1.1. O pregoeiro enviará mensagem através da Plataforma Eletrônica solicitando apresentação das amostras, no prazo estabelecido.

- 3.1.1.2. Com as amostras, a licitante deverá comprovar que cumpre totalmente todas as exigências dos itens pertencentes ao lote em que foi detentor da melhor proposta, conforme descrito no Termo de Referência.
- 3.1.1.3. Não serão aceitos itens cuja descrição não se enquadre na descrição estabelecida no termo de referência.
- 3.1.1.4. Quando solicitadas, as amostras físicas deverão ser enviadas para a Central Executiva do CINCOP-MT, localizada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT. Após analisadas, as amostras poderão ser retiradas no mesmo endereço.
- 3.1.2. Cada amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item e lote, deste Edital, a marca e o modelo do objeto proposto.
- 3.2. A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade, nos termos do que versa o termo de referência.
  - 3.2.1. Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.
- 3.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP será realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
  - 3.3.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.
  - 3.3.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
  - 3.3.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 45 **(quarenta e cinco) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
  - 3.3.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

- 3.3.5. Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.
- 3.3.6. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.
- 3.4. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do Fornecedor.
- 3.4.1. Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4.2. Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.
- 3.5. O(s) Objeto(s) deverão ser entregues em cada Município Contratante, nos endereços indicados na Autorização de Fornecimento.
- 3.6. Na entrega técnica, o Fornecedor apresentará ao Proprietário todas as informações sobre os recursos, suas funcionalidades, instruções fundamentais, instruções sobre a importância da manutenção preventiva, frequências recomendadas para a eventuais reparos e sobre a garantia.
- 3.6.1. Deverá acompanhar o equipamento no momento da entrega, o manual de operação com segurança e de manutenção, em língua portuguesa, sendo obrigatório fornecer treinamento in loco para operação e manutenção preventiva aos servidores sem ônus adicional para o equipamento.

#### **4. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO**

- 4.1. O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.
- 4.2. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pelos Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação do CINCOP-MT ou Órgãos Participantes e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.
- 4.3. Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público



justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

4.4. As alterações dos quantitativos dos itens realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos Participantes não poderá causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstas no processo licitatório.

4.4.1. Cabe ao Órgão Gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre os Órgãos Participantes.

## **5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

5.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

5.2. A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo CINCOP-MT, por intermédio de(a) seu(ua) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).

## **6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site <https://licitanet.com.br>.

6.2. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br>), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.

6.3. O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do Fornecedor para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

## **7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital, seus Anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

- 7.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.
- 7.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.4. É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas e deverá observar o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes normas:
- I. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - II. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
  - III. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, caso exigido;
  - IV. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
  - V. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
  - VI. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ata de registro preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item I acima, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a homologação, bem como deverá, dentro do mesmo prazo, encaminhar os dados bancários relativos ao pagamento, de acordo com o previsto no item 22 do presente Edital.
  - VII. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório que originou o contrato, quando exigido.
- 7.5. Não poderá participar da licitação a empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública.
- 7.6. Com relação à penalidade de impedimento de licitar e contratar, a vedação à participação na licitação funcionará da seguinte maneira:
- 7.6.1. Caso o responsável pela aplicação de impedimento de licitar seja o CINCOP-MT, a empresa ficará impedida de participar em licitações do CINCOP-MT e de todos seus Entes da Federação consorciados.

- 7.6.2. Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de participar em licitações e contratar com o Ente da Federação aplicador da pena.
- 7.6.2.1. Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de contratar também com o CINCOP-MT.
- 7.6.2.2. O impedimento de que trata o item anterior não impede a participação em licitações compartilhadas do CINCOP-MT.
- 7.7. Para as sanções de suspensão temporária de participação em licitação, aplicadas com base na Lei Federal 8.666/93, aplicam-se as disposições dos itens 7.6.1, 7.6.2 e subitens, ressalvada disposição em contrário do procedimento que originou a pena.
- 7.8. O licitante deverá ter feito a adesão ao Licitanet, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.
- 7.9. Não poderá participar da licitação pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO IV**).
- 7.10. Não poderá participar da licitação aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO IV**).

## **8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

- 8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro 1, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) coordenar o processo licitatório;
  - b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo responsável pela sua elaboração;
  - c) conduzir a sessão pública na internet;
  - d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) analisar a admissibilidade dos recursos, podendo, em tal caso, exercer o juízo de retratação no prazo de 03 (três) dias úteis (§ 2º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), findo o qual deverá encaminhar o recurso, devidamente instruído, à deliberação da autoridade superior;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- k) encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; e
- l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

- 8.1.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados e/ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão.
- 8.1.2. O pregoeiro 2 (pregoeiro substituto) suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais, do pregoeiro 1, com as mesmas atribuições previstas neste item.

## **9. PUBLICIDADE:**

- 9.1. O Pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 9.2. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos [art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 9.3. O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no [Diário Oficial e na AMM/MT](#), bem como em jornal diário de grande circulação ([art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.4. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e no Portal Transparência do CINCOP - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://cincop.mt.gov.br>.

## **10. PLATAFORMA ELETRÔNICA:**

- 10.1. O Pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 10.2. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;
- 10.3. A participação do licitante no Pregão se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 10.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.licitanet.com.br/>;
- 10.5. O acesso do licitante ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.
- 10.6. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:
- 10.7. Para todas as empresas:

AVULSO	30 dias	90 dias	365 dias
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

- 10.8. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer CONCORRÊNCIA, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a LICITANET – Licitações On-line, ou canceladas por solicitação do licitante.
- 10.9. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.
- 10.10. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET – Licitações On-line e à Associação Mato-Grossense dos Municípios a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 10.11. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de CONCORRÊNCIA implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.
- 10.12. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: (34) 2512-6500 / (34) 99807-6633 ou pelo e-mail [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).
- 10.13. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o

estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar nº147/2014;

- a) A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.
- b) A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

- 10.14. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Contratação, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 10.15. perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **11. PARTICIPAÇÃO:**

- 11.1. Para participar deste processo, em sua forma eletrônica ([art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:
  - 11.1.1. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
  - 11.1.2. Ser credenciada junto ao Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
  - 11.1.3. Enviar em campo próprio do sistema eletrônico a proposta ofertada, documentos de habilitação e as seguintes declarações virtuais de que (vide anexo de declaração unificada):
    - 11.1.3.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
    - 11.1.3.2. Atende aos requisitos do [art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) para fazer jus aos benefícios previstos nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#); ([art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
    - 11.1.3.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no [art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991](#) e em outras normas específicas; ([art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
    - 11.1.3.4. Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com o a Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT.



- 11.2. A declaração falsa sujeitará a licitante à inabilitação e ao enquadramento na infração prevista no [art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 11.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema EXCETO os que previstos no PROJETO BASICO.
- 11.4. Não poderão participar deste processo:
  - 11.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 11.4.2. Pessoas físicas;
  - 11.4.3. Pessoas jurídicas que não possuam Inscrição Estadual/Municipal ou que não possuam autorização legal para a prestação dos serviços que são objeto da presente Concorrência;
  - 11.4.4. Empresa que possua entre seus sócios agente público vinculado ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT;
  - 11.4.5. Quem não cumprir os requisitos formais para participação neste processo;
  - 11.4.6. Agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; ([art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
  - 11.4.7. Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; ([art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
  - 11.4.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo; ([art. 14, I e II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
  - 11.4.9. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação ou contratação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; ([art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
  - 11.4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ([art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
  - 11.4.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si; ([art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
  - 11.4.12. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; ([art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

- 11.4.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição ([Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário](#));
- 11.4.14. aqueles que se enquadrem nas demais vedações do [art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 11.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual o Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) permite a identificação dos participantes do certame licitatório.
- 11.6. Encerrada a fase de lances, o(a) Agente de Contratação fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no cadastro unificado de licitantes ([art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência<sup>1</sup>, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.
- 11.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.
- 11.8. os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

## **12. CONSÓRCIO:**

- 12.1. Nos termos do [art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
  - 12.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - 12.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
  - 12.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
  - 12.1.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
  - 12.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

---

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico: [https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro\\_de\\_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf)

- 12.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no [art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#). ([art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 12.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. ([art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

### **13. COOPERATIVA:**

- 13.1. Nos termos do [art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica organizada em forma de cooperativa poderá participar da licitação quando:
- 13.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei Federal nº 5.764, de 1971](#), a [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), e a [Lei Complementar Federal nº 130, de 2009](#);
- 13.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 13.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- 13.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- 13.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

### **14. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO:**

- 14.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela Plataforma LICITANET em campo próprio.
- 14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem e nem interrompem os prazos previstos no certame licitatório.

- 14.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 14.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e será divulgada no sítio eletrônico na Plataforma LICITANET ([art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.6. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas ([art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.
- 14.8. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados ([Súmula nº 473 do STF](#) e [art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

## **15. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA:**

- 15.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “Credenciamento” deste Edital.
- 15.2. A proposta de preços com o preço unitário/total para o item único, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “data e horário”.
- 15.3. O registro de proposta eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):
  - 15.3.1. Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
  - 15.3.2. Garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
  - 15.3.3. Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);
  - 15.3.4. Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
  - 15.3.5. Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;

- 15.3.6. Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 15.4. As propostas registradas no “Sistema” NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.
- 15.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 15.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o intervalo de que trata o item anterior.
- 15.7. O preço final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser superior a lance já registrado por ela no sistema.
- 15.8. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 15.9. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 15.10. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.
- 15.11. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviços com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 15.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 15.13. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#).
- 15.14. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.
- 15.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.
- 15.16. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.
- 15.17. Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do



encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, conseqüentemente, desclassificação da proposta.

#### **16. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:**

- 16.1. O encaminhamento de proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do Contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.
- 16.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas/modelos, preços unitário e totais de todos os itens ofertados.
- 16.3. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.
- 16.4. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa licitante.
- 16.5. O licitante deverá encaminhar proposta, para um ou mais itens do objeto deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 16.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 16.7. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos em lei.
- 16.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 16.9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.



- 16.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 16.11. Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CINCOP-MT, e poderá ocorrer o complemento ou a substituição dos documentos de habilitação e regularidade fiscal após a fase de lances, se for declarado vencedor, no prazo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.
- 16.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 16.13. O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais.
- 16.14. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como custos de utilização da plataforma de licitação, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.
- 16.14.1. Não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes em razão do local de entrega dos bens, da forma e local de acondicionamento ou, ainda, em razão do tamanho do pedido autorizado.
- 16.15. Para composição do preço unitário e total do item, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.
- 16.16. Os participantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

- 16.17. A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade de cada item.

## **17. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 17.1. A partir do horário previsto no Edital e no site <https://www.licitanet.com.br/>, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 17.2. Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 17.2.1. Serão desclassificadas as propostas apresentadas que contenham itens sem especificação de marca/modelo (quando necessários) e aquelas que estiverem em desacordo com as marcas/modelos do “cadastro de bens pré-qualificados do CINCOP-MT”.
- 17.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 17.4. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.
- 17.5. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, *on-line*, do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 17.6. Os lances serão ofertados pelo valor unitário/total do item/lote.
- 17.7. Os itens poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.
- 17.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.
- 17.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 17.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 17.11. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores de R\$ 0,01 (Um centavo) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 17.12. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou superior à melhor oferta registrada ([art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

- 17.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 17.14. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexequível, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema.
- 17.15. Como medida excepcional, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 17.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 17.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 17.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 17.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 17.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
  - 17.20.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - 17.20.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, bem como complementação dos documentos de habilitação e regularidade fiscal, após a etapa de lances.
- 17.21. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.
- 17.22. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.

- 17.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 17.24. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do Pregão, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 17.25. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.

#### **18. DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A):**

- 18.1. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 18.2. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, com no mínimo, resguardado o interregno mínimo de 30 (trinta) minutos entre o comunicado e a retomada da sessão, no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

#### **19. EMPATE FICTO:**

- 19.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o [art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).
- 19.2. O direito de preferência de que trata o item anterior será concedido da seguinte forma:
  - 19.2.1. Ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor; e
  - 19.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
  - 19.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 19.3. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME's ou EPP's, que se encontrem no intervalo estabelecido no [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 19.4. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), na ordem de classificação.
- 19.5. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial
- 19.6. O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 não será concedido nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, assim como às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **20. EMPATE REAL:**

- 20.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), serão utilizados os critérios de desempate previstos no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.
- 20.2. Persistindo o empate após aplicação dos critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, será utilizado o sorteio como critério de desempate final.

## **21. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO:**

- 21.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 21.1.1. O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do pregoeiro.

## **22. NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:**



22.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
- b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;
- c) nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) discriminado o prazo de validade da Ata de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período;
- g) discriminado o prazo de entrega dos itens de **até 45 (quarenta e cinco) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento, **exclusivamente emitida pelo Órgão Gerenciador**;
- h) especificação marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no item 1.1, deste Edital;
- i) valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme modelo (**ANEXO II**).

## 23. VALIDADE/GARANTIA

- 23.1. Na ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo 3 (três) meses contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.
- 23.2. No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.
- 23.3. As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência, parte integrante do presente edital (**ANEXO I**).



## **24. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

- 24.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.
- 24.2. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

## **25. NEGOCIAÇÃO**

- 25.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.
- 25.2. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 25.3. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 25.4. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 25.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo(a) Pregoeiro(a) após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema

eletrônico após solicitação do(a) Pregoeiro(a) pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

## **26. DESCCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA**

26.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) Com preço superior ao estimado para a contratação;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

26.2. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas (Acórdão 1217/2023 Plenário - TCU).

26.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).

26.4. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.

## **27. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA**

27.1. É considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

27.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;

- c) Levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Verificação de notas fiscais dos serviços prestados pelo proponente;
- h) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Estudos setoriais;
- j) Análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

27.3. A inexecutabilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

27.4. A inexecutabilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **28. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

28.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

28.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

28.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

28.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas

de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

- 28.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.
- 28.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:
- a) Solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
  - b) De ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
- 28.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:
- a) Não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
  - b) Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
  - c) A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchido pelos dados constantes no sistema eletrônico.
  - d) Conter cotação de preço unitário e total para o item/lote ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo II deste Edital;
    - i. Os custos relacionados a prestação dos serviços, objeto do certame, deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
    - ii. O preço unitário/total máximo para o item/lote é o que consta do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
    - iii. Indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente a prestação dos serviços, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.
- 28.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **29. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 29.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 29.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.
- 29.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 29.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 29.5. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).
- 29.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.
- 29.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 29.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 29.9. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 29.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do

empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

29.11. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

29.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

### **30. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

30.1. O licitante classificado em primeiro lugar na fase de propostas deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- c) Qualificação Financeira;
- d) Qualificação Técnica;
- e) Outros Documentos.

30.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, no prazo de 02 (duas) horas, que será aberto pelo (a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO (A) responsável pelo certame.

30.3. A documentação de habilitação poderá ser:

- a) Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração (art. 70, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e
- b) substituída por registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa nº 3, de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

30.4. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

30.5. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.



- 30.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 30.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.
- 30.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP<sup>2</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS<sup>3</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa<sup>4</sup>, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
  - d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos<sup>5</sup>, mantida pelo Tribunal de Contas da União;
- 30.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 30.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:
- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de execução similares, dentre outros;
  - b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

<sup>3</sup> Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

<sup>5</sup> Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>

- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
  - d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 30.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
  - b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 30.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 30.13. Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.
- 30.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 30.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 30.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 30.17. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 30.18. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

- 30.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 30.20. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.
- 30.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 30.22. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). (art. 12, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 30.23. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (art. 12, IVº, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

### **31. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 31.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:
- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;
  - b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - c) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
  - d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

**31.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**32. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

32.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica<sup>6</sup> (CNPJ), conforme o caso;
- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) A regularidade perante a Fazenda federal<sup>7</sup>, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS<sup>8</sup>, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) A regularidade perante a Justiça do Trabalho<sup>9</sup>;
- f) A cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

32.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

32.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

32.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na

<sup>6</sup>Disponível em [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp?cnpj=](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=)

<sup>7</sup>Disponível em <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

<sup>8</sup>Disponível em <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

<sup>9</sup>Disponível em <https://www.tst.jus.br/certidao>

documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

### **33. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 33.1. Nos termos do artigo 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis é requisito para comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.
- 33.2. A documentação relativa à qualificação dos **02 (dois) últimos exercícios** econômico-financeira nas formas do artigo 69, I, da Lei nº 14.133/2021 consiste na apresentação dos seguintes documentos:
- 33.3. Balanço Patrimonial do 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente publicados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- 33.4. **Embora o Microempreendedor Individual (MEI) esteja dispensado, pelo Código Civil, da obrigação de elaborar balanço patrimonial para fins contábeis gerais, essa dispensa não se aplica às licitações públicas.**
- 33.5. **Em conformidade com o Acórdão nº 2586/2024-Plenário do TCU, para participação em licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, o MEI deverá apresentar, quando exigido, o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, ainda que esteja dispensado de elaborá-los pelo Código Civil.**
  - a) O não atendimento a essa exigência poderá ensejar a inabilitação do licitante, nos termos da legislação vigente.
- 33.6. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014).
- 33.7. Apresentar comprovação de boa situação financeira da licitante através dos índices de liquidez corrente, liquidez geral, endividamento total, apresentada por

meio de declaração, devidamente assinada por um dos sócios e por profissional contábil, apenas do último exercício social, indicando obrigatoriamente registro do mesmo no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo calculados conforme o abaixo indicado:

- a) Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final maior que 1,0.
- b) Índice de Liquidez Geral - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final maior que 1,0.
- c) Índice de Endividamento Total – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final menor que 1,0.

ÍNDICE	FÓRMULA
<b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:</b> Mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo com os recursos disponíveis. A empresa é habilitada se o índice for maior que 1,0, indicando que possui mais ativos circulantes do que passivos circulantes.	$LC = \frac{AC}{PC}$ LC = Liquidez Corrente AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante
<b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:</b> Avalia a capacidade de longo prazo da empresa para quitar suas dívidas, considerando também os ativos e passivos não circulantes. A empresa é habilitada se o índice for maior que 1,0, demonstrando que seus ativos totais superam suas dívidas.	$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$ LG = Liquidez Geral AC = Ativo Circulante RLP = Realizável A Longo Prazo PC = Passivo Circulante ELP = Exigível A Longo Prazo
<b>ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL:</b> Indica a proporção de recursos de terceiros (dívidas) em relação ao total de ativos da empresa. A empresa é habilitada se o índice for menor que 1,0, o que sugere que o endividamento está controlado e não ultrapassa o valor total dos ativos.	$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$ ET = Endividamento Total PC = Passivo Circulante ELP = Exigível A Longo Prazo AT = Ativo Total

33.8. O licitante que não apresentar ou que demonstre índices econômicos iguais ou inferiores aos exigidos deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) apenas do último exercício social, do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

- a) O cálculo dos índices exigidos no item anterior deverá ser realizado pela Proponente e incluído na documentação, utilizando os resultados expressos no balanço patrimonial apenas do último exercício social;

33.9. Certidão que comprove a inexistência de falência, bem como a regularidade nos procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial, na qualidade de autor e de réu, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena vigência ou emitida há menos de 30 (trinta) dias.

- b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º



11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### **34. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

34.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

a) O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:

- i. Identificação clara do emitente e do signatário;
- ii. Descrição detalhada dos serviços prestados ou materiais fornecidos;
- iii. Declaração de que os serviços foram realizados de maneira satisfatória.

b) Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:

- i. Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;
- ii. Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.

c) A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.

34.2. A exigência visa garantir a aptidão das empresas participantes para o fornecimento dos bens com o padrão de qualidade requerido, conforme o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação dos riscos contratuais.

34.3. Para aferição da adequação do atestado de capacidade técnica ao objeto licitado nos lotes, ou seja, a presença de características pertinentes e compatíveis com aquilo que se vai adquirir, é razoável a exigência de atestado que represente até 40% do quantitativo relativo aos itens de valor significativo, em consonância com o art. 67, § 2º da 14.133/21 e a jurisprudência do TCU.

**34.3.1. A licitante deverá comprovar ter executado 40% (quarenta por cento) dos seguintes itens constantes em cada lote em que for detentor da melhor proposta:**

LOTE UNICO		
Descrição	Total estimado	Total de atestado requerido
Material paradidático destinado a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher (...) (COP1469).	110.131	44.052

**34.3.2. A licitante deverá comprovar, individualmente, fornecimento de no mínimo 5.000 unidades; ou**

**34.3.3. alternativamente, pelo menos um dos atestados comprove fornecimento de 10.000 unidades; e**

**34.3.4. os atestados demonstrem contratos concomitantes ou parcialmente concomitantes, evidenciando capacidade de gerir múltiplos contratos em paralelo.**

34.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar, para fins de verificação da conformidade técnica dos bens ofertados, se solicitados deverão apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, amostras físicas representativas dos itens cotados, na sede do CINCOP-MT, para fins de verificação e manifestação, sobre a qualidade do equipamento e quanto à adequação das características com as especificações descritas no termo de referência, anexo I.

34.5. A decisão administrativa sobre a aprovação ou rejeição das amostras terá caráter conclusivo, vinculante, condicionando a continuidade da proposta no certame.

34.6. A ausência de apresentação das amostras no prazo fixado, bem como a entrega de amostras em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas, acarretará a imediata desclassificação da proposta, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

## **35. OUTROS DOCUMENTOS**

**35.1. Considerando que o fornecimento envolve obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610/1998, as licitantes deverão comprovar titularidade ou autorização de uso e comercialização dos materiais didáticos ofertados, evitando exposição da Administração a litígios por violação de direitos autorais.**

- a) Editoras detentoras dos direitos autorais: poderão apresentar declaração de titularidade, assumindo integral responsabilidade civil e penal pela veracidade das informações e pela inexistência de violação de direitos de terceiros.

- b)** Distribuidoras, representantes ou revendedoras: deverão apresentar autorização expressa ou contratos de distribuição/representação, com:
    - b.1)** Identificação da editora/titular e da licitante;
    - b.2)** Descrição específica dos materiais autorizados;
    - b.3)** Autorização para participação em licitações e contratos administrativos;
    - b.4)** Prazo de validade igual ou superior à vigência da ata + 12 meses;
    - b.5)** Assinatura de representante legal.
- 35.2. Quando a solução envolver materiais de múltiplas editoras, deverá haver autorização individual de cada titular, com os mesmos requisitos. As autorizações deverão ser emitidas em papel timbrado ou com certificação digital idônea, admitindo-se diligência direta pelo órgão licitante para confirmação de autenticidade.
- 35.3. Serão vedadas autorizações genéricas, autorizações com prazo inferior ao da contratação, ou situações de conflito de interesse (por exemplo, quando a própria editora participar como licitante concorrente). A apresentação de documentos falsos ensejará sanções nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Penal.
- 35.4. Dado que a formação inicial e continuada de professores e gestores é eixo estruturante da solução educacional, as licitantes deverão comprovar disponibilidade de ao menos um profissional qualificado para a execução das formações.
- 35.5. **Será exigida declaração formal da licitante e/ou da editora responsável pelo material poaradidático complementar, relacionando, no mínimo, um profissional, contendo o documento a seguinte informação:**
  - a)** Nome completo e CPF;
  - b)** Formação acadêmica em Pedagogia, Licenciaturas, Psicologia ou áreas correlatas;
  - c)** Experiência mínima de 2 (dois) anos em formação de professores, docência na educação básica, coordenação pedagógica, gestão escolar ou desenvolvimento de projetos educacionais;
  - d)** Indicação do vínculo com a empresa, podendo ser (quadro próprio, contrato de prestação de serviços, futuros contratados, etc.).
- 35.6. Antes do início das formações, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória (diplomas, declarações de experiência, contratos, CTPS ou equivalentes).
- 35.7. A Administração poderá, se entender oportuno, entrevistar os formadores ou solicitar substituição de profissionais cuja atuação se revele incompatível com os objetivos pedagógicos do programa, desde que preservadas a qualificação mínima e a equivalência de perfil.

35.8. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declarações, conforme modelo constante no Anexo IV - Modelo de Declarações, de que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- e) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CINCOP-MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.9. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

35.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **36. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)**

36.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

36.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das

propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER**;

- 36.3. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens do objeto da licitação.
- 36.4. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 36.5. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame licitatório, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.
- 36.6. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.
- 36.7. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:
- a) Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
  - b) Seja intempestiva;
  - c) Não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou
  - d) Seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.
- 36.8. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 36.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

- 36.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).
- 36.11. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail [licitacao@cincop.mt.gov.br](mailto:licitacao@cincop.mt.gov.br) ou, nos dias úteis, pelo(s) telefone(s): (65) 2123-175.
- 36.12. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988).
- 36.13. Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecido, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 36.14. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.
- 36.15. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 36.16. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro(a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.
- 36.17. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:
- a) Reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou
  - b) Manter inalterada a decisão recorrida.



- 36.18. Qualquer que seja a decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:
- a) Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a); OU
  - b) Determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.
- 36.19. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 36.20. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do CINCOP-MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **37. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 37.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
  - b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 37.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 37.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

### **38. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

- 38.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
  - b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
  - d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 38.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 38.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 38.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

### **39. REGISTRO DE PREÇOS**

- 39.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal da prestação dos serviços nas condições estabelecidas.
- 39.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
  - e
  - b) A justificativa apresentada seja aceita pelo CINCOP-MT.
- 39.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 39.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação da(s) penalidade(s) do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 39.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a

indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 39.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 39.7. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará o CINCOP-MT ou seus consorciados a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de execução em igualdade de condições.
- 39.8. A Ata de Registro de Preços - ARP terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, limitada a 2 (dois) anos.
- 39.9. Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto no edital.
- 39.10. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.
- 39.11. Poderá haver ADESÃO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei nº 14.770/2023).
- 39.12. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 39.13. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP (art. 82, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 39.14. O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas no item "SANÇÕES ADMINISTRATIVAS" em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.

#### **40. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 40.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 40.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 40.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 40.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 40.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 40.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **41. CONTRATAÇÃO**

- 41.1. Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 41.2. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 41.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.
- 41.4. Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa beneficiária da ARP, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.
- 41.5. Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa beneficiária da ARP deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula “SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.
- 41.6. Como condição para a efetivação da contratação, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo VII da referida IN.
- 41.7. O CINCOP-MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da Ata de Registro de Preços e, em caso de utilização da ARP, o Instrumento de Contrato, devendo o mesmo dar o aceite em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 41.8. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Instrumento de Contrato no prazo estabelecido, o CINCOP-MT poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021

e em outras legislações aplicáveis (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

41.9. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, o CINCOP-MT, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;
- b) Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

41.10. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

41.11. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a assinatura da ARP, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

41.12. Será facultada ao CINCOP-MT a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de execução dos serviços em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **42. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LICITAÇÃO**

42.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - i. será considerado inexecução parcial; o atraso injustificado do cronograma de execução objeto; ato pelo qual será manifestado via ofício fiscal de contrato ou secretaria gestora do objeto.
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



- i. será considerado inexecução total do contrato; se após expedição da ordem de serviço a contratada que não iniciar a execução do objeto em até 30 (trinta) dias, ato pelo qual será manifestado via ofício pelo engenheiro designado como fiscal ou secretaria gestora do objeto.
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

42.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa compensatória:
  - i. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”;

- ii. de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “c”, “e” e “g”;
- iii. de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “b” e de “h” a “l”;

42.3. O atraso injustificado na prestação do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

42.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

42.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

42.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

42.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

42.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

42.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

42.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

42.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

42.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

42.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

42.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **43. PROTEÇÃO DOS DADOS NA LICITAÇÃO**

43.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam cientes e fornecem consentimento para que o CINCOP-MT, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda

de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

- 43.2. A(s) licitante(s) e o CINCOP-MT obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.
- 43.3. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta licitação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 43.4. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a(s) Licitante(s) e seus representantes ficam cientes do acesso pelo CINCOP-MT de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

#### **44. DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 44.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2026 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 3, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

#### **45. DO PAGAMENTO**

- 45.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

- 45.2. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.
- 45.3. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.
- 45.4. Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.
- 45.5. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.
- 45.6. As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.
- 45.7. Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.
- 45.8. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.
- 45.9. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 45.10. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital.
- 45.11. Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os

mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **46. DO REAJUSTE**

- 46.1. Os preços registrados não serão reajustados durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo em caso de prorrogação, podendo ser revisto na forma do item 35, deste Edital.

#### **47. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 47.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 001/2025 ou outra que vier a substituir.
- 47.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 47.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
  - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
  - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 47.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 47.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



- 47.6. Em conformidade com a Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT, será realizada pesquisa de preços periódica para comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados ao longo da vigência da ARP.
- 47.7. É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

#### **48. FISCALIZAÇÃO**

- 48.1. A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor e Fiscal indicados pelo Município consorciado no momento do protocolo da intenção de registro de preço.

#### **49. FORO**

- 49.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Estadual de Cuiabá - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **50. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 50.1. Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 50.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (CINCOP-MT) ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 50.3. A Empresa vencedora deverá declarar ao Órgão Gerenciador (ANEXO II), o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de Preço e recebimento das autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.
- 50.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

- 50.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na Central Executiva do CINCOP-MT, logo após sua homologação e disponíveis na plataforma eletrônica do Licitanet e no sítio eletrônico oficial: <https://cincop.mt.gov.br>.
- 50.6. Detalhes não citados referentes ao fornecimento dos produtos, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 50.7. O Secretário Executivo do CINCOP-MT poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 50.8. O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, devendo ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via portal indicado neste Edital, bem como excepcionalmente irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, através dos telefones (65) 2123-1200, ou pessoalmente na Sede do CINCOP-MT, localizado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT.
- 50.9. Após a abertura da sessão, eventuais dúvidas existentes e esclarecimentos necessários deverão ser manifestados através da plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.
- 50.10. Consultas a respeito de dúvidas ou esclarecimentos solicitados fora dos parâmetros descritos no edital (como, por exemplo, através de “e-mail”), não serão respondidas.
- 50.11. As previsões dos itens 38.8, 38.9 e 38.10 dizem respeito às dúvidas e esclarecimentos, de maneira que eventuais inconformismos, discordâncias ou pedidos de reconsideração [dentre outros requerimentos] com relação a atos praticados nesta licitação deverão ser combatidos através de impugnação ou recurso, respeitando os procedimentos previstos neste edital.
- 50.12. Não cabe ao Licitanet ou ao CINCOP-MT qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

50.13. O(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 011/2025.

50.14. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Modelo De Atestado De Capacidade Técnica;
- d) ANEXO IV – Modelo De Declarações;
- e) ANEXO V – Modelo De Declaração De ME/EPP;
- f) ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- g) ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- h) ANEXO VIII – Manifestação do Órgão Participante;
- i) ANEXO IX – Folha de Dados;

Cuiabá - MT, 1 de julho de 2026.<sup>10</sup>

**CRISTIANE REGINA MESSIAS**  
Presidente da CPL

**HÉLIO SCHNEIDER PAULUS NETO**  
Secretário Executivo do CINCOP-MT

---

<sup>10</sup> Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Art. 10 da MP nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA APRESENTADA PELOS ENTES CONSORCIADOS, COOPERADOS OU REFERENDADOS AO CINCOP-MT, POR AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL PARADIDÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA EDUCAÇÃO BÁSICA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS, RESPONSÁVEIS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT**



## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com o planejamento de licitações do Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT), com o plano anual de contratações do CINCOP-MT, quando aplicável, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que, nos termos da Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, contendo os parâmetros e elementos descritivos constantes no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 40, § 1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, sintetiza as principais decisões e informações acerca do objeto a ser contratado, a definição da estratégia para a seleção da melhor proposta (com indicação da modalidade eleita, critério de julgamento e modo de disputa), bem como as condições que regerão a futura contratação.

Assim, o presente Termo de Referência configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda dos entes da federação consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOP-MT, por contratação de empresa especializada em fornecimento de kits de material paradidático para implementação de programa de prevenção à violência contra a mulher na educação básica, destinados ao atendimento integral dos alunos, responsáveis e professores da rede pública de educação.

## **2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A presente demanda originou-se a partir da atuação proativa da Secretaria Executiva do CINCOP-MT que, no exercício das atribuições de governança consorcial e em cumprimento ao Protocolo de Intenções e ao Estatuto do Consórcio, realizou contato sistemático com os representantes dos entes consorciados, visando à identificação de necessidades comuns passíveis de atendimento por meio de contratação compartilhada.

Durante a etapa de diagnóstico institucional, constatou-se que expressivo número de municípios consorciados ainda não possui programa pedagógico estruturado voltado à prevenção da violência de gênero no ambiente escolar, em desconformidade com as obrigações impostas pela Lei Federal nº 14.164/2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatória a inserção de conteúdos sobre prevenção à violência de gênero nos currículos da educação básica.

As manifestações de interesse dos entes consorciados ocorreram por meio de ligações telefônicas, comunicações eletrônicas, reuniões presenciais e videoconferências promovidas pelo CINCOP-MT, sendo devidamente registradas, sistematizadas e consolidadas pela Secretaria Executiva, resultando na formulação da presente demanda, ora formalizada nos moldes do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A necessidade da contratação decorre, diretamente, do cumprimento de obrigações legais expressas que determinam a inclusão de conteúdos específicos nos currículos escolares da educação básica



A violência contra a mulher constitui problema estrutural de segurança pública, saúde e educação no Brasil. O país registrou 1.568 vítimas de feminicídio no ano de 2025, representando o maior número da série histórica desde a tipificação do crime em 2015, evidenciando crescimento contínuo dos índices de violência letal de gênero (CNN Brasil, 2026).

Paralelamente, foram registrados mais de 1,2 milhão de processos de violência doméstica em 2025, além do aumento expressivo na concessão de medidas protetivas, indicando escalada da violência e maior demanda por intervenção estatal (CNJ – Painel de Estatísticas do Poder Judiciário, 2026).

Estudos indicam que grande parte dos casos de feminicídio ocorre no ambiente doméstico, precedida por ciclos reiterados de violência, o que demonstra a necessidade de atuação preventiva e educacional desde as fases iniciais da formação social, pois comportamentos violentos e relações de dominação têm sua origem em padrões culturais e sociais que se constroem na infância e adolescência.

Não podemos deixar de apresentar neste estudo, a relevância deste procedimento com o Estado de Mato Grosso, vez que este apresenta indicadores de violência de gênero particularmente críticos. Em 2025, foram registrados 53 feminicídios no estado, número superior ao ano anterior, mantendo Mato Grosso entre os estados de maior incidência proporcional no país (Polícia Judiciária Civil de MT, 2025). Estudos acadêmicos indicam que a taxa de feminicídio no estado pode ser até duas vezes superior à média nacional (Cardoso, UNEMAT, 2024).

Aproximadamente 83% dos casos registrados ocorreram no ambiente doméstico, reforçando a natureza estrutural e cultural da violência de gênero no território mato-grossense e a necessidade de atuação preventiva integrada entre escola e família (SESP-MT, Relatório de Mortes Violentas de Mulheres, 2025).

Nesse contexto, o CINCOP-MT, com 95 municípios consorciados, dos quais aproximadamente 68% possuem população inferior a 20.000 habitantes, concentra entes com estrutura administrativa reduzida, quadro técnico limitado e baixa capacidade de negociação isolada junto ao mercado fornecedor.

A solução compartilhada apresenta-se, portanto, como estratégia jurídica e operacionalmente adequada para viabilizar o acesso de todos os municípios a materiais pedagógicos de qualidade comprovada.

O problema central consiste na ausência de políticas educacionais estruturadas e padronizadas voltadas à prevenção da violência de gênero no âmbito das redes municipais de ensino dos entes consorciados ao CINCOP-MT.

A ausência de conteúdos pedagógicos sistematizados resulta na perpetuação de padrões culturais que naturalizam a violência, dificultando a identificação precoce de situações de risco e reduzindo a efetividade das políticas públicas existentes. Além disso, a inexistência de instrumentos metodológicos e tecnológicos adequados limita a capacidade dos sistemas municipais de:

- a) Cumprir as exigências legais vigentes impostas pela Lei nº 14.164/2021 e pela Lei nº 14.889/2024;
- b) Capacitar adequadamente os profissionais da educação para abordar temas sensíveis de gênero com segurança pedagógica;
- c) Promover o engajamento das famílias no processo de conscientização;
- d) Gerar dados estruturados para subsidiar políticas públicas municipais e consorciadas.

O problema não se restringe à ausência de material didático: configura-se como lacuna estrutural na política pública educacional, com impactos diretos nos indicadores de violência e na proteção dos direitos fundamentais das mulheres, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte do interior mato-grossense, onde a capacidade técnica e financeira para contratação individual é mais limitada.

Temos ainda que destacar, que o Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – CINCOP-MT é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, nos termos da Lei Federal n. 11.107/2005. Conforme previsão do art. 6º, caput, do seu Protocolo de Intenções, podem ingressar no CINCOP-MT a União, o Estado de Mato Grosso e os municípios do Estado de Mato Grosso, sendo que, atualmente, o CINCOP-MT possui 95 municípios consorciados e 118 com protocolo de adesão assinados, espalhados por todas as regiões do Estado de Mato Grosso, conforme a figura abaixo:

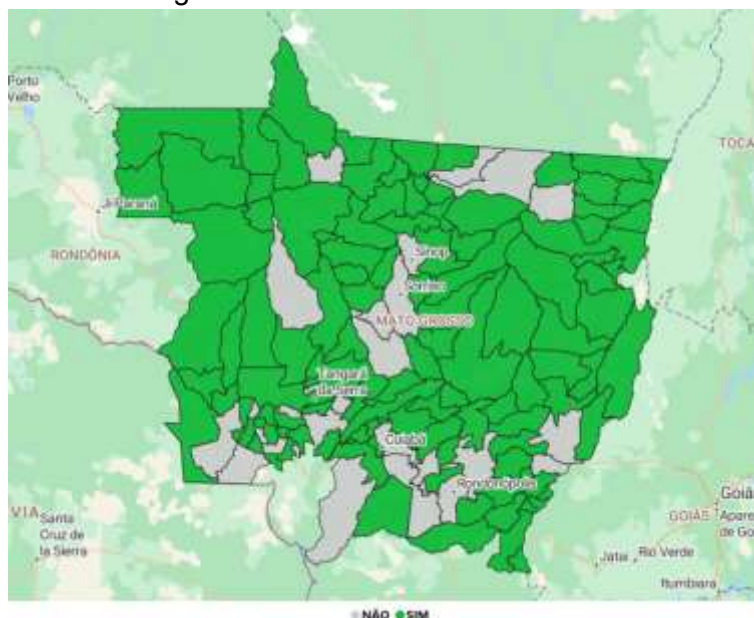


Figura 1: Distribuição dos municípios consorciados ao CINCOP-MT

Os objetivos e finalidades dos CINCOP-MT encontram-se dispostos na cláusula 4º de seu Protocolo de Intenções, quais sejam:

*“4.1. O objeto do Consorcio e exclusivamente a realização de licitações, atuando como uma central de compras, conforme previsto pelo art. 181 da Lei no 14.133/2021, visando a promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de compras públicas para impulsionar a eficiência e competitividade dos consorciados que o integram.*

**4.2. O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – MT tem por finalidades:**

*4.2.1. A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos.*

*4.2.2. Representar o conjunto ou parte dos consorciados que o integram em matéria referente a sua finalidade ou de interesse comum,*

*perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.*

*4.2.3. Viabilizar o compartilhamento e/ou o uso conjunto de infraestrutura, instrumentos, equipamentos e tecnologias, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.*

*4.2.4. Exercer as competências dos entes da federação, nos termos do ato de autorização ou delegação.*

*4.2.5. Promover de forma coordenada e articulada o planejamento das compras públicas regionais.*

*4.2.6. Fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados.*

*4.2.7. Viabilizar ações conjuntas em áreas específicas, mediante a celebração de contratos de fornecimento específicos.*

*4.2.8. Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios.*

*4.2.9. Planejar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e a eficiência nas compras públicas.*

*4.2.10. Promover, estimular e realizar medidas destinadas a otimização das compras públicas, com vistas a economia e competitividade.*

*4.2.11. Promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas.*

*4.2.12. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor de compras públicas.*

*4.2.13. Promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa nas compras públicas.”*

Dentre as soluções ofertadas por este Consórcio Público para cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, destaca-se a possibilidade de os entes da federação apresentarem suas demandas ao CINCOP-MT, tanto de forma expressa, especialmente para demandas inéditas para o Consórcio, quanto pela utilização contínua das soluções disponibilizadas historicamente pelo CINCOP-MT.

Para atendê-las, o Consórcio Público poderá “*A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos*”, nos termos da cláusula 4.2.1, do Protocolo de Intenções.

Nesse modelo, tratando-se de demandas comuns e recorrentes a diversos órgãos e entidades dos entes da federação, a soma dos seus quantitativos através da realização de processo licitatório por Consórcio Público proporciona o “*poder de compra*” e promove a “*economia de escala*”, resultando na economia de dinheiro público e garantindo a racionalidade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas.

Dessa maneira, considerando tratar-se não apenas de um processo licitatório individual, mas que atende a vários órgãos e entidades dos Entes da Federação, a necessidade de sua realização decorre da demanda inevitável dos entes consorciados e cooperados e verificável pelas inúmeras reclamações populares sobre a demora no atendimento do resgate em caso de urgência, visto o quantitativo existente atualmente.

### **3. JUSTIFICATIVA QUANTO A LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO OBJETO**

A presente licitação será conduzida de forma compartilhada pelo CINCOP-MT, em atendimento às demandas comuns dos municípios consorciados, mediante a aplicação dos instrumentos jurídicos e operacionais previstos no ordenamento vigente, notadamente a Lei Federal nº 14.133/21, em seu artigo 86, que expressamente autoriza a Administração Pública a realizar licitações e contratações compartilhadas para aquisição de bens e serviços de interesse comum, desde que previamente justificadas as vantagens decorrentes do procedimento conjunto.

A adoção da modalidade compartilhada encontra respaldo constitucional no princípio da eficiência, consagrado no caput do artigo 37 da Constituição Federal, que impõe ao gestor público o dever de buscar a otimização dos recursos disponíveis, a redução de custos operacionais e a maximização dos resultados obtidos com a aplicação do erário. Referido princípio ganha especial relevância quando se considera o perfil socioeconômico e administrativo dos entes consorciados ao CINCOP-MT, cuja composição revela que aproximadamente sessenta e oito por cento dos municípios participantes possuem população inferior a vinte mil habitantes, caracterizando-se, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, como entes de pequeno porte, dotados de estrutura administrativa reduzida, quadro técnico limitado e baixa capacidade de negociação isolada junto ao mercado fornecedor.

Esta realidade municipal, comum à grande maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte, impõe desafios significativos à gestão pública local, especialmente no que tange à condução de procedimentos licitatórios complexos, à pesquisa de mercado qualificada, à elaboração de instrumentos técnicos especializados e à obtenção de condições comerciais vantajosas.

A dispersão territorial, a fragmentação de demandas e a ausência de economias de escala resultam, frequentemente, em aquisições pulverizadas, com custos unitários elevados, prazos dilatados e menor efetividade na aplicação dos recursos públicos, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população e afetando diretamente o cumprimento das políticas públicas essenciais, como a educação básica, objeto central desta contratação.

A licitação compartilhada, neste contexto, apresenta-se como solução jurídica e gerencialmente adequada para superar essas limitações estruturais, permitindo que os municípios consorciados, mediante a atuação unificada e coordenada do CINCOP-MT, alcancem vantagens concretas e mensuráveis que não seriam viáveis em contratações isoladas.

A primeira e mais evidente vantagem reside na economicidade, princípio expressamente consagrado no artigo 11 da Lei nº 14.133/21, que orienta a Administração a buscar a melhor relação entre custo e benefício nas contratações públicas. Ao consolidar as demandas individuais de dezenas de municípios em um único procedimento licitatório, amplia-se substancialmente o volume de aquisição, o que permite ao Consórcio negociar condições comerciais significativamente mais favoráveis, obter descontos de escala, reduzir o preço unitário dos materiais paradigmáticos e, conseqüentemente, promover economia direta aos cofres públicos municipais, liberando recursos para outras áreas prioritárias.

Além da economicidade financeira, a licitação compartilhada promove a racionalização administrativa, na medida em que concentra em um único processo



aquilo que, de outra forma, demandaria a realização de dezenas de procedimentos licitatórios distintos, cada qual com sua respectiva fase preparatória, pesquisa de preços, elaboração de termo de referência, publicação de edital, análise de propostas, julgamento de recursos, homologação e contratação.

Essa multiplicação de esforços não apenas sobrecarrega as estruturas administrativas já reduzidas dos municípios de pequeno porte, como também gera custos indiretos significativos, consumindo tempo, recursos humanos e materiais que poderiam ser empregados de forma mais produtiva.

A centralização do procedimento no âmbito do CINCOP-MT permite que a expertise técnica e jurídica disponível no Consórcio seja empregada de forma concentrada e eficiente, assegurando maior qualidade na condução do certame, reduzindo riscos de questionamentos e garantindo maior celeridade na disponibilização dos materiais às redes municipais de ensino.

A padronização constitui outra vantagem estratégica de relevo proporcionada pela licitação compartilhada. Ao adquirir materiais paradidáticos complementares e transversais mediante procedimento unificado, assegura-se que todos os municípios consorciados recebam produtos de mesma qualidade técnica, pedagógica e editorial, com padrões uniformes de conteúdo, metodologia e alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular.

Esta uniformização não representa mera conveniência administrativa, mas configura-se como instrumento de promoção da equidade educacional, garantindo que estudantes de diferentes localidades, independentemente do porte ou da capacidade financeira de seus municípios, tenham acesso aos mesmos recursos pedagógicos de qualidade.

A padronização facilita, ainda, o acompanhamento pedagógico pelas Secretarias Municipais de Educação, permite a realização de avaliações comparativas entre as redes, viabiliza a troca de experiências entre professores de diferentes municípios e fortalece a identidade regional da política educacional, criando bases sólidas para a cooperação intermunicipal em benefício da melhoria dos indicadores de aprendizagem.

A melhor capacidade de entrega constitui, igualmente, benefício direto da licitação compartilhada. Ao oferecer ao mercado fornecedor uma demanda agregada e de volume significativo, o CINCOP-MT amplia o interesse de empresas qualificadas e de maior porte, que dispõem de estrutura logística adequada, experiência comprovada na execução de contratos de grande escala e capacidade operacional para atender simultaneamente dezenas de municípios, respeitando cronogramas de entrega, padrões de qualidade e exigências técnicas estabelecidas.

Municípios de pequeno porte, quando atuam isoladamente, frequentemente enfrentam dificuldades para atrair fornecedores qualificados, em razão do volume reduzido de suas demandas individuais, da complexidade logística de atendimento a localidades de difícil acesso e da percepção de risco comercial associada a contratações pulverizadas.

A atuação consorciada mitiga essas dificuldades, tornando o certame mais atrativo, ampliando a competitividade, reduzindo o risco de fracasso da licitação e assegurando que os materiais didáticos sejam efetivamente entregues nos prazos e condições necessárias ao adequado funcionamento do ano letivo.

A segurança jurídica é outro elemento relevante favorecido pela licitação compartilhada. O CINCOP-MT, enquanto estrutura consorciada criada especificamente

para atender demandas comuns dos municípios participantes, dispõe de assessoramento técnico e jurídico especializado, capaz de elaborar instrumentos convocatórios tecnicamente robustos, juridicamente fundamentados e alinhados às melhores práticas da gestão pública.

Esta expertise concentrada reduz substancialmente o risco de vícios processuais, questionamentos judiciais, impugnações de edital e recursos infundados, que frequentemente paralisam ou prolongam procedimentos licitatórios conduzidos isoladamente por municípios com menor capacidade técnica. A análise jurídica centralizada assegura, ainda, que o procedimento observe integralmente os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as orientações dos órgãos de controle e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, conferindo maior solidez e transparência ao processo.

Por fim, cumpre destacar que a licitação compartilhada promove o fortalecimento institucional dos entes consorciados, na medida em que viabiliza o acesso a bens e serviços de qualidade superior àquela que poderiam obter isoladamente, sem que isso implique renúncia à autonomia municipal ou subordinação hierárquica entre os entes.

Cada município participante mantém sua independência administrativa, adere voluntariamente ao procedimento e utiliza a Ata de Registro de Preços na medida de suas necessidades e disponibilidades orçamentárias, preservando integralmente sua capacidade decisória. O que se promove, em verdade, é a cooperação federativa, expressamente incentivada pelo artigo 23 da Constituição Federal e operacionalizada mediante os instrumentos previstos na Lei nº 11.107, de 2005, que regula os consórcios públicos como mecanismos de gestão associada de serviços públicos.

Diante do exposto, a realização da presente licitação de forma compartilhada justifica-se plenamente pela convergência de múltiplos fatores de ordem jurídica, administrativa, econômica e pedagógica, que não apenas autorizam, mas recomendam enfaticamente a adoção deste modelo de contratação.

A economicidade, a eficiência administrativa, a padronização da qualidade educacional, a melhor capacidade de entrega e a segurança jurídica constituem vantagens objetivas e concretas que atendem simultaneamente aos princípios constitucionais da Administração Pública, às diretrizes da legislação de licitações e contratações e aos interesses superiores das comunidades escolares dos municípios consorciados, justificando plenamente a opção pela licitação compartilhada e demonstrando sua adequação técnica, jurídica e social para o atendimento do objeto demandado.

#### **4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA-PEDAGÓGICA E SOCIAL**

A justificativa que se apresenta neste tópico, não se limita à demonstração formal da necessidade administrativa da contratação, requisito já atendido no tópico anterior deste ETP.

Ao contrário, tem por objeto, especificamente, fundamentar a escolha da solução pedagógica estruturada como instrumento de intervenção pública prioritária no enfrentamento da violência de gênero, demonstrando, com base em evidências científicas, normativos educacionais e indicadores sociais verificáveis, que a aquisição de materiais paradidáticos integrados à formação docente e ao suporte digital constitui a alternativa tecnicamente mais adequada, socialmente mais eficaz e juridicamente



mais segura dentre as opções disponíveis ao administrador público no estágio atual das políticas públicas de prevenção.

A contratação objeto deste ETP insere-se, portanto, no cumprimento de obrigação legal direta e irrenunciável dos sistemas municipais de ensino, constituindo medida não apenas conveniente ou oportuna, mas juridicamente imposta, cuja omissão expõe os gestores públicos a responsabilizações concretas e os estudantes à privação de direito fundamental expressamente reconhecido pelo legislador nacional.

Portanto, a escolha de materiais paradidáticos estruturados como principal instrumento de intervenção pedagógica baseia-se em evidências científicas consolidadas sobre a efetividade das intervenções educativas para a prevenção primária da violência de gênero, acumuladas ao longo das últimas duas décadas em estudos nacionais e internacionais.

A neurociência do desenvolvimento humano demonstrou que os padrões de comportamento social, os modelos relacionais e as crenças sobre papéis de gênero são formados prioritariamente na infância e na adolescência, período em que o cérebro apresenta maior neuroplasticidade e receptividade a novas aprendizagens socioemocionais.

Pesquisas em neuropsicologia do desenvolvimento (SIEGEL, 2012; IMMORDINO-YANG, 2016<sup>11</sup>) indicam que intervenções realizadas antes da consolidação desses padrões têm probabilidade significativamente maior de produzir mudanças duradouras de comportamento e atitude do que intervenções realizadas na fase adulta, quando os padrões já estão parcialmente cristalizados.

Essa evidência justifica, do ponto de vista científico, a priorização de intervenções educativas na educação básica, e especificamente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que as crianças estão construindo suas primeiras representações sobre relações de gênero, poder e afeto, como estratégia de prevenção primária mais custo-efetiva do que programas de reabilitação ou intervenção em crise.

No contexto brasileiro, o estudo longitudinal conduzido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022)<sup>12</sup> sobre o desenvolvimento integral na primeira infância confirmou que crianças expostas a ambientes escolares com práticas sistemáticas de educação socioemocional apresentam, na adolescência, repertório significativamente mais desenvolvido de empatia, autorregulação emocional e resolução pacífica de conflitos, competências diretamente associadas à menor probabilidade de perpetração e vitimização de violência nos relacionamentos.

A literatura internacional sobre prevenção de violência de gênero por meio de intervenções escolares apresenta resultados consistentemente positivos quando as intervenções reúnem as seguintes características: (i) são integradas ao currículo regular, e não apenas ações extracurriculares pontuais; (ii) envolvem formação docente específica para condução dos conteúdos; (iii) contemplam componente familiar, com material de apoio para responsáveis; (iv) têm duração mínima de um ciclo letivo completo (aproximadamente 12 semanas de aplicação); e (v) são acompanhadas por sistema de monitoramento de impacto.

---

<sup>11</sup> SIEGEL, D.J. *The Developing Mind: How Relationships and the Brain Interact to Shape Who We Are*. 2. ed. New York: Guilford Press, 2012. 506 p. **APA PsycNET**: <https://psycnet.apa.org/record/2012-12726-000>

<sup>12</sup> FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL; LEPES/USP. *Estudo Nacional sobre Qualidade da Educação Infantil*. São Paulo: FMCSV, 2022. **Biblioteca FMCSV**: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/estudo-nacional-qualidade-educacao-infantil-2022/>

O programa Safe Dates (Foshee et al., 2004)<sup>13</sup>, desenvolvido nos Estados Unidos e posteriormente adaptado para contextos de países em desenvolvimento, demonstrou redução de 56% nas taxas de violência física nos relacionamentos entre adolescentes que participaram de programa escolar estruturado com essas características, nos 04 (quatro) anos pós a intervenção.

O programa Shifting Boundaries (Taylor et al., 2013)<sup>14</sup> produziu estudos que evidenciaram a redução de 32% a 47% na vitimização e perpetração de violência sexual entre pares, 6 meses após a intervenção.

No Brasil, avaliações conduzidas pelo Instituto Promundo (2016)<sup>15</sup> sobre o programa Programa H Escolas, que utilizou materiais educativos estruturados para promover masculinidades saudáveis com adolescentes do 7º ao 9º ano, demonstraram que, **após seis meses de aplicação, os participantes apresentaram redução significativa de atitudes favoráveis à violência de gênero e maior disposição para interromper situações de abuso presenciadas.**

O componente de formação docente foi identificado como variável crítica para o sucesso da intervenção, escolas nas quais os professores receberam formação adequada apresentaram resultados até 40% superiores às escolas com aplicação autodidática do material.

Esses achados convergem com a estrutura da solução ora contratada, que deve combinar não menos que, materiais impressos pedagógicos com metodologia ativa e sequência cognitiva progressiva, bem como, componente digital integrado para monitoramento e extensão do conteúdo, e ainda, formação docente presencial no lançamento, com acompanhamento técnico online por no mínimo 90 dias, configuração que corresponde ao modelo de intervenção com maior robustez de evidências na literatura disponível.

A necessidade de abordagem tripartite, ou seja, aluno, professor e família, é necessário posto que estudos demonstram que é um erro frequente em programas educativos de prevenção de violência, quando este se concentra as intervenções exclusivamente nos estudantes, ignorando que o ambiente familiar e a prática docente são determinantes igualmente relevantes para a formação dos padrões de comportamento.

A pesquisa sobre violência de gênero demonstra que crianças expostas à violência doméstica em casa têm probabilidade significativamente maior de naturalizar comportamentos violentos nos seus próprios relacionamentos, o chamado ciclo intergeracional da violência, independentemente do que aprendem na escola.

Por essa razão, quando dos estudos constantes do ETP, a solução técnica ora analisada estruturou-se em três frentes simultâneas e interdependentes:

**a) Discentes:** desenvolvimento de repertório socioemocional, consciência de direitos, identificação de situações de risco e conhecimento de canais de apoio, adaptado à linguagem e ao desenvolvimento cognitivo de cada etapa;

<sup>13</sup> FOSHEE, V.A.; BAUMAN, K.E.; ENNETT, S.T.; LINDER, G.F.; BENEFIELD, T.; SUCHINDRAN, C. Assessing the Long-Term Effects of the Safe Dates Program and a Booster in Preventing and Reducing Adolescent Dating Violence Victimization and Perpetration. *American Journal of Public Health*, v. 94, n. 4, p. 619–624, abr. 2004. DOI: 10.2105/ajph.94.4.619 **PubMed:** <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15054015/>

<sup>14</sup> TAYLOR, B.G.; STEIN, N.D.; MUMFORD, E.A.; WOODS, D. Shifting Boundaries: An Experimental Evaluation of a Dating Violence Prevention Program in Middle Schools. *Prevention Science*, v. 14, n. 1, p. 64–76, fev. 2013. DOI: 10.1007/s11121-012-0293-2 <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23076726/>

<sup>15</sup> INSTITUTO PROMUNDO. *Programa H: Promoção de Masculinidades Saudáveis*. Brasília: Promundo, desde 2002 <https://promundo.org.br/programa-h>

**b) Docentes:** qualificação técnica para conduzir com segurança e profundidade conteúdos sensíveis relacionados à violência de gênero com diferentes faixas etárias, superando a insegurança metodológica que frequentemente leva os docentes a evitar ou superficializar esses temas em sala de aula;

**c) Família / Responsáveis legais:** material específico para responsáveis, feminino e masculino, reconhecendo que a desconstrução de padrões culturais de violência requer intervenção junto ao núcleo familiar, especialmente junto às figuras masculinas de referência, cuja participação ativa em programas preventivos é consistentemente apontada como fator de amplificação de impacto.

Essa abordagem tripartite é o diferencial pedagógico central da solução proposta em relação a alternativas mais simples, como a distribuição de cartilhas ou a realização de palestras isoladas, e é o fundamento técnico que justifica a estruturação do objeto em itens distintos para cada público, em vez de um único produto genérico.

Cabe ainda evidenciar o elemento social, posto a urgência do contexto regional e a responsabilidade do CINCOP-MT, vez que o fenômeno do feminicídio como expressão máxima de um continuum de violência.

Sabe-se, que o feminicídio não é um evento isolado, é o desfecho de um processo progressivo de violência doméstica e controle coercitivo que, na maioria dos casos, se desenvolve ao longo de meses ou anos, passando por fases identificáveis de escalada, da violência psicológica e moral para a física, e desta para a violência letal.

O Conselho Nacional de Justiça<sup>16</sup> identificou, em levantamento de 2023, que em aproximadamente 76% dos casos de feminicídio registrados no Brasil havia histórico prévio de violência doméstica documentada, o que evidencia que a morte raramente é o primeiro ato violento, mas o último de uma série.

Esse dado tem implicação direta para a justificativa das políticas educativas preventivas, a constar que o feminicídio é a manifestação extrema de um padrão de comportamento construído ao longo do tempo, interromper esse padrão na sua formação, durante a infância e a adolescência, é a intervenção de maior impacto potencial em termos de redução estrutural dos índices de violência letal.

Os municípios consorciados ao CINCOP-MT apresentam perfil demográfico e socioeconômico que amplifica os fatores de risco associados à violência de gênero, a constar que são municípios com economia baseada no agronegócio e na atividade rural, distância dos centros urbanos e dos serviços especializados de proteção à mulher (delegacias especializadas, casas-abrigo, centros de atendimento à mulher), e índices de escolaridade e renda per capita inferiores à média estadual.

A literatura sobre violência de gênero em municípios de pequeno porte indica que nesses contextos há dois fatores de agravamento específicos: (i) o isolamento geográfico e social das vítimas, que reduz as possibilidades de busca de ajuda e aumenta a dependência em relação ao agressor; e (ii) o controle social informal exercido por comunidades pequenas, que frequentemente resulta em pressão para que casos de violência doméstica permaneçam no âmbito privado, com subnotificação sistemática e menor acesso às redes de proteção.

---

<sup>16</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Novo painel da violência contra a mulher é lançado durante sessão ordinária do CNJ*. Brasília: CNJ, mar. 2025. <https://www.cnj.jus.br/novo-painel-da-violencia-contra-a-mulher-e-lancado-durante-sessao-ordinaria-do-cnj/>

Nesse contexto, a escola assume papel de espaço privilegiado de identificação e interrupção precoce de ciclos de violência, especialmente porque, em muitos desses municípios, é a única instituição com presença capilar suficiente para alcançar sistematicamente crianças e adolescentes em situação de risco.

Professores capacitados e com instrumentos pedagógicos adequados tornam-se, efetivamente, a primeira linha de identificação e referenciamento de casos, papel para o qual precisam de formação técnica específica que os materiais ora licitados se destinam a prover.

O CINCOP-MT por sua vez, não é apenas um mecanismo de economicidade nas compras públicas, é, em sua essência, um instrumento de equidade no acesso às políticas públicas de qualidade.

A contratação compartilhada para materiais pedagógicos de prevenção à violência de gênero expressa essa dimensão com particular evidência. Um município com 5.000 habitantes e orçamento anual limitado não tem condições financeiras nem técnicas de contratar, individualmente, uma solução pedagógica com as características ora especificadas, com materiais impressos de qualidade editorial, plataforma digital integrada, formação docente presencial e acompanhamento técnico continuado.

Pela via da contratação compartilhada, esse mesmo município acessa, pelo preço proporcionalmente reduzido pelo ganho de escala, a mesma solução que um município de grande porte obterá por meio de contrato individualizado.

Essa equalização de acesso constitui a justificativa social mais fundamental da presente contratação, não se trata apenas de comprar materiais didáticos, mas de garantir que crianças e adolescentes de todos os municípios consorciados, independentemente do porte ou da capacidade financeira de seus municípios, tenham acesso a programas educacionais estruturados de proteção contra a violência de gênero, em cumprimento ao princípio da igualdade de condições para o acesso à educação de qualidade, previsto no art. 206, inciso I, da Constituição Federal.

## **5. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO E CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

As administrações municipais mato-grossenses, ao aderirem ao modelo de contratação compartilhada, assumem papel estratégico na operacionalização de um sistema complexo que demanda coordenação interinstitucional, planejamento metódico e execução sincronizada.

Os municípios consorciados recebem regularmente livros didáticos básicos mediante distribuição gratuita promovida pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação, que disponibiliza aos estudantes das redes públicas de ensino materiais didáticos relativos aos componentes curriculares obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular.

Esta distribuição federal de materiais básicos não constitui contratação sob responsabilidade dos municípios, mas política pública de âmbito nacional da qual os entes municipais são beneficiários, não cabendo, portanto, sua inclusão no escopo da presente análise. Importante destacar que os materiais didáticos complementares e transversais ora demandados não se destinam a substituir os livros didáticos básicos distribuídos pelo PNLD, mas precisamente a complementá-los mediante recursos adicionais voltados à recomposição de aprendizagens e ao desenvolvimento dos temas



contemporâneos transversais, configurando-se como investimento suplementar e não duplicativo em relação aos materiais já disponibilizados pelo Governo Federal.

**a) Aquisição de materiais escolares de consumo**

Diversos municípios consorciados realizam periodicamente aquisições de materiais escolares de consumo como cadernos, lápis, canetas, borrachas, réguas, papel sulfite, materiais de artes plásticas e demais insumos utilizados rotineiramente pelos estudantes nas atividades escolares.

Embora estas aquisições estejam inseridas no contexto educacional e destinadas aos mesmos beneficiários finais que utilizarão os materiais didáticos ora demandados, configuram objetos de natureza radicalmente distinta, caracterizados por especificações técnicas simples, por oferta ampla e competitiva no mercado, por necessidade de reposição frequente em razão do consumo regular, e por dinâmica de aquisição tipicamente baseada em pregões eletrônicos com sistema de registro de preços de curta duração.

A agregação de materiais escolares de consumo ao objeto da presente contratação de materiais didáticos não geraria economias de escala relevantes, uma vez que os fornecedores especializados em cada segmento são distintos, não geraria simplificação administrativa significativa, e poderia inclusive prejudicar a competitividade ao exigir que licitantes demonstrassem capacidade técnica e operacional para fornecimento simultâneo de produtos de naturezas totalmente diversas, reduzindo o número de potenciais participantes qualificados.

Conclui-se, portanto, pela inexistência de correlação ou interdependência que justifique o agrupamento destas contratações.

**b) Contratação de sistemas de gestão educacional**

Alguns municípios consorciados utilizam ou planejam contratar sistemas informatizados de gestão educacional que apoiam processos de matrícula, controle de frequência, registro de notas, acompanhamento de desempenho dos estudantes, gestão de acervos de bibliotecas escolares, comunicação com famílias, e demais funcionalidades administrativas e pedagógicas.

Embora tais sistemas possam eventualmente incluir módulos de gestão de materiais didáticos ou de acervos pedagógicos, sua contratação não guarda interdependência funcional com a aquisição física dos materiais didáticos complementares e transversais, podendo ser contratados de forma autônoma sem prejuízo à utilização adequada dos materiais impressos ora demandados.

A eventual integração entre materiais físicos e sistemas informatizados de gestão constitui funcionalidade desejável, mas não essencial, que pode ser desenvolvida posteriormente mediante parametrização dos sistemas já contratados ou mediante customizações específicas, não justificando o agrupamento obrigatório destas contratações de naturezas distintas que atendem a finalidades diversas e que possuem dinâmicas próprias de planejamento, orçamentação e execução.

**c) Contratação de serviços de formação continuada de professores**

A utilização adequada dos materiais didáticos complementares e transversais pelos professores pode ser potencializada mediante realização de formações continuadas que apresentem as características pedagógicas dos materiais, orientem estratégias metodológicas de utilização, esclareçam dúvidas conceituais, e apoiem o planejamento de sequências didáticas baseadas nos recursos disponibilizados.

Embora desejável e recomendável, esta formação docente não constitui condição sine qua non para utilização dos materiais, uma vez que materiais didáticos bem elaborados devem ser intuitivos e autoexplicativos, acompanhados de manuais do professor ou orientações metodológicas que permitam sua utilização mesmo sem capacitações específicas, ainda que estas possam otimizar o aproveitamento pedagógico.

Ademais, as formações continuadas podem ser realizadas pelas próprias equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação utilizando os recursos metodológicos fornecidos pelo contratado, podem ser objeto de contratações específicas posteriores quando os municípios dispuserem de recursos orçamentários para tanto, ou podem ser organizadas colaborativamente entre municípios mediante apoio do CINCOP-MT sem necessidade de contratação onerosa.

A inexistência de interdependência funcional obrigatória e a diversidade de alternativas viáveis para provimento das formações docentes afastam a necessidade de agrupamento com a presente contratação de materiais didáticos.

**d) Aquisição de mobiliário e equipamentos escolares**

Os municípios consorciados realizam periodicamente investimentos em mobiliário escolar como carteiras, mesas, cadeiras, armários, estantes, e em equipamentos educacionais como lousas digitais, projetores multimídia, computadores, impressoras, e demais recursos tecnológicos que integram a infraestrutura das unidades escolares.

Embora estes bens componham o ambiente físico onde os materiais didáticos serão utilizados e possam influenciar as condições de ensino-aprendizagem, não guardam qualquer



interdependência funcional com os materiais impressos ora demandados, que podem ser utilizados independentemente da existência de equipamentos tecnológicos, que não requerem mobiliário específico além das carteiras escolares convencionais já existentes, e que não dependem de infraestruturas especiais para armazenamento ou utilização.

A agregação de mobiliário e equipamentos escolares ao objeto da presente licitação não geraria sinergias relevantes, reuniria em um mesmo procedimento objetos de naturezas radicalmente distintas que demandam especificações técnicas, requisitos de habilitação, metodologias de recebimento e critérios de fiscalização totalmente diversos, e poderia comprometer a competitividade ao restringir drasticamente o universo de fornecedores capazes de executar simultaneamente fornecimentos tão heterogêneos.

Contratação de serviços gráficos para impressão de materiais institucionais: Algumas Secretarias Municipais de Educação contratam eventualmente serviços gráficos para impressão de materiais institucionais como boletins informativos, cartazes de campanhas educacionais, folders explicativos sobre programas municipais, certificados de conclusão de cursos, e outros impressos de natureza administrativa ou promocional.

Estes serviços gráficos, embora utilizem processos produtivos similares aos empregados na fabricação de materiais didáticos, destinam-se a finalidades totalmente distintas, caracterizam-se por demandas irregulares e imprevisíveis, envolvem tiragens tipicamente reduzidas e customizadas, e são prestados preferencialmente por gráficas locais que possam atender rapidamente necessidades pontuais que surgem ao longo do ano.

A natureza radicalmente distinta entre a aquisição de materiais didáticos padronizados em grandes volumes e a contratação de serviços gráficos customizados em pequenas tiragens afasta qualquer possibilidade de agregação que gerasse benefícios em termos de economicidade ou de eficiência administrativa.

#### **e) Aquisição de acervos de literatura para bibliotecas escolares**

Os municípios investem periodicamente na aquisição de livros de literatura infantil e juvenil, obras de referência, enciclopédias, atlas, dicionários e outros materiais bibliográficos destinados à composição ou ampliação dos acervos de bibliotecas escolares. Embora estes materiais compartilhem com os materiais didáticos ora demandados a natureza de recursos pedagógicos impressos destinados ao apoio do processo educacional, diferenciam-se substancialmente quanto à finalidade, às especificações técnicas, aos critérios de seleção que priorizam a diversidade de títulos e autores em lugar da padronização, aos

processos de catalogação e gestão biblioteconômica que devem observar, e à dinâmica de utilização baseada em empréstimos individuais em lugar de adoção por turmas ou anos escolares. Esta distinção de natureza, finalidade e metodologia de utilização justifica a autonomia das contratações, que devem observar especificidades próprias incompatíveis com agregação em procedimento único.

A análise detalhada das possíveis contratações que poderiam, em tese, guardar correlação ou interdependência com a aquisição de materiais didáticos complementares e transversais evidencia que a presente demanda caracteriza-se como contratação autônoma e independente, que pode e deve ser conduzida de forma isolada sem necessidade de agrupamento obrigatório com outras aquisições ou contratações de serviços, e sem que esta autonomia configure fracionamento irregular de despesas ou comprometa a obtenção de economias de escala, sinergias operacionais ou coordenação adequada entre diferentes iniciativas da política educacional municipal.

A autonomia funcional do objeto fica evidenciada pelo fato de que os materiais didáticos complementares e transversais cumprem plenamente suas finalidades pedagógicas independentemente da existência ou não de outras contratações correlatas, podendo ser utilizados pelos professores e estudantes sem necessidade de aquisições complementares obrigatórias, sem dependência de infraestruturas especiais além daquelas já existentes nas escolas, e sem exigência de serviços associados que condicionem sua funcionalidade.

Esta característica de autossuficiência funcional distingue a presente contratação de hipóteses típicas de interdependência como, por exemplo, a aquisição de equipamentos de informática que demanda necessariamente a contratação de licenças de software para seu funcionamento, ou a construção de unidades escolares que pressupõe o fornecimento de mobiliário e equipamentos para viabilizar a oferta educacional, casos em que a fragmentação artificial comprometeria a funcionalidade do conjunto e caracterizaria planejamento inadequado.

A ausência de risco de fracionamento irregular fica demonstrada pela magnitude significativa da presente contratação, que envolve a aquisição de materiais didáticos para atendimento de dezenas de milhares de estudantes distribuídos em mais de oitenta municípios consorciados, caracterizando demanda de escala substancial que justifica plenamente procedimento licitatório próprio na modalidade pregão eletrônico com possibilidade de participação de fornecedores de qualquer porte e origem geográfica.

Não se identifica qualquer tentativa de subdivisão artificial de objeto naturalmente unitário com intuito de evitar exigências legais mais rigorosas ou de viabilizar contratações diretas que não seriam permitidas para objetos de maior valor, configurando-se a delimitação do objeto de forma técnica e racional segundo critérios pedagógicos e administrativos legítimos que atendem aos interesses da Administração Pública e dos beneficiários finais da política educacional.

A coordenação temporal e metodológica entre a presente contratação e eventuais outras iniciativas correlatas da política educacional municipal será assegurada não mediante agrupamento artificial em procedimentos únicos, mas mediante planejamento estratégico integrado das Secretarias Municipais de Educação, que deverão compatibilizar os cronogramas de diferentes contratações para assegurar

que os materiais didáticos estejam disponíveis no momento adequado, que as formações docentes sejam realizadas tempestivamente quando necessárias, que os sistemas informatizados de gestão sejam parametrizados para incorporar as informações sobre os novos materiais adquiridos, e que todas as iniciativas educacionais dialoguem harmonicamente em benefício da aprendizagem dos estudantes, mediante coordenação gerencial e não mediante agregação contratual que seria artificial e prejudicial à eficiência.

A economicidade da contratação não será comprometida pela ausência de agrupamento com outras demandas correlatas, uma vez que as economias de escala relevantes para aquisição de materiais didáticos decorrem primariamente do volume total de materiais de mesma natureza adquiridos, e não da agregação de objetos heterogêneos que atenderiam a finalidades diversas.

A consolidação da demanda de mais de oitenta municípios consorciados já assegura magnitude suficiente para viabilizar preços competitivos e condições comerciais vantajosas, não sendo esperado que a eventual agregação de outros objetos de natureza distinta produzisse reduções adicionais de preços que justificassem as complexidades operacionais, jurídicas e gerenciais decorrentes de procedimentos excessivamente abrangentes e heterogêneos.

Sem prejuízo da conclusão pela autonomia e independência da presente contratação, recomenda-se que os municípios consorciados e o CINCOP-MT observem as seguintes orientações em contratações futuras correlatas à área educacional:

Planejamento integrado de aquisições educacionais, mediante elaboração de plano anual de contratações que identifique antecipadamente todas as demandas da área educacional, análise possibilidades de agrupamento quando tecnicamente viável e vantajoso, estabeleça cronogramas coordenados que evitem sobreposições ou lacunas temporais, e assegure que recursos orçamentários sejam alocados de forma equilibrada entre diferentes necessidades prioritárias.

Avaliação periódica de oportunidades de cooperação, mediante diálogo permanente entre os municípios consorciados para identificar demandas comuns que possam ser atendidas mediante licitações compartilhadas futuras, compartilhar experiências sobre contratações bem-sucedidas que possam ser replicadas por outros entes, e construir gradualmente repertório de boas práticas em contratações educacionais que agregue valor ao conjunto dos participantes do CINCOP-MT.

Atenção a interdependências supervenientes, mediante acompanhamento das evoluções tecnológicas e metodológicas no campo educacional que possam criar novas relações de interdependência entre contratações anteriormente autônomas, como por exemplo a eventual adoção futura de materiais didáticos híbridos que integrem componentes físicos e digitais de forma indissociável, hipótese em que o planejamento de aquisições deverá ser revisto para contemplar adequadamente estas novas configurações.

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação de materiais didáticos complementares e transversais não apresenta correlação ou interdependência funcional com outras contratações em curso ou planejadas pelos municípios consorciados que justifique ou exija seu agrupamento em procedimento único, caracterizando-se como demanda autônoma, independente e autossuficiente que pode e deve ser conduzida de forma isolada mediante licitação específica, sem que esta autonomia configure fracionamento irregular de despesas, sem que comprometa a obtenção de economias de escala ou de vantajosidade para a Administração Pública.

## 6. DEFINIÇÃO DO OBJETO

### 6.1. OBJETO

O presente processo licitatório tem como finalidade a realização de Pregão Eletrônico, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual para eventual **AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL PARADIDÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NA EDUCAÇÃO BÁSICA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS, RESPONSÁVEIS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT**, destinados ao uso dos órgãos e entidades dos Entes da Federação consorciados, cooperados ou referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP-MT, na condição de Órgãos Participantes desta licitação, de acordo com os quantitativos estimados e durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

Na definição do objeto foi considerada a diversidade de produtos necessários à plena execução da política pública de apoio educacional e social, abrangendo materiais didáticos complementares, destinados à recomposição de aprendizagem e à preparação para avaliações externas, assim como, materiais didáticos transversais, destinados ao desenvolvimento de habilidades dispostas na BNCC, e ainda, materiais estruturantes do currículo regular, organizados de forma sequencial e progressivo.

Os descritivos técnicos detalhados, com informações específicas de cada item, constam dos autos do processo administrativo e integrarão o Edital como folhas de dados, constituindo parte indissociável do Termo de Referência.

### 6.2. NATUREZA

Os itens que compõem o objeto do presente processo licitatório são classificados como bens de natureza comum, conforme art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de qualidade e desempenho que podem ser objetivamente definidos em edital mediante especificações usuais de mercado.

Trata-se de bens de uso contínuo e essencial à política pública de educação, assistência social e saúde, em consonância com a Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, que estabelece que os itens a serem adquiridos devem possuir qualidade comum, não superior à necessária para o cumprimento de suas finalidades.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme análise contida no Estudo Técnico Preliminar que subsidia esta contratação, ficou tecnicamente justificada a **a concentração dos itens em um único lote**, como estratégia mais adequada para atender à solução pretendida, em conformidade com o art. 47, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

Nos termos do art. 47, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021, que nas licitações e contratações públicas deverá ser observado o parcelamento do objeto em tantas

parcelas quanto forem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar a competitividade, estimular o aproveitamento das capacidades do mercado e evitar a concentração indevida de fornecedores. Esse comando legal está alinhado à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a não adoção do parcelamento somente será admitida quando houver prejuízo à economia de escala, ao conjunto do objeto ou à viabilidade técnica da contratação.

Destaca-se que, conforme entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União e manifestado na atual legislação licitatória, o parcelamento configura-se como regra, sendo uma exceção o agrupamento em lotes, dispensando maiores digressões acerca de sua adoção:

*“Súmula TCU n. 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”.*

Atendendo a esse imperativo normativo, a equipe responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar procedeu à análise criteriosa da divisibilidade do objeto, avaliando a viabilidade técnica, a conveniência econômica, o ganho de escala e a repercussão sobre a competitividade.

Em observância ao disposto no artigo 47, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estabelece como regra geral o parcelamento do objeto em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar a competitividade e evitar a concentração indevida de fornecedores, e em consonância com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que admite excepcionalmente o agrupamento do objeto quando houver prejuízo à economia de escala, ao conjunto do objeto ou à viabilidade técnica da contratação, procedeu-se à análise criteriosa da divisibilidade dos materiais didáticos complementares e transversais objeto da presente demanda, concluindo-se pela necessidade imperiosa de agrupamento em lote único indivisível, conforme fundamentação técnica, pedagógica e econômica a seguir exposta.

A natureza intrínseca do objeto contratado consiste em solução educacional integrada, caracterizada pela articulação sistêmica e pela interdependência funcional entre os diferentes componentes que a constituem, não se tratando de mera aquisição de materiais didáticos isolados e independentes, mas de um conjunto coerente e metodologicamente articulado de recursos pedagógicos que se complementam mutuamente, dialogam entre si e estruturam-se segundo uma proposta educacional unificada alinhada à Base Nacional Comum Curricular.

Os materiais complementares destinados à recomposição de aprendizagens e os materiais transversais voltados ao desenvolvimento das competências gerais da BNCC não constituem elementos autônomos e dissociáveis, mas partes integrantes de uma arquitetura pedagógica única que somente produz os efeitos educacionais pretendidos quando implementada em sua integralidade, mediante fornecimento



unificado por um único responsável técnico capaz de assegurar a coerência metodológica, a progressão curricular articulada, a compatibilidade conceitual e a uniformidade de linguagem e abordagem pedagógica em todos os materiais fornecidos.

O parcelamento do objeto em múltiplos lotes adjudicáveis a diferentes fornecedores geraria risco concreto e elevado de incompatibilidade pedagógica entre os materiais fornecidos por licitantes distintos, comprometendo a coerência metodológica essencial ao sucesso da intervenção educacional pretendida. Materiais complementares elaborados segundo determinada concepção pedagógica, determinado referencial teórico de aprendizagem, determinada estrutura de progressão de conteúdos e determinada linguagem didática podem revelar-se incompatíveis ou conflitantes com materiais transversais desenvolvidos segundo pressupostos pedagógicos diversos, referenciais teóricos distintos, abordagens metodológicas divergentes ou linguagens didáticas dissonantes, resultando em conjunto desarticulado de recursos que confundem professores, desorientam estudantes, dificultam o planejamento pedagógico integrado e comprometem a efetividade educacional do investimento público realizado.

A integração entre conteúdos disciplinares trabalhados nos materiais complementares e temas contemporâneos transversais abordados nos materiais específicos para esse fim exige concepção unitária que garanta o diálogo permanente entre essas dimensões do currículo, evitando que os temas transversais sejam tratados como apêndices desconectados dos conteúdos regulares ou que os materiais complementares ignorem as competências gerais que deveriam permear todas as áreas do conhecimento.

A fragmentação do fornecimento entre múltiplos licitantes impediria o estabelecimento de identidade visual e editorial unificada nos materiais didáticos, gerando descontinuidade estética, variação de padrões gráficos, diversidade de formatos, diferenças de qualidade de impressão e acabamento, e heterogeneidade de recursos visuais que prejudicam a experiência de aprendizagem dos estudantes e dificultam a organização do trabalho pedagógico pelos professores.

A identidade visual consistente em todos os materiais utilizados pela rede de ensino facilita o reconhecimento pelos usuários, promove senso de pertencimento ao sistema educacional, reforça a percepção de que os diferentes materiais integram uma proposta educacional coerente, e permite que estudantes e professores desenvolvam familiaridade com padrões de apresentação de conteúdos, estruturas de atividades, códigos visuais e convenções gráficas que se repetem ao longo dos diferentes componentes da solução educacional, reduzindo o tempo de adaptação e maximizando o aproveitamento pedagógico dos recursos disponibilizados.

O parcelamento criaria dificuldades operacionais significativas para a gestão e fiscalização contratual pelos municípios consorciados, que passariam a ter que gerenciar simultaneamente múltiplos contratos com fornecedores distintos, cada qual com seus cronogramas de entrega, seus procedimentos de recebimento, suas especificidades de garantia, suas particularidades de relacionamento comercial e suas demandas de acompanhamento técnico.

A multiplicação de interfaces contratuais sobrecarregaria as estruturas administrativas já limitadas dos municípios de pequeno porte, aumentaria os custos de



transação, ampliaria as possibilidades de conflitos e desencontros de informações, dificultaria a responsabilização em caso de problemas na execução, e prejudicaria a eficiência administrativa que justamente se busca alcançar mediante a licitação compartilhada.

A unidade de fornecimento, ao contrário, simplifica a gestão ao concentrar em um único interlocutor todas as questões relacionadas aos materiais didáticos, facilita o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais, agiliza a resolução de eventuais problemas, e permite que os municípios dediquem suas energias ao acompanhamento pedagógico da utilização dos materiais em lugar de se dispersarem na gestão de múltiplas relações contratuais simultâneas.

A divisão do objeto em lotes distintos adjudicáveis a fornecedores diferentes eliminaria ou reduziria drasticamente a economia de escala que constitui uma das principais vantagens da licitação compartilhada e que justifica a expectativa de obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública.

A concentração de toda a demanda em um único lote permite que o fornecedor contratado otimize seus processos produtivos, negocie melhores condições com seus fornecedores de insumos em razão dos volumes envolvidos, dilua custos fixos de estruturação da produção sobre quantidades maiores, reduza custos unitários de impressão mediante tiragens mais expressivas, e repasse parte destes ganhos de eficiência aos preços ofertados à Administração.

O fracionamento da demanda entre múltiplos fornecedores fragmenta os volumes, reduz as possibilidades de ganhos de escala, aumenta os custos unitários médios de produção, e resulta em preços finais menos vantajosos para o erário público, contrariando frontalmente o princípio da economicidade que deve orientar as contratações administrativas conforme estabelece o artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/21.

A adjudicação a múltiplos fornecedores amplificaria os riscos de descumprimento contratual e de insucesso da contratação, uma vez que a probabilidade de que ao menos um dos fornecedores contratados enfrente dificuldades na execução de suas obrigações aumenta proporcionalmente ao número de contratos celebrados, e a inadimplência de qualquer dos fornecedores comprometeria a integralidade da solução educacional, deixando os municípios e as escolas com conjuntos incompletos de materiais que não atendem adequadamente às necessidades pedagógicas.

A centralização do fornecimento em um único licitante que demonstre capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar a totalidade do objeto reduz a exposição ao risco de inadimplemento, permite exigências de habilitação mais rigorosas compatíveis com a magnitude e complexidade do objeto, e assegura que a responsabilidade pela integralidade da solução educacional esteja claramente atribuída a um único ente com o qual a Administração possa dialogar e ao qual possa exigir o cumprimento pleno das obrigações assumidas.

A coerência conceitual e terminológica entre os diferentes materiais didáticos constitui requisito pedagógico essencial que somente pode ser assegurado mediante produção unificada por equipe técnica comum operando sob diretrizes editoriais e pedagógicas únicas.

Conceitos fundamentais abordados nos materiais complementares devem ser apresentados com as mesmas definições, as mesmas explicações e os mesmos exemplos quando retomados nos materiais transversais, evitando confusões conceituais, contradições terminológicas ou divergências de abordagem que desorientem os estudantes e comprometam a construção sólida do conhecimento.

A fragmentação da produção entre fornecedores distintos multiplica o risco de inconsistências conceituais, variações terminológicas, divergências de enfoque e contradições metodológicas que prejudicam a qualidade pedagógica do conjunto e reduzem a efetividade dos materiais como instrumentos de ensino-aprendizagem.

A integração entre diagnóstico, intervenção e avaliação de aprendizagens, elemento central dos materiais complementares destinados à recomposição de defasagens, exige articulação sistêmica entre os diferentes instrumentos que compõem a solução educacional, de modo que os diagnósticos de defasagens identifiquem precisamente as habilidades não consolidadas que serão trabalhadas nas sequências didáticas de recuperação, que por sua vez preparem adequadamente os estudantes para as avaliações que aferirão a efetividade da intervenção pedagógica, fechando um ciclo coerente de identificação de problemas, aplicação de soluções e verificação de resultados.

Esta articulação sistêmica somente é viável quando todos os componentes são concebidos conjuntamente por equipe técnica única operando segundo planejamento pedagógico integrado, sendo praticamente impossível assegurar tal coerência quando os diferentes elementos são produzidos independentemente por fornecedores distintos que não dialogam entre si e que não compartilham uma visão unificada do processo de recomposição de aprendizagens.

O alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular e com os Temas Contemporâneos Transversais, embora constitua obrigação legal aplicável a todos os materiais didáticos independentemente de quem os produza, manifesta-se concretamente de formas diversas segundo as escolhas metodológicas, as ênfases curriculares, as estratégias didáticas e as concepções pedagógicas adotadas por cada fornecedor.

Diferentes licitantes podem interpretar de modos distintos as competências e habilidades estabelecidas pela BNCC, podem priorizar diferentes metodologias para seu desenvolvimento, podem adotar abordagens variadas para integração dos temas transversais aos conteúdos disciplinares, e podem estruturar de formas divergentes a progressão curricular e a distribuição dos conteúdos ao longo das etapas de ensino.

Estas variações, embora todas potencialmente legítimas quando consideradas isoladamente, geram descontinuidade e falta de coerência quando materiais produzidos segundo diferentes interpretações e abordagens são combinados em uma mesma rede de ensino, dificultando o trabalho docente e prejudicando o aproveitamento pedagógico pelos estudantes.

A capacitação e o suporte técnico aos professores para utilização adequada dos materiais didáticos, embora não constituam objeto direto da presente contratação, beneficiam-se imensamente da unidade de fornecimento, uma vez que formações docentes podem ser estruturadas de modo integrado abrangendo todos os materiais fornecidos segundo metodologia comum, materiais de orientação ao professor podem

apresentar visão articulada do conjunto da solução educacional, e canais de suporte técnico podem oferecer respostas consistentes e coerentes para dúvidas dos professores independentemente de qual material específico suscitou o questionamento.

A fragmentação entre fornecedores dificultaria ou inviabilizaria esta abordagem integrada de suporte ao trabalho docente, exigindo que os professores se relacionassem com múltiplos interlocutores, assimilassem múltiplas lógicas metodológicas, e gerenciassem autonomamente a integração entre materiais concebidos segundo pressupostos diversos.

A experiência comparada de programas educacionais bem-sucedidos no Brasil e em outros países demonstra consistentemente que as intervenções pedagógicas mais efetivas se caracterizam pela integralidade sistêmica das soluções implementadas, pela coerência entre os diferentes componentes das políticas educacionais, e pela articulação planejada entre recursos didáticos, formação docente, avaliação de aprendizagens e gestão pedagógica.

Programas fragmentados, baseados em aquisições desarticuladas de materiais produzidos por fontes diversas sem coordenação entre si, tendem a apresentar resultados pedagógicos inferiores mesmo quando os componentes isoladamente considerados possuem qualidade individual adequada, evidenciando que a coerência sistêmica constitui valor em si mesma que não se reduz à mera soma das qualidades dos elementos isolados.

A análise da estrutura do mercado fornecedor de materiais didáticos revela que as principais empresas atuantes no segmento possuem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para fornecer a integralidade do objeto demandado, de modo que a concentração em lote único não restringe indevidamente a competitividade nem limita artificialmente o número de potenciais participantes da licitação.

Ao contrário, a exigência de fornecimento unificado pode inclusive atrair empresas de maior porte e solidez que não teriam interesse em participar de licitações fragmentadas de valores unitários reduzidos, mas que se interessam por operações de maior escala que justifiquem os investimentos necessários em estruturação de propostas técnicas e comerciais robustas.

A experiência de outros consórcios públicos e de programas governamentais de aquisição de materiais didáticos em âmbito federal e estadual confirma a viabilidade da contratação em lote único e a existência de competitividade adequada mesmo para objetos de grande magnitude.

Importante destacar que a impossibilidade técnica de parcelamento não decorre de escolha discricionária da Administração motivada por conveniência administrativa, mas resulta das características intrínsecas do objeto, que se define precisamente como solução educacional integrada e não como conjunto de materiais isolados e independentes.

Assim como não seria razoável dividir a construção de uma escola entre múltiplos empreiteiros responsáveis cada qual por cômodos distintos sem coordenação entre si, não é viável fragmentar o fornecimento de materiais didáticos concebidos para operar sistemicamente como conjunto articulado, sob pena de descaracterização do próprio objeto e frustração dos objetivos pedagógicos que motivam a contratação.

A fiscalização exercida pelos órgãos de controle sobre licitações que optam pelo não parcelamento do objeto tem reconhecido reiteradamente a legitimidade desta escolha quando adequadamente fundamentada nas peculiaridades técnicas da contratação, na necessidade de garantir coerência sistêmica do objeto, na busca por economia de escala, ou na simplificação da gestão contratual, desde que demonstrado que o agrupamento não tem por objetivo restringir artificialmente a competitividade ou favorecer determinados licitantes.

No caso em análise, todas estas condições se encontram presentes, evidenciando que o agrupamento em lote único atende simultânea e cumulativamente aos princípios da eficiência, da economicidade, da qualidade e da adequação técnica que devem orientar as contratações públicas educacionais.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto, embora regra geral estabelecida pela legislação licitatória, revela-se técnica, pedagógica e economicamente inviável no caso concreto, enquadrando-se a presente contratação nas hipóteses excepcionais previstas no artigo 47, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133/21, e na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que autorizam o agrupamento quando houver prejuízo ao conjunto do objeto, perda de economia de escala ou comprometimento da viabilidade técnica da contratação.

A concentração em lote único não apenas é permitida como se revela impositiva para assegurar a qualidade pedagógica da solução educacional, a coerência metodológica entre seus componentes, a economia de escala que beneficia o erário, a simplificação da gestão contratual pelos municípios de pequeno porte, e a efetividade da política pública educacional voltada à recomposição das aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos estudantes conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular e pelas metas do Plano Nacional de Educação, justificando plenamente a opção pelo não parcelamento do objeto da presente contratação.

## **8. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**

A definição dos quantitativos dos objetos do presente Termo de Referência observou rigorosos critérios técnicos e metodológicos, em estrita conformidade com os princípios da Administração Pública e as disposições normativas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços e às contratações consorciadas.

Neste caminho, a Resolução nº 014/2025 do CINCOP-MT, em seu Art. 1º, autoriza expressamente o CINCOP-MT a realizar estimativas de quantidades quando os municípios consorciados não informarem suas demandas no prazo estabelecido, vide:

*Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP-MT, a Metodologia de Estimativa de Quantidades, a ser aplicada exclusivamente nos casos em que o município consorciado deixar de informar as quantidades demandadas, dentro do prazo estabelecido em convocação formal. (grifamos)*

No caso deste procedimento, cumpre destacar que o processo de dimensionamento da demanda teve como marco inicial a elaboração do Documento de

Formalização da Demanda (DFD), instrumento de planejamento que consolidou as necessidades identificadas pelos entes consorciados. Subsequentemente, em observância aos princípios da transparência e publicidade que norteiam as contratações públicas, procedeu-se à divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), oportunizando a manifestação de interesse por parte de todas as administrações integrantes do consórcio.

Durante o período estabelecido para manifestação, observa-se que ainda não tivemos o encajamento dos entes consorciados, quando da formalizaram exponencial e individualidade dos interesses, em participar do registro de preços, apresentando suas respectivas estimativas de consumo. Diante deste cenário, e considerando a necessidade de estabelecer quantitativos que assegurassem economia de escala e eficiência administrativa para a totalidade 95 (noventa e cinco) municípios consorciados fora utilizado o que versa sobre a Resolução n. 14/2025, tendo este Consórcio desenvolvido metodologia específica de projeção, devidamente respaldada em estudos técnicos e em conformidade com a Resolução anexa.

A metodologia adotada pautou-se na utilização das informações públicas disponíveis na plataforma QEDUCA<sup>17</sup>, quanto aos números de alunos e professores, cada qual adequado às especificidades dos itens licitados, pelo qual perfaz o quantitativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.
1	<p>Material paradidático <b>destinado a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo:</p> <p class="list-item-l1">c) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária;</p> <p class="list-item-l1">d) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.</p> <p>O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas</p>	Anos Iniciais – Aluno  110.131

<sup>17</sup> <https://gedu.org.br/brasil> - O portal QEDu foi idealizado pela Meritt e pela Fundação Lemann em 2012 e está sob a gestão do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) desde 2020.



	socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1469).	
2	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>c) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica,</li> <li>d) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1470)</li> </ul>	<p>Anos Iniciais          –          Responsável do Aluno (mãe ou figura materna)          110.131</p>
3	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>c) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitosas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica,</li> <li>d) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1471)</li> </ul>	<p>Anos Iniciais          –          Responsável do Aluno (pai ou figura paterna)          110.131</p>
4	<p>Material paradidático <b>destinado a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo:</p>	<p>Anos Finais          – Aluno          11.492</p>



	<p>c) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária;</p> <p>d) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m<sup>2</sup>, impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.</p> <p>O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1472)</p>	
5	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <p>c) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica,</p> <p>d) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1473)</p>	<p>Anos Finais          –          Responsável do Aluno (mãe ou figura materna)          11.492</p>
6	<p>Material paradidático <b>destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio.</p> <p>O material deverá conter, no mínimo:</p> <p>c) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitosas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica,</p>	<p>Anos Finais          –          Responsável do Aluno (pai ou figura paterna)          11.492</p>

	<p>d) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1474)</p>	
7	<p>Material paradidático <b>destinado a alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJAI</b>, voltado à prevenção da violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares aplicáveis à modalidade. O kit deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Publicação destinada ao aluno, com linguagem acessível, clara e contextualizada à realidade do público jovem, adultos e idoso, abordando temas como violência doméstica, direitos da mulher, canais de apoio e desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à construção de relações respeitadas;</li> <li>j) publicação com projeto gráfico e editorial compatível com o público adulto, sendo impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 páginas;</li> </ul> <p>Conteúdo estruturado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, alinhado às diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, podendo contemplar, de forma complementar, as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1475)</p>	<p>EJAI – Aluno 399</p>
8	<p>Kit de material paradidático destinado a <b>professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental</b>, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC.</p> <p>O kit deverá contemplar, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio, contendo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>g) guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos;</li> <li>h) acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos;</li> </ul>	<p>Anos Iniciais – Professor 2.898</p>

	<p>i) acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação;</p> <p>j) conjunto composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.</p> <p>k) Evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.</p> <p>l) As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas. (COP1476)</p>	
9	<p>Kit de material paradidático destinado a <b>professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental</b>, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC.</p> <p>O kit deverá contemplar, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio, contendo, no mínimo:</p> <p>g) guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos;</p> <p>h) acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos;</p>	<p>Anos Finais          – Professor</p> <p>302</p>

	<p>i) acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação;</p> <p>j) conjunto composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.</p> <p>k) Evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.</p> <p>l) As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas. (COP1477)</p>	
10	<p>EJAI Kit de material paradidático <b>destinado a professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJAI</b>, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares da modalidade.</p> <p>O kit deverá contemplar, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio, contendo, no mínimo:</p> <p>k) guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos;</p> <p>l) acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos;</p>	<p>EJAI – Professor</p> <p>20</p>

	<p>m) acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação;</p> <p>n) conjunto composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.</p> <p>o) Evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.</p> <p>p) As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas. (COP1478)</p>	
11	<p><b>Sistema educativo de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher, destinado a estudantes, servidoras e docentes</b>, com foco na orientação comportamental, emocional, física e psicossocial, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, Lei Federal nº 14.889/2024 e demais normativas aplicáveis.</p> <p>O sistema deverá contemplar, no mínimo:</p> <p>g) disponibilização de conteúdos educativos digitais voltados à prevenção da violência doméstica, orientação socioemocional, identificação de situações de risco e encaminhamento para redes de apoio;</p> <p>h) acesso a ambiente digital (plataforma e/ou aplicativo) que possibilite a interação com os conteúdos, incluindo recursos de apoio ao usuário em situações de vulnerabilidade;</p> <p>i) funcionalidade de solicitação de ajuda, com possibilidade de envio de alertas (SOS) a contatos previamente cadastrados pelo usuário;</p> <p>j) recursos de compartilhamento de localização, quando aplicável, condicionados ao consentimento expresso do</p>	<p>Estudantes/          Servidoras e          professoras</p> <p>67.632</p>

	<p>usuário e à observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018);</p> <p>k) disponibilização de relatórios periódicos, em formato consolidado e anonimizado, destinados à Administração Pública, com informações que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher;</p> <p>l) conteúdos estruturados com base em estudos e evidências na área de comportamento e violência doméstica, apresentados em linguagem acessível ao público-alvo.</p> <p>O sistema deverá ser acessível por meio digital, com compatibilidade para dispositivos móveis e computadores, garantindo usabilidade, acessibilidade e disponibilidade aos usuários. (COP1479)</p>	
--	---	--

\* Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos acima discriminados não obrigam a contratação pela administração pública, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 7 da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

### 8.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, caput, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, conforme art. 4, § 1º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, e nos termos da doutrina especializada (Ronny Charles), do Parecer nº 00453/2024/CGU/AGU e do Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, a prorrogação da ata importará em renovação integral dos quantitativos registrados, equivalentes ao novo ciclo anual, sem possibilidade de acumulação com eventuais saldos não consumidos no período anterior.

Tal modelagem se justifica por razões de planejamento e interesse público, garantindo, previsibilidade na execução das políticas educacionais e sociais dos entes consorciados, bem como, a manutenção do poder de compra coletivo, evitando fracionamento e novas licitações desnecessárias, e ainda, a continuidade do fornecimento com ganhos de escala e redução de custos administrativos;

Assim, a prorrogação da ata não se restringirá à exaustão do saldo residual, mas será tratada como novo ciclo de fornecimento, compatível com a lógica de planejamento anual e em estrita observância ao princípio da eficiência e economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A opção pela metodologia acima - renovação dos quantitativos em razão da prorrogação da ata, a despeito de devidamente regulamentada pelo CINCOP-MT, justifica-se pelo fato de que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual<sup>18</sup> e, dessa forma, a estimativa feita para a ata de registro de preços é anual. Nesse contexto, sendo vantajosa a manutenção da ata, a prorrogação é

<sup>18</sup> Art. 40 da Lei Federal n. 14.133/21



adequada para administração, podendo prorrogar, por mais um ano, o quantitativo anual anteriormente previsto.

Além do mais, esta medida – prorrogação de ata com a consequente prorrogação dos quantitativos – impede que as atas de registro de preços sejam superestimadas visando a existência de saldo na sua prorrogação.

Essa temática vem sendo examinada pela doutrina, tendo Ronny Charles atingido à seguinte conclusão:

*“[...] Também **parece inadequado defender que não seria possível renovar os quantitativos porque a prorrogação teria apenas como utilidade a conclusão do resíduo previsto na Ata. Ora, partindo do pressuposto que o planejamento foi sério e anual, o resíduo a ser contratado significaria apenas um pequeno percentual do previsto na ata de registro de preços.** Se fosse para tratar a prorrogação da ata de maneira estrita, equiparando-a à continuidade de um contrato de escopo, não faria sentido o texto legal já definir que a prorrogação se daria por mais um ano, mesmo período da vigência inicial da ata de registro de preços, já que na prorrogação de um instrumento para a conclusão da execução (escopo) o período acrescido deve ser o estritamente necessário à conclusão do objeto (fornecimento).*

*Ao definir que prorrogação (renovação) da ata de registro de preços se dará pelo mesmo período original[4], o legislador parece ter indicado uma modelagem de renovação, similar à outrora admitida para os serviços continuados, nas prorrogações admitidas pelo inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.*

*Nessa linha de entendimento, a **decisão administrativa de prorrogação da ata de registro de preços, que apenas deverá ocorrer quando o preço for vantajoso, permitirá a renovação do referido instrumento por mais um ano, admitindo a renovação de seus quantitativos.** Exemplificando: se o planejamento da pretensão contratual identificou uma necessidade anual de 10.000 unidades, após o final da vigência ordinária de 01 ano, o instrumento poderia ser prorrogado por mais um ano, com a renovação do quantitativo, admitindo que no segundo ciclo de vigência (renovação) mais 10.000 unidades fossem contratadas pelo gerenciador e eventuais participantes.*

*Em suma, parece-nos que o legislador, ao se referir à prorrogação da Ata, optou pela possibilidade de renovação do instrumento, **o que repercute na possibilidade de renovação dos quantitativos** inicialmente previstos para o ciclo anual original (<https://ronnycharles.com.br/prorrogaçao-da-ata-erenovacao-dos-quantitativos-fixados-na-licitacao/>, sem grifo no original).*

Em idêntico sentido dispõe o enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal: no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

Ademais, o PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, emitido pela Advocacia Geral da União é no sentido de que:

**“EMENTA:**

*I- Consulta, apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a respeito da possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços.*

*II- Fixação da interpretação do art. 84, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), e dos arts. 22 e 23, do Decreto nº 11.462, de 2023.*

*III- Conclusão pela possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, desde que: a) seja comprovado o preço vantajoso; b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação; d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.”.*

Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

## **8.2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS**

A especificação dos produtos requerida pelo art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021 está estabelecida nas folhas de dados, nos descritivos e no presente Termo de Referência, observados requisitos de qualidade, rendimento e durabilidade.

## **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Em consonância com o disposto no art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a descrição da solução como um todo deve abranger não apenas o atendimento imediato da demanda pública, mas também considerar o ciclo de vida completo dos bens a serem contratados, incluindo as fases de produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final. Esse tratamento sistêmico assegura que a contratação seja avaliada sob a ótica da vantagem global, atendendo ao comando do art. 11, inciso I, e do art. 34, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público.

Assim, a solução ora apresentada contempla materiais didáticos complementares que se caracterizam como instrumentos pedagógicos que reforçam, aprofundam e suplementam os conteúdos já previstos nos materiais básicos do currículo.

Diferentemente dos livros didáticos tradicionais, que seguem a estruturação curricular regular e progressiva, os materiais complementares destinam-se a atender necessidades específicas identificadas mediante processos avaliativos sistemáticos, tais como autoavaliação institucional, avaliações externas e diagnósticos de defasagens de aprendizagem.

No contexto específico da presente contratação, **os materiais complementares** incluem conteúdos de recomposição de aprendizagens, com foco em

habilidades da BNCC ainda não consolidadas pelos estudantes; simulados preparatórios para o Sistema de Avaliação da Educação Básica em todas as áreas do conhecimento; atividades específicas para diagnosticar e intervir em fragilidades acadêmicas, inclusive no letramento e compreensão textual; e módulos de reforço temático que aprofundam tópicos que, embora previstos no currículo, demandam maior ênfase ou revisão.

**a) Conceituação de Materiais Didáticos Transversais**

Os materiais didáticos transversais integram-se diretamente à concepção curricular contemporânea, que reconhece que a educação deve formar cidadãos capazes de lidar com desafios complexos do século XXI. A BNCC, em seu texto normativo, define competências gerais da Educação Básica que perpassam as diferentes áreas do conhecimento e constituem direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. Estas competências gerais não constituem temas opcionais ou suplementares, mas sim diretrizes estruturantes do percurso educativo, exigindo abordagem integrada e contínua em toda a trajetória escolar.

Os materiais transversais incluídos no objeto desta contratação abordam os Temas Contemporâneos Transversais conforme orientações do Ministério da Educação, contemplando meio ambiente, cultura digital, cidadania, diversidade, saúde e bem-estar, entre outros. Adicionalmente, promovem o desenvolvimento das competências gerais estabelecidas pela BNCC, tais como argumentação, pensamento crítico, autonomia, empatia, cultura digital e responsabilidade socioambiental, todas articuladas aos conteúdos disciplinares regulares.

**b) Conceituação de Materiais Didáticos Básicos**

Os materiais didáticos básicos constituem a estrutura curricular principal e sistemática do processo de ensino-aprendizagem, organizados de forma sequencial e progressiva para abordar os conteúdos, habilidades e competências previstas para cada ano escolar da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Diferentemente dos materiais complementares, que visam suprir lacunas específicas, os materiais básicos estruturam o percurso educativo regular, fornecendo aos professores e estudantes os recursos necessários para o desenvolvimento integral do currículo em todas as áreas do conhecimento.

No contexto da presente contratação, os materiais básicos contemplam Sistema Estruturado de Ensino para Educação Infantil e Ensino Fundamental, abrangendo todos os componentes curriculares obrigatórios; Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa em todos os anos da Educação Básica; e material específico para Alfabetização de Jovens e Adultos, atendendo às especificidades desta modalidade de ensino.

Tendo estes materiais o ciclo de vida, abaixo detalhado:

## 9.1. PRODUÇÃO

### 9.1.1. Produção dos Materiais Físicos Impressos (Grupo A)

A fase de produção dos kits paradidáticos compreende o conjunto de processos editoriais, gráficos e logísticos necessários para transformar os conteúdos pedagógicos em publicações físicas prontas para entrega às unidades escolares, e abrange as seguintes etapas sequenciais:

**a) Planejamento editorial e autoria:** O processo de produção tem início com o desenvolvimento autoral dos conteúdos pedagógicos por equipe especializada da contratada, composta por pedagogos, psicólogos, especialistas em educação socioemocional e consultores em gênero e prevenção de violência.

Nesta etapa, são definidos: a sequência cognitiva de cada volume, as habilidades da BNCC a serem desenvolvidas por etapa de ensino, a linguagem adaptada a cada faixa etária e público-alvo, as atividades práticas e as metodologias ativas de aprendizagem a serem empregadas.

A autoria original dos conteúdos, ou a titularidade de direitos autorais já existentes sobre obras equivalentes, deverá ser devidamente comprovada pela contratada nos termos da Lei nº 9.610/1998, por meio da documentação exigida no Termo de Referência, como condição de habilitação no certame.

**b) Revisão técnica, pedagógica e jurídica:** Após a produção do conteúdo original, o material é submetido a processo de revisão em três dimensões complementares:

**c) Revisão pedagógica:** verificação do alinhamento com a BNCC, com as competências gerais e habilidades específicas por etapa de ensino, e com as metodologias ativas de aprendizagem;

**d) Revisão técnica de conteúdo:** validação da correção das informações sobre violência de gênero, direitos das mulheres, canais de denúncia e recursos de proteção, com atenção à legislação atualizada (Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, Lei nº 14.164/2021 e Lei nº 14.889/2024);

**e) Revisão linguística e de adequação etária:** verificação da adequação da linguagem à faixa etária de cada público-alvo, com especial cuidado para o tratamento de temas sensíveis junto ao público infantil, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei nº 8.069/1990).

**f) Projeto gráfico e diagramação:** Concluída a revisão de conteúdo, procede-se ao projeto gráfico editorial de cada publicação, compreendendo: definição de tipografia, paleta de cores, grid editorial, identidade visual do programa, criação ou

licenciamento de ilustrações, fotografias e elementos visuais de apoio, e diagramação do miolo e da capa.

O projeto gráfico deve observar as especificações técnicas mínimas definidas no Termo de Referência quanto a formato, gramatura dos papéis, tipo de encadernação e padrão de impressão.

**g) Obtenção do ISBN:** Cada publicação deverá ter ISBN — International Standard Book Number — devidamente registrado na Câmara Brasileira do Livro ou identificado como obra equivalente à referência técnica indicada no Memorial Descritivo do TR.

O ISBN é o identificador único de cada obra editorial e instrumento de rastreabilidade da titularidade autoral, sendo requisito de habilitação nos termos do Termo de Referência.

**h) Pré-impressão e controle de qualidade gráfica:** Antes da tiragem definitiva, realiza-se o processo de pré-impressão, preparação das artes finais, geração dos arquivos em formato adequado para impressão (PDF/X), prova de cor e validação dos arquivos pela equipe gráfica.

Esta etapa inclui a produção de boneco, exemplar de teste com as dimensões, papéis e acabamento definitivos, para aprovação técnica pela equipe editorial antes do início da produção em larga escala.

**i) Impressão e acabamento:** A impressão é realizada em gráfica industrial, com equipamentos de impressão offset de alta resolução, observando, que a impressão do miolo em papel offset 75 g/m<sup>2</sup> (guias docentes) ou couchê fosco 150 g/m<sup>2</sup> (kits lúdicos de aluno), conforme especificado por item no Memorial Descritivo. E ainda, a impressão da capa em cartão Supremo 250 g/m<sup>2</sup>, com laminação brilho ou fosca na face externa, conforme especificação por item.

Deve o material, ter encadernação em lombas colada com cola PUR (poliuretano reativo) para volumes de maior espessura, ou grampo canoa para publicações de menor extensão, conforme especificado, devendo, ter corte e acabamento final com guilhotina industrial para padronização das dimensões.

**j) Controle de qualidade da tiragem:** Ao término da impressão, realiza-se controle de qualidade por amostragem da tiragem, verificando: fidelidade de cores em relação à prova aprovada, qualidade da encadernação, conformidade das dimensões, legibilidade do texto, integridade das imagens e ausência de defeitos gráficos.

**l) Embalagem para distribuição:** Os kits são agrupados por escola/município participante, conforme os quantitativos constantes da Autorização de Fornecimento emitida por cada ente consorciado.

As caixas de transporte devem conter identificação clara por destinatário, com etiquetagem por unidade escolar, e material de



proteção interno adequado para evitar danos durante o transporte.

#### **9.1.2. Produção do componente digital e dos serviços (Grupo B)**

**a) Desenvolvimento ou parametrização da plataforma digital:** A produção do componente digital compreende o desenvolvimento ou a parametrização da plataforma educativa e de gestão, incluindo:

**a.1)** Estruturação dos módulos de conteúdo socioemocional online, integrados às sequências pedagógicas dos kits físicos;

**a.2)** Desenvolvimento ou configuração do painel de gestão (dashboard) com os indicadores definidos no Termo de Referência;

**a.3)** Integração do mecanismo de apoio a situações de risco;

**a.4)** Configuração das funcionalidades de notificação automática para professores e gestores;

**a.5)** Desenvolvimento ou parametrização do módulo de formação docente online, com cronograma de aplicabilidade, registro de aulas ministradas, upload de evidências e contador de presença;

**a.6)** Testes de funcionalidade, segurança, compatibilidade com dispositivos móveis e verificação do cumprimento do SLA mínimo de 99% de disponibilidade antes da ativação.

A plataforma deverá atender às exigências da Lei nº 13.709/2018 — LGPD quanto à proteção de dados de menores, com adoção de medidas técnicas de segurança adequadas antes do início da operação.

#### **b) Estruturação do programa de formação docente:**

Paralelamente à produção dos materiais físicos, a contratada deverá estruturar o programa de formação docente presencial e online, incluindo:

**b.1)** Elaboração do roteiro de cada evento presencial de sensibilização e capacitação;

**b.2)** Desenvolvimento dos materiais de apoio ao formador;

**b.3)** Definição da carga horária mínima (2 horas por evento presencial);

**b.4)** Elaboração do cronograma de acompanhamento técnico online pelos 90 dias subsequentes à entrega dos kits;

**b.5)** Seleção e qualificação da equipe de formadores, conforme os requisitos de experiência e titulação definidos no Termo de Referência.

### **9.2. DISTRIBUIÇÃO**

#### **9.2.1. Distribuição dos Materiais Físicos Impressos (Grupo A)**



**a) Armazenamento pré-distribuição:**

Após o processo de impressão e embalagem, os kits são armazenados em ambiente climatizado e protegido contra umidade, calor excessivo e pragas, de responsabilidade exclusiva da contratada, até o início da distribuição.

O período de armazenamento não deve comprometer a qualidade física dos materiais. A contratada é responsável integral por todos os custos e riscos associados ao armazenamento.

**b) Logística de transporte:**

O transporte dos kits desde o armazém da contratada até os endereços indicados nas Autorizações de Fornecimento é de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo todos os custos de frete, seguro de carga e responsabilidade civil por perdas e danos.

O transporte deverá ser realizado em veículos adequados, com acondicionamento que preserve a integridade física dos materiais durante o percurso.

**c) Entrega nas unidades destinatárias:**

A entrega deverá ser realizada diretamente nos endereços indicados pelo município participante na Autorização de Fornecimento, que pode ser a Secretaria Municipal de Educação, o Centro de Distribuição municipal ou diretamente cada unidade escolar beneficiada.

O entregador deverá ser acompanhado pelo Fiscal Local designado pelo município, responsável pela verificação quantitativa dos materiais no momento do recebimento.

No ato da entrega, a contratada deverá apresentar: (i) guia de remessa discriminada por escola e por item; (ii) Nota Fiscal Eletrônica — NF-e correspondente; e (iii) arquivo XML da NF-e para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, em conformidade com as obrigações fiscais estabelecidas no Termo de Referência.

**d) Prazo de entrega:**

O prazo máximo para entrega dos kits físicos é de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme padrão CINCOP-MT para materiais paradidáticos.

A inobservância deste prazo sujeitará a contratada às penalidades de mora previstas na Ata de Registro de Preços e na cláusula de sanções do Termo de Referência.

**e) Recebimento provisório:**

O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal Local do município consorciado em até 15 (quinze) dias corridos da data de entrega, mediante conferência quantitativa e verificação externa das condições físicas dos materiais.

Constatada qualquer inconformidade quantitativa ou dano físico visível, o Fiscal Local notificará a contratada para substituição

ou complementação no prazo de 15 (quinze) dias, sem ônus para o ente consorciado.

### **9.2.2 Distribuição do Componente Digital (Grupo B)**

#### **a) Provisionamento das licenças e credenciais:**

O componente digital não é fisicamente entregue, mas distribuído por meio do provisionamento eletrônico de licenças de acesso.

Dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento e aceite provisório dos kits físicos, a contratada deverá enviar, por meio eletrônico seguro, as credenciais de acesso (login e senha) para cada escola participante, com instruções claras de ativação.

Para o Item 7 (Sistema Digital Educativo contratado autonomamente), o provisionamento deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota de Empenho, independentemente da entrega de materiais físicos.

#### **b) Capacitação para uso da plataforma:**

Integrado ao evento presencial de sensibilização e capacitação previsto em cada kit, deverá ser incluída sessão específica de orientação ao corpo docente e à equipe gestora da escola sobre: acesso e navegação na plataforma; configuração de perfis de alunos e professores; utilização do módulo de formação docente online; funcionamento do mecanismo de apoio a situações de risco; e acesso ao painel de gestão (dashboard) pelo gestor municipal.

#### **c) Comunicação da disponibilidade ao CINCOP-MT:**

A contratada deverá lançar o registro de cada ativação de plataforma no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCOP-MT (<https://cincop.stlicita.com.br>), com indicação da data de ativação, do CNPJ do município participante e da escola beneficiada, conforme obrigação contratual padrão do Consórcio.

## **9.3. USO**

A fase de uso constitui a etapa central e finalística de toda a cadeia de valor desta contratação. É nela que se materializa o propósito público da intervenção, a formação de estudantes, professores e famílias para a prevenção da violência de gênero, em cumprimento à Lei nº 14.164/2021 e à Lei nº 14.889/2024.

### **9.3.1. Usuários e público-alvo**

O objeto desta contratação é utilizado simultaneamente por três perfis distintos de usuários, com funções complementares e interdependentes:

**a) Alunos da educação básica** — usuários primários dos kits físicos (Itens 1, 2 e 3), que desenvolvem as competências socioemocionais e os conhecimentos sobre prevenção à violência por meio das atividades práticas e das sequências didáticas estruturadas nos materiais.

Os alunos são também usuários do componente digital integrado ao kit, acessando conteúdos complementares online e, quando necessário, o mecanismo de apoio a situações de risco.

**b) Professores da educação básica** — usuários dos kits docentes (Itens 4, 5 e 6), da plataforma de formação online e dos eventos presenciais de capacitação.

Os professores são os mediadores centrais da intervenção pedagógica, sua qualificação técnica para conduzir com segurança temas sensíveis relacionados à violência de gênero é, conforme a literatura científica, o principal fator determinante da efetividade do programa.

**c) Responsáveis familiares** — usuários das publicações de apoio incluídas nos kits (componentes "b" e "c" de cada kit de aluno), que recebem informações e orientações específicas por gênero sobre a prevenção da violência doméstica, o fortalecimento da autoestima e o papel da família no processo de conscientização.

**d) Gestores municipais de educação** — usuários do painel de gestão (dashboard) do Sistema Digital Educativo (Item 7), acessando indicadores sobre o progresso da implementação do programa nas escolas, o número de alunos e famílias alcançados e os registros de situações de risco identificadas.

### 9.3.2. Função e forma de uso dos materiais físicos

#### **a) Kits de aluno (Itens 1, 2 e 3):**

O material do aluno é consumível, isto é, destinado ao uso individual por cada estudante, com atividades a serem realizadas diretamente sobre o material impresso. Cada kit é entregue nominalmente ao aluno, acompanhando-o durante o período de aplicação do programa (mínimo de 12 semanas letivas).

A aplicação ocorre em sala de aula, sob mediação do professor, seguindo os planos de aula constantes do guia docente correspondente. Cada aula integra atividades de reflexão individual, dinâmicas em grupo e discussões mediadas, com progressão cognitiva estruturada ao longo das semanas.

O material do aluno não deve ser recolhido ao final do programa: permanece com o estudante como instrumento de referência e como registro das suas práticas socioemocionais.

As publicações de apoio aos responsáveis masculinos e femininos são entregues ao aluno para que ele as leve para casa e as apresente aos seus responsáveis, promovendo a extensão da intervenção ao núcleo familiar.

Devem ser utilizadas pelos responsáveis de forma autônoma, com linguagem acessível e autoexplicativa.

**b) Kits de professor (Itens 4, 5 e 6):**

O material do professor é de uso permanente e não consumível, trata-se de instrumento de referência pedagógica que o docente utilizará durante todo o período de aplicação do programa e que poderá ser reutilizado em turmas de anos letivos subsequentes. O guia docente contém: os planos de aula sequenciais para o ciclo mínimo de 12 semanas; orientações de mediação de temas sensíveis com cada faixa etária; estratégias de avaliação socioemocional, e referenciais teóricos sobre educação socioemocional e prevenção de violência de gênero.

**c) Sequência pedagógica de uso:**

A aplicação dos kits deve seguir a sequência cognitiva estruturada pelo programa, que preconiza o lançamento do programa com o evento presencial de sensibilização, e ainda, aplicação semanal das atividades seguindo os planos de aula do guia docente, bem como, o uso paralelo do componente digital para acesso a conteúdos complementares e registro do progresso.

É necessário ainda, envio das publicações de apoio para os responsáveis familiares, e encerramento do ciclo com avaliação de impacto ao final das 12 semanas, por meio dos indicadores disponíveis no painel de gestão.

**9.3.3. Uso do componente digital (Grupo B)**

**a) Plataforma digital integrada aos kits (módulos digitais dos Itens 1 a 6):**

O acesso digital vinculado a cada kit tem vigência mínima de 12 meses a contar da data de ativação. Durante esse período, os usuários (alunos, professores e gestores) acessam conteúdos complementares ao material físico, realizam atividades online, registram evidências de aplicação (upload de fotos e vídeos pelo professor) e monitoram o progresso pedagógico da turma.

O mecanismo de apoio a situações de risco deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, por ser potencialmente acionado em momentos de emergência.

**b) Sistema Digital Educativo — Item 7:**

A plataforma do Item 7 é utilizada pelos gestores municipais de educação como instrumento de acompanhamento e gestão da política pública.

O acesso ao dashboard deve ser realizado regularmente, recomenda-se periodicidade semanal ou quinzenal, para monitoramento dos indicadores de progresso e identificação de municípios ou escolas com dificuldades na implementação.

Os relatórios gerados automaticamente pela plataforma devem ser utilizados como subsídio para a tomada de decisão dos Secretários Municipais de Educação e do CINCOP-MT.

**c) Formação docente online:**

O módulo de formação pedagógica online é utilizado pelos professores ao longo dos 90 dias de acompanhamento técnico.

O uso compreende o acesso aos materiais de formação disponibilizados na plataforma, a participação em sessões síncronas ou assíncronas com a equipe técnica da contratada, como também, o registro das aulas ministradas com data e conteúdo, e comunicação com a equipe de suporte da contratada por canais digitais (e-mail, aplicativo de mensagens ou chat da plataforma).

**d) Instruções de uso e segurança:**

A contratada deverá disponibilizar, em ambiente de fácil acesso na plataforma e em formato impresso incluído nos kits, e ainda, manual simplificado de uso da plataforma digital, em linguagem acessível a professores sem formação tecnológica avançada.

Orientações sobre confidencialidade e uso responsável das informações de alunos e famílias, em conformidade com a LGPD.

Instrução sobre o acionamento correto do mecanismo de apoio a situações de risco, incluindo os protocolos de comunicação com setores de segurança pública local.

Termos de uso da plataforma, com ciência dos usuários sobre a coleta e tratamento de dados pessoais.

## **9.4. MANUTENÇÃO**

### **9.4.1. Manutenção dos Materiais Físicos Impressos (Grupo A)**

**a) Conservação pelo usuário:**

Por sua natureza editorial e de uso consumível (kits de aluno) ou de referência permanente (kits de professor), os materiais físicos desta contratação não demandam manutenção técnica no sentido estrito.

Contudo, para garantir a conservação adequada ao longo do período de uso, especialmente dos guias docentes destinados à reutilização em anos letivos subsequentes, recomenda-se:



- a.1)** Armazenamento dos guias docentes em local seco e arejado, protegido de umidade e luminosidade excessiva, ao final de cada ciclo de uso;
- a.2)** Acondicionamento em embalagem plástica individual ou em pastas adequadas quando não em uso;
- a.3)** Manipulação cuidadosa nas atividades de sala de aula para prolongamento da vida útil da encadernação.

A contratada deverá incluir, no próprio material ou em guia complementar, instruções simples de conservação, acessíveis ao professor e ao aluno.

**b) Substituição por defeito de fabricação:**

Na hipótese de identificação de defeito de fabricação, encadernação descolada, impressão ilegível, páginas faltantes, deformidade estrutural, dentro do prazo de garantia mínimo de 06 meses a contar da entrega, a contratada é obrigada a substituir o material defeituoso sem qualquer ônus para o ente consorciado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a notificação formal pelo Fiscal Local.

A notificação de defeito deverá ser realizada pelo Fiscal Local ao Fiscal Técnico do CINCOP-MT, que acionará a contratada por meio do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do Consórcio (<https://cincop.stlicita.com.br>), com registro formal do ocorrido para fins de controle e eventual aplicação de sanções.

**c) Reposição por perda, extravio ou destruição:**

A reposição de materiais perdidos, extraviados ou destruídos por responsabilidade do aluno ou da escola não está incluída no escopo da garantia contratual.

Nesses casos, a aquisição de exemplares adicionais dependerá de nova autorização de fornecimento pelo ente consorciado, dentro dos limites da Ata de Registro de Preços vigente.

**9.4.2. Manutenção do Componente Digital (Grupo B)**

**a) Manutenção preventiva da plataforma pela contratada:**

A manutenção do componente digital é de responsabilidade integral da contratada, que deverá garantir a disponibilidade contínua da plataforma com SLA mínimo de 99% durante toda a vigência contratual. As atividades de manutenção preventiva incluem:

- a.1)** Monitoramento contínuo da disponibilidade e do desempenho dos servidores;
- a.2)** Aplicação regular de atualizações de segurança (patches) e correções de vulnerabilidades;

**a.3)** Backup periódico dos dados armazenados na plataforma, com frequência mínima diária;

**a.4)** Testes de integridade e consistência dos dados gerados pelo dashboard;

Atualização dos conteúdos online quando tecnicamente necessário para manter a compatibilidade com os materiais físicos.

**b) Manutenção corretiva:**

Na ocorrência de falhas ou indisponibilidade da plataforma, a contratada deverá:

**b.1)** Comunicar ao CINCOP-MT e ao ente consorciado afetado, em até 2 (duas) horas após a identificação da falha;

**b.2)** Restabelecer a plataforma no prazo máximo de 4 (quatro) horas para falhas críticas (indisponibilidade total) e de 8 (oito) horas para falhas parciais (funcionalidades específicas comprometidas), em dias úteis;

**b.3)** Documentar e comunicar ao CINCOP-MT o diagnóstico da falha e as medidas corretivas adotadas, em até 24 (vinte e quatro) horas após a resolução.

A indisponibilidade da plataforma por período superior ao SLA contratual sujeitará a contratada às penalidades de mora previstas na Ata de Registro de Preços, calculadas proporcionalmente ao período de inadimplência.

**c) Suporte técnico ao usuário:**

A contratada deverá disponibilizar canal de suporte técnico acessível a professores e gestores durante os dias úteis, por meio de e-mail, aplicativo de mensagens ou chat integrado à plataforma, com tempo máximo de resposta de 4 (quatro) horas para dúvidas de uso e 2 (duas) horas para comunicações de falha técnica.

**d) Manutenção do programa de formação:**

Durante os 90 dias de acompanhamento técnico incluídos em cada kit de professor, a contratada deverá manter disponível equipe técnica especializada para responder às dúvidas dos professores sobre a aplicação dos materiais, a condução de temas sensíveis com alunos e o uso das ferramentas da plataforma de formação.

## **9.5. DISPOSIÇÃO FINAL**

### **9.5.1. Disposição final dos Materiais Físicos Impressos (Grupo A)**

**a) Kits de aluno (materiais consumíveis):**

Os kits de aluno, por sua natureza consumível e de uso pessoal, permanecem com os estudantes ao final do ciclo de aplicação do programa. Não há processo formal de descarte gerenciado pela Administração, pois o material é de propriedade pessoal do aluno após a distribuição.

Contudo, em razão do volume potencial de papel envolvido, considerando centenas de milhares de kits distribuídos simultaneamente, o CINCOP-MT e os municípios participantes devem adotar postura ativa de orientação quanto às opções de disposição final ambientalmente adequadas:

**a.1) Reutilização:** partes não consumidas do material (capa, publicações de apoio à família, componentes não preenchidos) podem ser reutilizadas em projetos escolares, campanhas de conscientização ou ações comunitárias, prolongando sua vida útil e reduzindo o descarte.

**a.2) Doação:** materiais em bom estado que não tenham sido utilizados pelo aluno original podem ser doados a unidades escolares de menor capacidade ou a programas sociais de organizações da sociedade civil, desde que preservada a integridade pedagógica do conteúdo.

**a.3) Reciclagem de papel:** ao final da vida útil, os materiais impressos devem ser destinados à coleta seletiva de papel e papelão, para reciclagem por meio da rede de cooperativas ou empresas licenciadas pelo sistema de gestão de resíduos sólidos dos municípios, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos — PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010).

**a.4) Impacto ambiental do descarte:** o descarte em aterros sanitários, embora legalmente aceitável para resíduos sólidos não perigosos, é a opção de menor desejabilidade ambiental, pois implica a perda definitiva dos recursos materiais embutidos nas publicações.

Recomenda-se expressamente a priorização da reciclagem em detrimento do aterro.

**b) Kits de professor (materiais permanentes):**

Os guias docentes têm vida útil estimada de 3 a 5 anos letivos. Ao final deste período, ou quando houver atualização substancial dos conteúdos em nova contratação, os guias deverão ser destinados conforme as seguintes opções, em ordem de preferência:

**a.1) Doação:** Professores em exercício em outras escolas ou municípios, ou professores ingressantes na carreira, podem se beneficiar dos guias ainda em bom estado de conservação;

**a.2) Reciclagem:** Guias deteriorados ou desatualizados devem ser encaminhados à coleta seletiva de papel, conforme as orientações da PNRS e dos planos municipais de gestão de resíduos sólidos.

**a.3) Resíduos de embalagem:** As embalagens utilizadas no transporte dos kits (caixas de papelão, plástico bolha, fitas adesivas) deverão ser separadas por tipo de material e destinadas à coleta seletiva pelos municípios participantes. O CINCOP-MT recomenda que os gestores municipais responsáveis pelo recebimento dos kits adotem protocolos de gestão das embalagens, preferencialmente com encaminhamento às cooperativas de reciclagem locais.

#### **9.5.2. Disposição final do componente digital (Grupo B)**

**a) Encerramento das licenças de acesso:**

Ao término da vigência das licenças de acesso (mínimo de 12 meses), a plataforma digital deixa de estar disponível para os usuários cadastrados, a menos que a Ata de Registro de Preços seja utilizada para nova autorização de fornecimento ou que seja celebrada nova contratação específica.

O encerramento das licenças não implica descarte de hardware ou software no âmbito dos entes consorciados, pois a plataforma é hospedada nos servidores da contratada e acessada exclusivamente via internet.

**b) Portabilidade e preservação dos dados:**

Antes do encerramento definitivo das licenças, o CINCOP-MT e os municípios participantes têm o direito de solicitar à contratada a exportação integral dos dados gerados durante a vigência contratual, incluindo, relatórios do dashboard, registros de acesso e uso da plataforma, dados de progresso dos professores e alunos, e registros de situações de risco acionadas. A exportação deverá ser realizada em formato aberto e interoperável (CSV, XML ou JSON), permitindo a utilização dos dados em outros sistemas de informação.

A portabilidade dos dados é direito do CINCOP-MT e dos municípios participantes, nos termos do art. 18, V, da Lei nº 13.709/2018 — LGPD, e deverá estar expressamente prevista na cláusula de encerramento contratual do Termo de Referência.

**c) Exclusão segura dos dados pessoais:**

Após a exportação e confirmação do recebimento dos dados pelo CINCOP-MT, a contratada deverá realizar a exclusão definitiva e segura de todos os dados pessoais de alunos, professores e familiares armazenados em seus servidores, com emissão de declaração formal de exclusão e prazo de guarda conforme a política de retenção definida contratualmente.

A exclusão deverá observar os padrões técnicos de segurança da informação que impeçam a recuperação dos dados por terceiros, em conformidade com o art. 16 da LGPD e com as

orientações da ANPD sobre boas práticas de descarte de dados pessoais.

## **10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A solução educacional integrado objeto da futura contratação, composta por materiais didáticos impressos, plataforma digital educacional e formação continuada de professores, apresenta natureza complexa e multidimensional, exigindo da futura contratada capacidade técnica comprovada, e não apenas idoneidade econômico-financeira genérica.

Nesse contexto, a definição de requisitos de qualificação técnica deve assegurar que apenas empresas experientes, estruturadas e tecnicamente aptas participem do certame, minimizando riscos de inadimplemento, atrasos, entrega de materiais inadequados ou formação docente insuficiente, e garantindo que os recursos públicos sejam convertidos em efetivo ganho pedagógico.

Os requisitos propostos observam os limites do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, buscando o equilíbrio entre:

- a) a necessidade de comprovar capacidade real para execução do objeto; e
- b) a preservação da competitividade, evitando exigências desproporcionais ou meramente restritivas.

### **10.1. Qualificação técnica operacional – Atestado de capacidade técnica**

Será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência anterior da licitante em objeto similar, contemplando, de forma integrada ou ao menos em seus componentes essenciais:

- a) fornecimento de materiais paradidáticos impressos;
  - a.1) No que concerne aos materiais impressos, o atestado deverá comprovar fornecimento anterior de não menos que 44.052 unidades, equivalentes a 40% (quarenta por cento) do quantitativo total estimado do item 01 de maior relevância, que possui o quantitativo de 110.131 unidades, sendo esse percentual:
- a) é compatível com o art. 67, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) evidencia experiência em escala semelhante à ora demandada;
- c) é suficiente para comprovar capacidade operacional em produção, logística e gestão de qualidade;

Será admitido o somatório de até três atestados para atingir o quantitativo mínimo, desde que:

- a) cada atestado comprove, individualmente, fornecimento de no mínimo 5.000 unidades; ou



- b) alternativamente, pelo menos um dos atestados comprove fornecimento de 10.000 unidades; e
- c) os atestados demonstrem contratos concomitantes ou parcialmente concomitantes, evidenciando capacidade de gerir múltiplos projetos em paralelo.

Os atestados deverão conter, obrigatoriamente, identificação do emitente e da licitante, descrição detalhada do objeto (quantidades, características dos materiais, plataforma e formações), período de execução, declaração de execução a contento e identificação do responsável pela emissão, permitindo eventual diligência.

Serão aceitos atestados referentes a contratos executados nos últimos cinco anos, prazo que concilia atualidade da experiência com a realidade dos ciclos educacionais.

## **10.2. Comprovação de direitos autorais e autorização de fornecimento**

Considerando que o fornecimento envolve obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610/1998, as licitantes deverão comprovar titularidade ou autorização de uso e comercialização dos materiais didáticos ofertados, evitando exposição da Administração a litígios por violação de direitos autorais.

- c) Editoras detentoras dos direitos autorais: poderão apresentar declaração de titularidade, assumindo integral responsabilidade civil e penal pela veracidade das informações e pela inexistência de violação de direitos de terceiros.
- d) Distribuidoras, representantes ou revendedoras: deverão apresentar autorização expressa ou contratos de distribuição/representação, com:
  - b.1)** Identificação da editora/titular e da licitante;
  - b.2)** Descrição específica dos materiais autorizados;
  - b.3)** Autorização para participação em licitações e contratos administrativos;
  - b.4)** Prazo de validade igual ou superior à vigência da ata + 12 meses;
  - b.5)** Assinatura de representante legal.

Quando a solução envolver materiais de múltiplas editoras, deverá haver autorização individual de cada titular, com os mesmos requisitos. As autorizações deverão ser emitidas em papel timbrado ou com certificação digital idônea, admitindo-se diligência direta pelo órgão licitante para confirmação de autenticidade.

Serão vedadas autorizações genéricas, autorizações com prazo inferior ao da contratação, ou situações de conflito de interesse (por exemplo, quando a própria editora participar como licitante concorrente). A apresentação de documentos falsos ensejará sanções nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Penal.

## **10.3. Disponibilidade de profissionais para formação continuada**

Dado que a formação inicial e continuada de professores e gestores é eixo estruturante da solução educacional, as licitantes deverão comprovar disponibilidade de ao menos um profissional qualificado para a execução das formações.

Será exigida declaração formal da licitante e/ou da editora responsável pelo material paradidático complementar, relacionando, no mínimo, um profissional, contendo o documento a seguinte informação:

- e) Nome completo e CPF;
- f) Formação acadêmica em Pedagogia, Licenciaturas, Psicologia ou áreas correlatas;
- g) Experiência mínima de 2 (dois) anos em formação de professores, docência na educação básica, coordenação pedagógica, gestão escolar ou desenvolvimento de projetos educacionais;
- h) Indicação do vínculo com a empresa, podendo ser (quadro próprio, contrato de prestação de serviços, futuros contratados, etc.).

Antes do início das formações, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória (diplomas, declarações de experiência, contratos, CTPS ou equivalentes).

A Administração poderá, se entender oportuno, entrevistar os formadores ou solicitar substituição de profissionais cuja atuação se revele incompatível com os objetivos pedagógicos do programa, desde que preservadas a qualificação mínima e a equivalência de perfil.

#### **10.4. EXAME DE CONFORMIDADE**

A aferição da qualidade dos bens objeto desta contratação não pode se limitar apenas à análise documental e ao cumprimento formal das especificações constantes das propostas comerciais.

Neste sentido o licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar após o encerramento da fase competitiva de lances deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, amostra digital completa e funcional da solução educacional integrada proposta, permitindo que a equipe técnica da Administração avalie concretamente, e não apenas mediante descrições genéricas ou promessas comerciais, se os materiais didáticos, a plataforma digital e os serviços de formação atendem efetivamente às especificações técnicas e aos requisitos pedagógicos estabelecidos no Termo de Referência.

Quanto aos materiais paradidáticos impressos, a amostra digital deverá contemplar:

- a) **Versão digital completa** (formato PDF não editável ou formato editável quando solicitado para verificações específicas) de no mínimo um livro paradidático, permitindo avaliar a adequação da abordagem pedagógica, da linguagem, da progressão de complexidade, e dos recursos didáticos às diferentes faixas etárias e aos objetivos educacionais específicos de cada etapa;
- b) **Memorial descritivo detalhado das características gráficas, editoriais e físicas dos materiais impressos**, especificando tipo e marca comercial do papel a ser utilizado no miolo e na capa, gramatura exata em g/m<sup>2</sup>, tipo de acabamento

(laminação, verniz, plastificação), dimensões físicas (largura, altura e lombada), número de páginas de cada material, tipo de encadernação (grampeada, costurada, colada, espiralada), e demais especificações técnicas que permitam avaliar conformidade com as normas ABNT aplicáveis e adequação às exigências de durabilidade para uso escolar intensivo.

#### **10.4.1. Dos procedimentos de submissão das amostras digitais**

As amostras digitais deverão ser enviadas mediante upload direto no sistema eletrônico de licitações utilizado para condução do pregão eletrônico, ou alternativamente, quando limitações técnicas do sistema inviabilizarem o upload de arquivos de grande volume, mediante compartilhamento de link para acesso em serviços de armazenamento em nuvem amplamente utilizados como Google Drive, Dropbox, OneDrive ou similares, com permissões adequadamente configuradas para permitir visualização e download pela equipe de análise técnica sem exigência de autenticação mediante contas específicas ou de solicitação de acesso que poderia gerar atrasos no cronograma de análise.

O prazo para apresentação da amostra digital será idêntico ao prazo estabelecido no edital para envio dos documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, assegurando que a licitante disponha de tempo suficiente para organizar adequadamente toda a documentação exigida sem que este prazo seja excessivamente dilatado comprometendo a celeridade do certame.

A não apresentação da amostra digital completa no prazo estabelecido, ou a apresentação parcial que não permita análise adequada de todos os componentes exigidos, implicará desclassificação automática da proposta com convocação da segunda colocada para apresentação de sua amostra e documentação de habilitação, sucessivamente.

#### **10.4.2. Da análise técnica das amostras digitais**

A análise das amostras digitais será realizada por equipe técnica do CINCOP-MT, assegurando que a avaliação contemple tanto dimensões pedagógicas quanto aspectos técnicos e operacionais da solução apresentada.

A equipe analisará as amostras considerando critérios objetivos e verificáveis previamente estabelecidos no Termo de Referência, documentando sua análise em relatório técnico circunstanciado que indique expressamente o atendimento ou não atendimento de cada critério específico, com justificativas fundamentadas que permitam eventual revisão por instâncias superiores ou que subsidiem defesas apresentadas pela licitante quando discordar das conclusões alcançadas.

Quanto aos materiais didáticos impressos apresentados em formato digital, a análise considerará:

**a) Conformidade do conteúdo pedagógico com a Base Nacional Comum Curricular**, verificando se as competências gerais, as competências específicas das áreas de conhecimento, e as habilidades estabelecidas na BNCC são adequadamente contempladas nos materiais, se a progressão

de complexidade respeita as características cognitivas e socioemocionais das diferentes faixas etárias, e se os conteúdos apresentados estão atualizados segundo referenciais teóricos contemporâneos das ciências da educação;

**b) Adequação da linguagem à faixa etária dos estudantes** destinatários e aos objetivos educacionais específicos de cada material, verificando se a complexidade vocabular, a estrutura sintática das frases, o tamanho dos textos, e os recursos de apoio à compreensão são apropriados para leitores iniciantes, em consolidação ou proficientes conforme a etapa de ensino;

**c) Qualidade editorial**, abrangendo correção ortográfica e gramatical rigorosa conforme normas da língua portuguesa padrão, coerência e coesão textual que assegurem fluidez de leitura e compreensibilidade, fundamentação teórica adequada dos conteúdos apresentados com eventual indicação de fontes ou referências bibliográficas quando pertinente, e ausência de erros conceituais, imprecisões factuais, ou afirmações controversas não adequadamente contextualizadas;

**d) Qualidade do projeto gráfico**, avaliando diagramação que favoreça legibilidade mediante uso adequado de espaços em branco, hierarquização visual de informações, alinhamento e margens proporcionais, ilustrações pertinentes e de qualidade técnica adequada que complementem o texto sem mera função decorativa, legibilidade assegurada mediante escolhas tipográficas apropriadas e contraste adequado entre texto e fundo, e organização visual que facilite navegação pelos conteúdos e localização rápida de informações;

**e) Abordagem metodológica**, verificando utilização de metodologias ativas de aprendizagem que promovam protagonismo dos estudantes, presença de atividades práticas e contextualizadas que conectem conteúdos a realidades vivenciadas pelos estudantes, diversificação de estratégias didáticas que atendam diferentes estilos de aprendizagem, e equilíbrio entre atividades individuais e coletivas;

**f) Transversalidade e integração**, avaliando se os diferentes eixos temáticos dialogam entre si e com componentes curriculares convencionais, se os temas são abordados de forma articulada e não fragmentada, e se há coerência metodológica e conceitual entre os diferentes materiais que compõem a solução;

Conformidade das especificações físicas declaradas no memorial descritivo com os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência e com as normas ABNT aplicáveis, verificando se gramaturas, dimensões, tipos de encadernação e demais características físicas atendem aos padrões mínimos exigidos.

O prazo para análise das amostras digitais será de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento completo da documentação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período mediante justificativa fundamentada do Pregoeiro quando a complexidade da análise ou o volume de materiais assim exigirem.

Caso a amostra digital não atenda integralmente aos requisitos estabelecidos, evidenciando que a solução proposta não corresponde às especificações técnicas do Termo de Referência, a licitante será desclassificada e o Pregoeiro convocará a segunda colocada para apresentação de amostra digital e documentos de habilitação, sucessivamente, até identificação de proposta que conjugue menor preço e adequação técnica.

#### **10.5. DA PROVA DE CONCEITO: AMOSTRA FÍSICA COMPLEMENTAR**

O Pregoeiro poderá, a seu critério discricionário fundamentado ou mediante solicitação justificada da equipe técnica de análise, exigir apresentação de amostra física dos materiais didáticos impressos para complementar a análise de conformidade realizada sobre as amostras digitais, assegurando verificação presencial da qualidade gráfica real, dos materiais efetivamente utilizados, do acabamento, da resistência física, e da durabilidade mediante manuseio e testes práticos que não são plenamente viáveis mediante análise exclusivamente digital.

Esta exigência será comunicada mediante notificação pelo sistema eletrônico de licitações ou por correio eletrônico, especificando quais materiais deverão ser apresentados fisicamente, quantidade de exemplares de cada, prazo para entrega (que não será inferior a cinco dias úteis para permitir produção e expedição), local de entrega, e forma de identificação da amostra.

A amostra física contemplará no mínimo dois exemplares de livros paradidáticos de cada um dos materiais, para melhor aferição caso necessário do Pregoeiro, sendo necessário a apresentação de forma facultativa, ou seja, caso seja necessário diligência para melhor aferição, permitindo análise comparativa entre exemplares e verificação de uniformidade de qualidade.

As amostras serão analisadas quanto a qualidade de impressão (nitidez, alinhamento, definição de cores), tipo e gramatura real do papel, qualidade de acabamento e encadernação, resistência a manuseio intensivo, conformidade com especificações do memorial descritivo, e conformidade com certificações ambientais declaradas.

As amostras físicas aprovadas serão retidas pela Administração durante toda a execução contratual para confrontação futura com os materiais que serão entregues, assegurando que não ocorram alterações de qualidade entre o que foi apresentado no certame e o que será efetivamente fornecido.

O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, ou a reprovação da amostra física, implicará desclassificação com convocação da licitante subsequente.

#### **10.6. DA PROPORCIONALIDADE E VANTAJOSIDADE DA METODOLOGIA ADOTADA**

A adoção do pregão eletrônico com julgamento por menor preço conjugado com exame de conformidade mediante prova de conceito representa a melhor equação entre celeridade processual, economicidade financeira, e qualidade técnica assegurada, harmonizando os objetivos do processo licitatório estabelecidos no artigo 11 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Esta metodologia assegura:



- a) **Competitividade ampla**, mediante utilização de modalidade acessível a licitantes de qualquer porte sem restrições geográficas, com redução de barreiras à participação em comparação com modalidades mais complexas;
- b) **Transparência e publicidade**, mediante realização de sessão pública eletrônica com disputa de lances visível a todos, decisões documentadas em relatórios técnicos objetivos, e possibilidade de acompanhamento por órgãos de controle e por cidadãos interessados;
- c) **Celeridade processual**, com prazos significativamente inferiores aos de modalidades convencionais, permitindo disponibilização mais rápida dos recursos educacionais às escolas;
- d) **Economicidade**, mediante disputa competitiva por lances sucessivos que resulta em reduções efetivas de preços em relação a valores inicialmente propostos;
- e) **Qualidade assegurada**, mediante verificação prévia de que solução ofertada atende integralmente às especificações técnicas antes da adjudicação, evitando contratação de fornecedor tecnicamente inadequado apenas porque apresentou menor preço;
- f) **Segurança jurídica**, mediante utilização de critérios objetivos de análise técnica que reduzem subjetividade e discricionariedade, minimizando riscos de questionamentos ou impugnações.

A experiência comparada de municípios e estados que adotaram metodologia similar demonstra sua efetividade prática e sua aceitação pelos órgãos de controle, constituindo atualmente a melhor prática em contratações de soluções educacionais complexas que exigem simultaneamente economicidade e qualidade técnica, em plena conformidade com a legislação licitatória vigente e com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

## 11. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

Sabe-se que *“a Administração Pública, ao especificar os objetos das licitações e dos contratos administrativos, deve fazê-lo em consonância às normas da ABNT. Não há espaço de discricionariedade para recusar as normas da ABNT, ainda que, eventualmente, se entenda que elas são desnecessárias ou restritivas à competição”*.<sup>19</sup> Para além delas, as normas técnicas de outras entidades também devem ser observadas, conforme dispõe o art. 39, inciso VIII, do CDC:

*“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:  
[...]*

<sup>19</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 434.

*VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);”.*

Assim, como requisito para a contratação, os itens licitados devem atender às legislações e normas técnicas que estabelecem não menos:

**ABNT NBR 14869 – Tecnologia gráfica – Livros didáticos – Especificações** - Esta norma especifica os requisitos mínimos para livros didáticos, incluindo livro do aluno, livro do professor, caderno de exercício e caderno de atividades, com a finalidade de garantir um produto adequado, com aparência, resistência e durabilidade necessárias.

**ABNT NBR 14869-2 – Tecnologia gráfica – Livros – Parte 2: Livros didáticos** - Estabelece os requisitos dos insumos para livros didáticos, com a finalidade de garantir um produto adequado com aparência, resistência e durabilidade necessárias para sua finalidade de uso.

**ABNT NBR 15201-1 – Tecnologia gráfica – Livro didático – Parte 1: Classificação de defeitos** - Classifica os principais defeitos de impressão e pós-impressão em livros didáticos confeccionados com papel e que tenham capa flexível. Normas.

**ABNT NBR 6029 – Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação** - Estabelece princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto.

## 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 23, caput e § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação, **conforme já exposto no Estudo Técnico Preliminar, será sigiloso**. Isso porque, como extrai-se da obra de Rony Charles Lopes de Torres<sup>20</sup>:

*“Ao informar os valores máximos que admite contratar, a Administração acaba sendo prejudicada em uma negociação na qual há evidente assimetria de informações, em seu desfavor, já que ela desconhece o preço de oferta real do fornecedor, embora ele conheça o valor máximo que ela aceita pagar. A publicização prévia da estimativa de custos, notadamente no pregão eletrônico, faz com que os licitantes “ancorem” seus preços em patamar muito próximo a este limite. [...] A ideia de não divulgação da estimativa de custos, junto com o edital, não é inspirada em uma tentativa de fugir ao princípio da publicidade ou de esconder*

<sup>20</sup> TORRES, Rony Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 14. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023. p. 211-212.

*os custos daquela contratação de toda a sociedade; na verdade, ela decorre de um raciocínio natural às relações de negociação, que deve também ser aplicado nas contratações públicas.”.*

O autor conclui que o orçamento sigiloso tem seus fundamentos em dois aspectos:

*“[...] o combate à corrupção, uma vez que a não divulgação do orçamento dificultaria e inibiria o conluio entre os licitantes, e a obtenção de vantagens de ordem econômica, já que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto licitado, os licitantes acabam obrigados a apresentar seus preços reais, sem orbitar a balizar máxima admitida no edital.”.*

Portanto, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, adotar-se-á o caráter sigiloso para os orçamentos, expressamente autorizado pelo art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021:

*“Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:*

*I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; II - (VETADO).*

*Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.”.*

Ademais, esta medida encontra-se regulamentada no âmbito deste Consórcio Público pelo art. 7 da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT:

*“Art. 7º Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.*

Dessa forma, compete ao pregoeiro e à equipe de apoio a observância de tais dispositivos, para fins de julgamento e aceitação das propostas, sendo as estimativas dos valores apenas divulgadas após o encerramento do envio de lances.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2026 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 3, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

### **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Através da licitação compartilhada a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

#### **14.1. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA**

Em observância ao disposto no art. 4º, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021, serão concedidas às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) as prerrogativas previstas em lei de empate ficto e saneamento de eventual restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar Federal n. 123/2006:

*“Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

*§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

*§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.*

*Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

*II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;*

*III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

*§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

*§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

*§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.”*

Ressalta-se que, nos termos do art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o tratamento diferenciado para ME e EPP não é aplicável nas contratações que possuam item com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP ou cuja soma dos contratos celebrados no ano-calendário de realização da licitação a superem.

*“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:*

*I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;*

*II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

*§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.*

*§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.”*

Destaca-se que estas disposições já constituem cláusulas-padrão dos editais do CINCOP-MT, nos seguintes termos:



*“Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/06, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor tenha declarado esta opção no Cadastro junto ao Portal Licitanet. Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes. [...]”*

*As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do Contrato, na forma das Leis Complementares Federais nº 123/06 e 147/2014.*

*A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.”.*

Ainda, observa-se que as disposições da Lei Complementar Federal n. 123/2006 visam ampliar a participação das ME e EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica delas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente processo administrativo licitatório como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a administração, para realizar a leitura de seus dispositivos.

Nesse escopo interpretativo, insere-se os arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, os quais assim dispõem:

*“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.*

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

*II – poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;*

*III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

**Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:**

*I – (Revogado);*

*II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

***III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;***

*IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”. [grifo nosso]*

Verifica-se que o legislador previu a aplicação do tratamento diferenciado, em especial a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP e o estabelecimento de cota de até 25% do objeto para a contratação destas, mas não o fez de forma absoluta, prevendo, no art. 49, situações em que o interesse público, manifestado, entre outros, nos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência, impõe que se afastem estas peculiaridades.

No presente processo licitatório, torna-se imperativo, portanto, afastar a aplicação das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006 em razão da manifesta desvantagem gerada à administração pública e do prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do art. 49, inciso III, do referido diploma legal.

Em especial nas licitações compartilhadas do CINCOP-MT, das quais participam vários de municípios do Estado de Mato Grosso, faz-se necessário considerar que a contratação abarca a possibilidade de fornecimento a todos os consorciados, visando a obtenção de uma maior economicidade, dada a possibilidade de diluição dos custos dentro de cada item previsto no edital, através do ganho de escala, racionalidade administrativa e otimização de processos repetitivos. Assim, a divisão do objeto para estabelecimento de cota para ME e EPP e a formação de itens em lotes de valor inferior a R\$80.000,00 mostram-se extremamente desvantajosas para a administração, em razão da redução de escala e consequente perda de economicidade, desvirtuando-se, inclusive, a própria razão para a realização de licitações compartilhadas pelo CINCOP-MT.

Importante considerar também que as empresas vencedoras da licitação devem possuir capacidade para fornecer seus bens ou serviços, o que inclui entrega, logística e custos operacionais em todo o território mato-grossense e, de forma

individual, em cada um dos municípios consorciados, visto que o CINCOP-MT é uma autarquia interfederativa com abrangência estadual, inviabilizando a formação de lotes de pequeno valor para a participação dessas empresas sem que ocorra perda de economicidade na licitação compartilhada.

Assim, devidamente justificado, estão asseguradas as prerrogativas da ME e EPP no presente processo administrativo licitatório, com exceção das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

Todavia, o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 não será concedido nos itens XX e XX, eis que os seus valores estimados são superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **15. DA POSSIBILIDADE DE REUNIÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

Em observância ao disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que admite expressamente a participação de empresas reunidas em consórcio nos procedimentos licitatórios quando a natureza do objeto ou a complexidade de sua execução assim justifica.

Por tal razão, e considerando que o objeto da presente contratação envolve solução educacional integrada de magnitude significativa que articula múltiplas dimensões técnicas e operacionais, será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio,

Para tais fins e para equilibrar a ampliação das possibilidades de participação no certame, objetivo legítimo que fundamenta a admissão de consórcios, com a necessidade de evitar proliferação excessiva de participantes que dificultaria a gestão contratual e a responsabilização em caso de inadimplemento, será admitida a formação de consórcios compostos por no máximo 2 (duas) empresas, limitação que se justifica pela natureza do objeto que, embora complexo, não apresenta especializações técnicas tão diversificadas que exijam reunião de múltiplas empresas com competências altamente especializadas e complementares.

A limitação a dois membros assegura simplicidade na gestão contratual, facilita a identificação de responsabilidades quando da execução das diferentes frentes de trabalho, reduz riscos de conflitos internos entre múltiplos consorciados que poderiam comprometer a execução, e preserva a agilidade na tomada de decisões operacionais durante a execução contratual, evitando necessidade de coordenação entre múltiplos agentes que poderia gerar atrasos ou desencontros prejudiciais ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

As empresas que desejarem participar da licitação reunidas em consórcio deverão, sob pena de inabilitação, atender cumulativamente aos seguintes requisitos formais e substanciais:

**a) Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio:** Apresentação de instrumento jurídico, firmado por representantes legais de todas as empresas consorciadas com poderes estatutários para tanto, que estabeleça de forma clara, expressa e inequívoca: a identificação completa de todas as empresas participantes do consórcio (razão social, CNPJ, endereço, representantes legais);

**b) Indicação da empresa líder do consórcio**, que será responsável pela representação das consorciadas perante a Administração e pela coordenação das atividades do agrupamento; a descrição detalhada das responsabilidades específicas de cada empresa consorciada na execução do objeto contratado, discriminando quais componentes da solução educacional (materiais impressos, plataforma digital, formação continuada) serão executados por cada membro, ou estabelecendo divisão segundo outros critérios objetivos que permitam verificar claramente a contribuição de cada participante;

**c) Percentual de participação de cada consorciado**, que deve corresponder proporcionalmente às responsabilidades assumidas e que definirá a distribuição dos pagamentos contratuais; a expressa assunção de responsabilidade solidária de todas as empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio durante todas as fases da licitação e durante toda a execução contratual, nos termos do artigo 15, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**d) Compromisso de que o consórcio não se dissolverá antes do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais**, permanecendo vigente durante todo o período de execução e durante o prazo de garantia dos materiais;

**e) E ainda, a eleição de foro para dirimir eventuais** conflitos entre os consorciados, que não prejudica a competência da Justiça Federal quando a União integrar o polo passivo da demanda.

A empresa líder indicada no instrumento de constituição do consórcio será a responsável exclusiva pela representação do agrupamento empresarial perante a Administração Pública durante todas as fases da licitação e durante toda a execução contratual.

A indicação de empresa líder não exonera os demais membros do consórcio de suas responsabilidades contratuais, mantendo-se a solidariedade entre todos os consorciados quanto ao integral cumprimento das obrigações assumidas, conforme estabelece expressamente o artigo 15, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, dispositivo que assegura à Administração Pública a faculdade de exigir o cumprimento das obrigações contratuais de qualquer dos consorciados, independentemente das divisões de responsabilidade estabelecidas no acordo interno entre as empresas.

Os pagamentos devidos pela execução contratual serão realizados à empresa líder do consórcio, que assumirá a responsabilidade de distribuir os valores aos demais membros conforme percentuais de participação estabelecidos no instrumento de constituição do consórcio, não cabendo à Administração Pública qualquer ingerência ou responsabilidade sobre esta distribuição interna, que se rege exclusivamente pelos acordos privados celebrados entre as consorciadas.

Eventuais conflitos sobre distribuição de valores entre os membros do consórcio não afetarão os direitos da Administração nem justificarão descumprimentos



de obrigações contratuais, devendo ser resolvidos pelas empresas consorciadas mediante os mecanismos contratuais privados estabelecidos em seu instrumento de constituição.

A aplicação de penalidades administrativas por descumprimento de obrigações contratuais, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar, ou declaração de inidoneidade, poderá ser direcionada solidariamente a todos os membros do consórcio ou, alternativamente quando identificável a responsabilidade específica, ao membro diretamente responsável pelo descumprimento, sem prejuízo da responsabilização solidária dos demais quando a natureza da infração ou a gravidade do dano assim justificar.

A aplicação de sanção a um dos membros do consórcio não exonera automaticamente os demais de suas responsabilidades, subsistindo a obrigação solidária de cumprimento das obrigações contratuais remanescentes.

A eventual subcontratação de parcelas específicas e limitadas do objeto por empresas integrantes do consórcio obedecerá às mesmas regras e limitações estabelecidas no Termo de Referência para licitantes individuais, não sendo admitida subcontratação que caracterize transferência integral ou substancial das responsabilidades assumidas pelo consórcio, que desnature a qualificação técnica que fundamentou a habilitação, ou que comprometa a capacidade de fiscalização e de responsabilização pela Administração Pública. A subcontratação será admitida para fins do fornecimento do material impresso, e ainda, quando admitida nos estritos limites contratuais, não eximirá o consórcio nem seus membros das responsabilidades contratuais perante a Administração, respondendo solidariamente pelos atos, omissões, e qualidade dos serviços prestados por eventuais subcontratados.

A admissão de participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as condições e limitações estabelecidas, representa equilíbrio adequado entre a ampliação das possibilidades de competição, objetivo legítimo que pode resultar em propostas comercialmente mais vantajosas mediante reunião de empresas complementares que isoladamente não teriam capacidade completa para execução do objeto, e a preservação da segurança da contratação mediante estabelecimento de regras claras de responsabilização solidária, de requisitos rigorosos de qualificação individual de todos os membros, e de limitação do número de participantes do consórcio que facilita gestão contratual e responsabilização em caso de inadimplemento, em plena conformidade com o artigo 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e com os princípios da eficiência, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa que devem orientar os processos licitatórios.

## **16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de



preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.

### **16.1. ENTREGA DO OBJETO**

Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ficar ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCOP-MT, que é o Estado de Mato Grosso e seus 142 municípios.

Tratando-se de demanda inédita, o prazo supracitado fora determinado com base naquele utilizado nos processos licitatórios realizados anteriormente pelos municípios para atendimento da mesma demanda. Assim, em razão da regularidade na realização da ampla maioria das entregas, da compatibilidade com as condições usualmente verificáveis no mercado e do atendimento às necessidades dos órgãos e entidades dos entes da federação, verificou-se a adequabilidade em manter-se o prazo anteriormente utilizado.

Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência, dos descritivos e das folhas de dados.

### **16.2. GARANTIA DO OBJETO**

Na eventual ausência de previsão na folha de dados ou descritivos, por se tratar de bens não duráveis, não haverá necessidade de prazo de garantia superior àquele no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e disposições conexas, salvo concessão de prazo maior pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal. A prestação da garantia reger-se-á, de toda forma, pelas disposições do CDC.

No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados. No caso de ausência de folha de dados, o prazo de validade na data da efetiva entrega deverá ser

de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme condições ordinariamente verificadas no mercado.

De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 dias contados a partir do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

## **17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCOP-MT deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br/>, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

O Órgão Gerenciador, nos termos do art. 41, da Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

Em conformidade com o art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 103/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

## **11. CARACTERIZAÇÃO COMO CONTRATAÇÃO CONTINUADA E SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL**

A presente seção dedica-se a fundamentar, do ponto de vista técnico, científico e jurídico, a caracterização da contratação de Kits de Material Paradidático para Prevenção da Violência contra a Mulher na Educação Básica como política pública educacional de natureza continuada, em conformidade com o disposto na Lei nº

14.133/2021, e a demonstrar a necessidade de sua manutenção por ciclos plurianuais para que os resultados educacionais e sociais pretendidos possam ser efetivamente alcançados, consolidados e mensurados.

A análise que se segue articula três planos complementares, o jurídico, identificando os requisitos legais para o enquadramento como contratação continuada, o pedagógico e científico, demonstrando que intervenções educativas de prevenção comportamental exigem tempo mínimo de maturação para produzir resultados aferíveis, e por fim, e o institucional, situando a contratação no quadro dos instrumentos de planejamento e governança dos entes consorciados ao CINCOP-MT e das suas obrigações legais perante a Lei nº 14.164/2021 e a Lei nº 14.889/2024.

### **11.1. Marco jurídico das contratações continuadas**

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto no art. 6º, inciso LXI, e no art. 82, §2º, contratações continuadas são aquelas que atendem a uma necessidade permanente ou prolongada da Administração Pública, de modo que sua interrupção comprometeria a regularidade e a continuidade das atividades essenciais do órgão ou entidade contratante.

A caracterização como contratação continuada não se confunde com a mera repetição anual de compras ou com aquisições esporádicas de natureza eventual.

Trata-se, em verdade, de demanda estrutural, recorrente e indissociável do funcionamento regular da instituição, cuja descontinuidade acarretaria prejuízos concretos ao cumprimento de suas finalidades públicas.

Os requisitos essenciais para enquadramento como contratação continuada, conforme doutrina especializada e jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, são:

- a) necessidade permanente ou prolongada, não eventual ou pontual;
- b) essencialidade para o funcionamento regular da instituição e para o cumprimento das suas finalidades públicas;
- c) ocorrência em ciclos regulares e sucessivos, vinculados à renovação periódica da demanda;
- d) previsibilidade da demanda ao longo de múltiplos exercícios financeiros;
- e) comprometimento real da regularidade institucional em caso de interrupção.

Como se demonstrará nas seções seguintes, a presente contratação atende integralmente a todos esses requisitos.

### **11.2. A prevenção da violência de gênero como necessidade educacional estrutural e permanente**

A implementação de programas pedagógicos de prevenção da violência contra a mulher nas redes municipais de ensino não constitui demanda pontual, transitória ou vinculada a um contexto temporal específico.

Trata-se de necessidade estrutural e permanente, cujo fundamento jurídico é a própria norma de eficácia plena que impõe a inclusão curricular obrigatória, a Lei Federal nº 14.164/2021, sem prazo de vigência ou previsão de cessação da obrigação.

Ao alterar a LDB para incluir, nos arts. 26 e 32, a obrigatoriedade de conteúdos sobre prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher nos currículos da educação básica, o legislador federal estabeleceu uma obrigação permanente dos sistemas de ensino, não um programa temporário.

Da mesma forma, a Lei Federal nº 14.889/2024, ao instituir a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Violência no Ambiente Escolar, determina expressamente a estruturação de programas permanentes, com formação continuada obrigatória dos profissionais da educação.

A permanência da obrigação legal é o primeiro e mais sólido fundamento para a caracterização desta contratação como continuada: enquanto vigente a Lei nº 14.164/2021, os sistemas municipais de ensino dos entes consorciados têm o dever jurídico irrenunciável de manter os conteúdos obrigatórios integrados aos seus currículos, e, portanto, a necessidade de instrumentos pedagógicos estruturados para cumpri-lo não se encerra ao final de um único exercício letivo.

A demanda por materiais paradidáticos de prevenção à violência de gênero é recorrente e previsível, renovando-se anualmente em razão de:

- a) A entrada de novos estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental a cada ano letivo, que nunca tiveram contato com o programa;
- b) A progressão dos estudantes para etapas subsequentes, cada qual com suas especificidades pedagógicas, exigindo materiais adaptados à nova faixa etária e às habilidades da BNCC correspondentes;
- c) A renovação parcial do corpo docente, com ingresso de professores que ainda não passaram pela formação específica do programa;
- d) A necessidade de reposição de materiais desgastados, extraviados ou danificados ao longo do ciclo de uso;
- e) A incorporação de novas escolas e novos municípios participantes, que demandam o kit completo para o lançamento do programa;
- f) A necessidade de acompanhamento pedagógico continuado e de atualização dos indicadores no painel de gestão, que requerem a manutenção ativa da plataforma digital.

A quantidade de estudantes, professores e escolas a serem atendidos pode ser estimada com elevado grau de precisão por meio de dados do Censo Escolar do INEP, tornando a demanda plenamente previsível e planejável ao longo de múltiplos exercícios financeiros.

### **11.3. Fundamento pedagógico e científico**

A formação de valores, competências socioemocionais e comportamentos relacionados à igualdade de gênero e à não violência não é um processo que se conclui em um único ciclo escolar.

A literatura científica na área de psicologia do desenvolvimento, neurociência educacional e avaliação de políticas públicas de prevenção é categórica a esse respeito: mudanças duradouras de atitude e comportamento exigem intervenções continuadas ao longo de múltiplos ciclos formativos.

O **Safe Dates (Foshee et al., 2004)**, programa escolar de referência mundial para prevenção da violência no namoro, demonstrou que os efeitos mais consistentes e estatisticamente robustos sobre as atitudes e comportamentos dos estudantes foram observados apenas 4 anos após o início da intervenção, e não no primeiro ciclo de aplicação.

O estudo identificou que intervenções aplicadas por um único ano letivo produziram efeitos limitados, enquanto a persistência da intervenção ao longo de múltiplos ciclos foi determinante para a consolidação das mudanças comportamentais.

O **programa Shifting Boundaries (Taylor et al., 2013)**, voltado ao ensino fundamental, identificou que os efeitos sobre a redução de violência sexual e assédio entre pares foram mais expressivos nas avaliações realizadas 6 meses após o início da intervenção do que nas avaliações imediatas, indicando que o impacto pedagógico se manifesta progressivamente, e não de forma instantânea.

A **neurociência do desenvolvimento (Siegel, 2012)** explica esse fenômeno: a consolidação de novos padrões de comportamento social e relacional requer processos de repetição, reforço e integração que se desenvolvem ao longo do tempo, à medida que novas conexões neurais se fortalecem.

Uma única exposição ao conteúdo, por mais qualificada que seja, não é suficiente para produzir mudança comportamental duradoura.

No contexto educacional brasileiro, esse princípio é reforçado por um fator específico, a curva de apropriação metodológica pelos professores. A formação docente presencial realizada no lançamento do programa, prevista como componente obrigatório dos kits, inicia o processo de qualificação, mas a plena apropriação da metodologia pelo professor ocorre gradualmente, ao longo de múltiplas aplicações do programa em turmas consecutivas.

Estudos sobre difusão de inovações pedagógicas indicam que professores atingem o pico de eficiência na aplicação de novos materiais apenas a partir do segundo ou terceiro ciclo de uso.

#### **11.4. Os ciclos de avaliação e a impossibilidade de mensuração em um único exercício**

A presente contratação insere-se em um contexto institucional mais amplo de avaliação de políticas públicas educacionais, cujos principais instrumentos possuem periodicidade que impede a mensuração confiável de resultados em apenas um exercício letivo:

**a) Avaliações externas de larga escala:** as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB, realizadas pelo INEP a cada 2 (dois) anos, constituem o principal instrumento de mensuração do impacto de políticas educacionais sobre a aprendizagem dos estudantes. Uma política implementada em 2025 terá seus efeitos iniciais refletidos no SAEB 2025 (divulgação prevista em 2026) e, de



forma mais consistente, no SAEB 2027 (divulgação em 2028), quando será possível estabelecer série histórica comparável antes e depois da intervenção.

**b) Indicadores de violência escolar e doméstica:** os indicadores sobre violência de gênero, registros de feminicídio, medidas protetivas e violência doméstica, são produzidos anualmente pelo CNJ, pela Secretaria de Segurança Pública e pelo IBGE, e sua variação em resposta a intervenções educativas somente é estatisticamente detectável em séries históricas de 3 a 5 anos, dado que refletem fenômenos sociais complexos com múltiplos determinantes além da educação escolar.

**c) Indicadores de atitude e comportamento dos estudantes:** pesquisas sobre mudança de atitudes relacionadas a gênero e violência; os outcomes primários desta contratação, exigem instrumentos de avaliação longitudinal aplicados antes, durante e após a intervenção, em intervalos mínimos de 1 a 2 anos, para que os dados tenham validade estatística.

**d) Indicadores de formação docente:** a consolidação das competências pedagógicas dos professores para abordar temas sensíveis de gênero em sala de aula com segurança e profundidade é um processo que se desenvolve ao longo de múltiplos ciclos letivos, sendo mensurável apenas por meio de avaliações de desempenho aplicadas ao longo do tempo.

A estrutura temporal desses indicadores demonstra, de forma técnica e objetiva, que qualquer política pública de prevenção da violência de gênero implementada em 2025 somente poderá ter seus resultados adequadamente mensurados a partir de 2027 ou 2028, quando estarão disponíveis dados comparáveis de pelo menos dois ciclos completos de aplicação.

#### **11.5. Riscos da descontinuidade prematura**

A eventual interrupção da política pública de prevenção à violência de gênero nas escolas antes da conclusão de, no mínimo, 2 (dois) ciclos escolares completos acarretaria os seguintes riscos e prejuízos concretos, mensuráveis e juridicamente relevantes:

**a) Risco pedagógico:** Interrupção do processo de formação de competências socioemocionais antes da consolidação dos valores de igualdade de gênero, respeito e não violência, comprometendo a trajetória formativa dos estudantes e revertendo parcialmente os ganhos já obtidos no primeiro ciclo de aplicação;

**b) Risco de violação legal:** Descontinuação de política pública exigida por lei de eficácia plena (Lei nº 14.164/2021), potencialmente configurando omissão administrativa relevante

dos gestores municipais, sujeita à responsabilização pelos órgãos de controle;

**c) Risco metodológico:** Perda do investimento já realizado na formação docente e no desenvolvimento da curva de apropriação metodológica dos professores, que demanda tempo para consolidação e retorna ao ponto de partida em caso de descontinuação;

**d) Risco administrativo e financeiro:** Desperdício dos recursos públicos já aplicados na aquisição dos materiais do primeiro ciclo, na implementação da plataforma digital e na capacitação das equipes, sem que os resultados educacionais e sociais pretendidos tenham sido alcançados ou mensurados;

**e) Risco institucional:** Frustração da confiança legítima da comunidade escolar, estudantes, famílias, professores e gestores, na continuidade das políticas públicas educacionais, gerando insegurança institucional e comprometendo o engajamento das escolas com futuras iniciativas do CINCOP-MT;

**f) Risco de inefetividade:** Impossibilidade de aferição confiável dos resultados nos indicadores educacionais e de segurança pública, inviabilizando a prestação de contas à sociedade sobre a efetividade dos investimentos realizados e o cumprimento das obrigações legais;

**g) Risco de responsabilização dos gestores:** Potencial questionamento pelos Tribunais de Contas por adoção de política pública descontinuada, caracterizando má gestão dos recursos públicos e violação aos princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

#### **11.6. Planejamento plurianual e Sistema de Registro de Preços como instrumentos de continuidade**

Em face das considerações técnicas, científicas e jurídicas expostas, justifica-se plenamente a opção pelo Sistema de Registro de Preços — SRP com vigência plurianual, nos termos dos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

O art. 84 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a ata de registro de preços terá validade de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso.

No caso concreto, o CINCOP-MT planeja a contratação mediante SRP com vigência inicial de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente até o limite de 36 (trinta e seis) meses, assegurando a continuidade da política pública pelo período mínimo tecnicamente necessário para a mensuração confiável de resultados, correspondente a dois ciclos escolares completos, com avaliação de impacto possível no SAEB 2027.

As vantagens da adoção do SRP plurianual para esta contratação específica são as seguintes:

- a) Assegura a continuidade da política pública de prevenção à violência de gênero ao longo dos ciclos letivos necessários para formação consolidada de competências socioemocionais nos estudantes e para a plena apropriação metodológica pelos professores;
- b) Garante preços registrados e estáveis, protegendo a Administração de oscilações de mercado e de inflação nos insumos do mercado editorial e tecnológico;
- c) Permite o planejamento orçamentário e pedagógico de médio prazo, com previsibilidade de recursos e ações, facilitando a incorporação da política nos Planos Municipais de Educação e nos PPAs municipais;
- d) Reduz os custos administrativos ao evitar a necessidade de realização de múltiplos processos licitatórios anuais para o mesmo objeto, com toda a carga burocrática e o risco de descontinuidade que os hiatos entre licitações sucessivas produzem;
- e) Facilita a gestão contratual ao manter fornecedor único, padronização metodológica e garantia de continuidade do suporte técnico e pedagógico, sem necessidade de novo período de apropriação a cada ciclo;
- f) Possibilita adesões futuras por outros municípios, consórcios ou entes públicos que desejem implementar o mesmo programa, ampliando o alcance social da política e maximizando a economicidade dos recursos públicos empregados.

#### **11.7. Alinhamento aos instrumentos de planejamento dos entes consorciados**

A presente contratação insere-se no planejamento estratégico das Secretarias Municipais de Educação dos entes consorciados ao CINCOP-MT e alinha-se aos seguintes instrumentos de governança e de política pública:

- a) **Plano Municipal de Educação — PME:** os PMEs aprovados pelos municípios consorciados em cumprimento à Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação) estabelecem metas de melhoria da qualidade da educação básica, de equidade no acesso e de redução das desigualdades educacionais. A implementação de programas pedagógicos obrigatórios nos termos da Lei nº 14.164/2021 é condição de conformidade dos sistemas municipais com as metas do PME;
- b) **Plano Plurianual — PPA Municipal:** os PPAs dos municípios consorciados preveem ações voltadas à garantia da qualidade da educação básica e ao cumprimento das obrigações legais em matéria educacional. A presente contratação deve ser incorporada às programações plurianuais como política estruturante, não como despesa eventual;

**c) Plano de Ações Articuladas — PAR:** os PARs pactuados com o Ministério da Educação estabelecem compromissos de implementação de políticas educacionais obrigatórias, incluindo os conteúdos curriculares determinados pela LDB. A conformidade com a Lei nº 14.164/2021 integra esse conjunto de compromissos;

**d) Agenda 2030 da ONU — ODS 4 (Educação de Qualidade):** O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 estabelece a meta de "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

A formação para a igualdade de gênero, a não violência e o desenvolvimento socioemocional integra o conceito de educação de qualidade previsto na Agenda 2030, conferindo à presente contratação dimensão de compromisso com o desenvolvimento sustentável;

**e) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:** o CINCOP-MT, ao conduzir esta contratação, contribui ativamente com a política nacional de prevenção da violência de gênero, atuando na sua dimensão educativa e preventiva, que é reconhecida internacionalmente como a mais custo-efetiva das intervenções de enfrentamento ao ciclo da violência.

A continuidade da política pública de prevenção à violência de gênero nas escolas é condição essencial para o cumprimento das metas estabelecidas nesses instrumentos de planejamento, reforçando o compromisso institucional do CINCOP-MT e dos municípios consorciados com a melhoria contínua da qualidade educacional e com a proteção dos direitos fundamentais das mulheres.

#### **11.8. Compromisso institucional do CINCOP-MT com a continuidade da política**

Com a presente contratação, o CINCOP-MT assume e demonstra responsabilidade institucional com a educação dos próximos anos, um compromisso formal de assegurar a continuidade da política pública de prevenção à violência de gênero nas escolas pelo período mínimo de 3 (três) anos letivos, ressalvadas situações de força maior, caso fortuito ou alteração substancial das condições fáticas que motivaram a contratação.

Esse compromisso fundamenta-se na compreensão de que:

- a)** A descontinuidade prematura frustraria a finalidade pública pretendida pela Lei nº 14.164/2021 e pela Lei nº 14.889/2024;
- b)** Caracterizaria má gestão dos recursos públicos já investidos, em violação aos princípios da eficiência e da economicidade;

- c) Violaria a confiança legítima da comunidade escolar e das famílias na estabilidade das políticas educacionais municipais;
- d) Impediria a mensuração dos resultados obtidos, tornando impossível a prestação de contas à sociedade sobre a efetividade do programa.

A cada exercício, o CINCOP-MT e as Secretarias Municipais de Educação dos entes participantes promoverão a avaliação de resultados parciais, por meio dos indicadores disponíveis no painel de gestão da plataforma digital, das avaliações de proficiência e dos registros de situações de risco identificadas nas escolas, ajustando estratégias pedagógicas quando necessário, mas mantendo a continuidade estrutural da política pelo período técnico e juridicamente recomendado.

#### **11.9. Conclusão quanto ao enquadramento como contratação continuada**

Com base nas considerações técnicas, científicas, jurídicas e institucionais acima expostas, conclui-se que a contratação de Kits de Material Paradidático para Prevenção da Violência contra a Mulher na Educação Básica, objeto do presente ETP, enquadra-se como contratação continuada nos termos da Lei nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos consolidados:

- a) Atende a necessidade permanente e prolongada da Administração Pública consorcial, consistente no cumprimento da obrigação legal imposta pela Lei nº 14.164/2021 e pela Lei nº 14.889/2024, normas de eficácia plena, sem prazo de extinção da obrigação;
- b) Sua interrupção comprometeria gravemente a regularidade das atividades finalísticas das Secretarias Municipais de Educação dos entes consorciados, expondo os gestores à responsabilização por descumprimento de dever legal;
- c) A demanda é recorrente, previsível e indissociável do funcionamento regular da rede municipal de ensino, renovando-se anualmente pela entrada de novos estudantes, pela progressão das turmas e pela necessidade de atualização da formação docente;
- d) A literatura científica sobre prevenção de violência de gênero e a periodicidade dos instrumentos nacionais de avaliação educacional (SAEB bienal, indicadores anuais de violência doméstica) demonstram que resultados confiáveis demandam período mínimo de 2 a 3 anos de intervenção continuada;
- e) A descontinuidade antes desse prazo acarretaria riscos pedagógicos, legais, administrativos, financeiros e institucionais significativos, documentados nesta seção;
- f) A adoção do Sistema de Registro de Preços com vigência plurianual de até 36 meses é a alternativa mais adequada, vantajosa e eficiente para assegurar a continuidade da política pública, em estrita conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Federal nº 11.462/2023.



A presente contratação não se caracteriza, portanto, como mera repetição anual de compras, mas como política pública estruturante e continuada, essencial para o cumprimento das obrigações constitucionais e legais dos entes consorciados ao CINCOP-MT em matéria de educação básica e de proteção dos direitos fundamentais das mulheres, com impacto social que se projeta para além do ciclo escolar imediato, alcançando as gerações futuras que a escola tem o poder e o dever de formar.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **12.1. MEDIÇÃO**

Por se tratar de simples aquisição de bens comuns, inexistem critérios de medição a serem fixados.

### **12.2. PAGAMENTO**

O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor do licitante vencedor mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor.

O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Cuiabá - MT, 30 de junho de 2026.

<b>ORDENADOR DE DESPESAS</b>	<b>CONTABILIDADE</b>
Presidente Do CINCOP-MT	Contador(a)
<b>SOLICITANTE</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA CESTA DE PREÇOS</b>
Hélio Schneider Paulus Neto Secretário Executivo do CINCOP-MT	Planejamento de Licitações e Compras do CINCOP-MT

**ANEXO I**

**Processo Administrativo nº 004/2026**

**ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor da contratação foi estimado a partir dos quantitativos expostos no Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução n. 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Contudo, conforme disposto no Termo de Referência, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da melhor proposta para a administração, nos termos da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021, o valor estimado ou valor máximo deste edital será sigiloso, razão pela qual os valores não foram incluídos no corpo do Termo de Referência, mas neste anexo, o qual apenas será disponibilizado ao público somente após o encerramento do envio de lances.

**RETIRADO EM VIRTUDE DO SIGILO**

Cuiabá - MT, 30 de junho de 2026.

**HÉLIO SCHNEIDER PAULUS NETO**  
Secretário Executivo do CINCOP-MT

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº

14.063/2020

## **ANEXO II**

### **MEMÓRIAL DESCRITIVO DOS MATERIAIS**

**ITEM 1 – Material paradidático destinado a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo:**

#### **1.1 – Destinado a 1º Ao 5º Ano do Ensino Fundamental**

Material destinado para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.

O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.

**ITEM 2 – Material paradidático destinado às responsáveis do sexo feminino (mãe ou figura materna) dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher, ao fortalecimento da autoestima, à identificação de situações de risco e ao conhecimento e acesso à rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo:**

#### **2.1 – Destinado aos responsáveis do sexo feminino 1º Ao 5º Ano do Ensino Fundamental**

Material destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com conteúdo adaptado ao público, abordando a identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, a compreensão das dinâmicas de relações abusivas, o desenvolvimento da autoestima, a valorização pessoal, o estabelecimento de limites nas relações interpessoais e a prevenção de relacionamentos abusivos, utilizando linguagem acessível, abordagem pedagógica adequada e metodologia participativa voltada à reflexão e ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 pg.

**ITEM 3 – Material paradidático destinado aos responsáveis do sexo masculino (pai ou figura paterna) dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, voltado ao fortalecimento da autoestima, à identificação de situações de risco, ao**

**conhecimento e acesso à rede de apoio e à promoção de relações familiares e sociais saudáveis. O material deverá conter, no mínimo**

**3.1 – Destinado aos responsáveis do sexo masculino, 1º Ao 5º Ano do Ensino Fundamental**

Material destinado aos responsáveis do sexo masculino (pai ou figura paterna) dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com conteúdo voltado ao fortalecimento da autoestima, à identificação de situações de risco e ao acesso à rede de apoio. O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, promovendo reflexões sobre o que é ser homem na sociedade contemporânea, a prevenção ao uso de álcool e drogas, a promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica adequada ao público-alvo.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 pg.

**ITEM 4 – Material paradidático destinado a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo:**

**4.1 – Destinado a 6º Ao 9º Ano do Ensino Fundamental**

Material destinado para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.

O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.

**ITEM 5 – Material paradidático destinado às responsáveis do sexo feminino (mãe ou figura materna) dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher, ao fortalecimento da autoestima, à identificação de situações de risco e ao conhecimento e acesso à rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo:**

**5.1 – Destinado aos responsáveis do sexo feminino 6º Ao 9º Ano do Ensino**

### **Fundamental**

Material destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com conteúdo adaptado ao público, abordando a identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, a compreensão das dinâmicas de relações abusivas, o desenvolvimento da autoestima, a valorização pessoal, o estabelecimento de limites nas relações interpessoais e a prevenção de relacionamentos abusivos, utilizando linguagem acessível, abordagem pedagógica adequada e metodologia participativa voltada à reflexão e ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 pg.

**ITEM 6 – Material paradidático destinado aos responsáveis do sexo masculino (pai ou figura paterna) dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, voltado ao fortalecimento da autoestima, à identificação de situações de risco, ao conhecimento e acesso à rede de apoio e à promoção de relações familiares e sociais saudáveis. O material deverá conter, no mínimo**

### **6.1 – Destinado aos responsáveis do sexo masculino, 6º Ao 9º Ano do Ensino Fundamental**

Material destinado aos responsáveis do sexo masculino (pai ou figura paterna) dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com conteúdo voltado ao fortalecimento da autoestima, à identificação de situações de risco e ao acesso à rede de apoio. O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, promovendo reflexões sobre o que é ser homem na sociedade contemporânea, a prevenção ao uso de álcool e drogas, a promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica adequada ao público-alvo.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 pg.

**ITEM 7 – Material paradidático destinado aos alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA, voltado à prevenção da violência contra a mulher, à promoção de relações respeitadas e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares aplicáveis à modalidade. O material deverá conter, no mínimo:**

### **7.1 – Destinado aos alunos da Educação de Jovens, Adulto e Idosos (EJA)**

Material destinado aos alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA, com linguagem acessível, clara e contextualizada à realidade do público jovem, adulto e



idoso, abordando temas relacionados à prevenção da violência contra a mulher, violência doméstica, direitos da mulher, canais de apoio e proteção, igualdade de gênero, respeito mútuo e desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à construção de relações saudáveis e respeitadas. O conteúdo deverá ser apresentado de forma reflexiva e educativa, promovendo a conscientização, a cidadania e o enfrentamento das diversas formas de violência.

Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m<sup>2</sup>, impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg.

Conteúdo estruturado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, alinhado às diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, podendo contemplar, de forma complementar, as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.

**ITEM 8 – Kit de material paradidático destinado a professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. O kit deverá conter, no mínimo:**

#### **8.1 – Destinado aos professores do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental**

Kit destinado a professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, contemplando, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula.

Deverá conter guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos.

Deverá disponibilizar acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos.

Deverá contemplar acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação.

O conjunto deverá ser composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.

Deverá contemplar evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência

contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.

As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas.

**ITEM 9 – Kit de material paradidático destinado a professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. O kit deverá conter, no mínimo:**

**9.1 – Destinado aos professores do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental**

Kit destinado a professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, contemplando, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula.

Deverá conter guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos.

Deverá disponibilizar acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos.

Deverá contemplar acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação.

O conjunto deverá ser composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.

Deverá contemplar evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades

locais.

As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas.

**ITEM 10 – Kit de material paradidático destinado a professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. O kit deverá conter, no mínimo:**

**10.1 – Destinado aos professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA**

Kit destinado a professores da educação de jovens, adultos e idosos (EJA), contemplando, de forma integrada, recursos pedagógicos, formativos e materiais de apoio para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula.

Deverá conter guia do docente com orientações didáticas, sugestões de atividades, planos de aula sequenciais para aplicação em período mínimo de 12 (doze) semanas e estratégias de avaliação voltadas ao desenvolvimento socioemocional, adequadas à faixa etária dos alunos.

Deverá disponibilizar acesso à plataforma digital de formação pedagógica, contendo recursos para capacitação continuada, disponibilização de conteúdos, acompanhamento da execução das atividades, registro de evidências e monitoramento da participação dos alunos.

Deverá contemplar acompanhamento técnico por equipe especializada em educação e desenvolvimento socioemocional, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da entrega dos kits, por meio de canais digitais de suporte e orientação.

O conjunto deverá ser composto por, no mínimo, 03 (três) publicações paradidáticas distintas, sendo: 01 (uma) destinada ao professor, com orientações pedagógicas, planos de aula e diretrizes para aplicação em sala de aula, contendo no mínimo 95 (noventa e cinco) páginas; 01 (uma) destinada ao público masculino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, promoção de relações respeitadas e desenvolvimento socioemocional, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas; e 01 (uma) destinada ao público feminino, com abordagem educativa complementar voltada à prevenção da violência, autoestima, direitos e fortalecimento pessoal, contendo no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas.

Deverá contemplar evento de sensibilização institucional sobre prevenção da violência contra a mulher no ambiente escolar, para compras acima de 5.000 (cinco mil) alunos, com duração mínima de 2 (duas) horas, conduzido por profissional ou equipe com comprovada experiência e capacidade técnica na temática de gênero, violência doméstica e direitos da mulher. O escopo deverá abranger o planejamento, a organização logística e a execução do evento, incluindo a participação de autoridades locais.

As publicações deverão possuir formato aproximado de 200 x 270 mm, capa em papel cartão com gramatura mínima de 250 g/m<sup>2</sup>, acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m<sup>2</sup>, com impressão colorida em todas as páginas.

**ITEM 11 – Sistema educativo de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher, destinado a estudantes, servidoras e docentes, com foco na orientação comportamental, emocional, física e psicossocial, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, Lei Federal nº 14.889/2024 e demais normativas aplicáveis. O sistema deverá conter, no mínimo:**

**10.1 – Destinado a estudantes, servidoras e docentes**

Sistema educativo destinado a estudantes, servidoras e docentes, com foco na orientação comportamental, emocional, física e psicossocial, voltado ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Deverá disponibilizar conteúdos educativos digitais voltados à prevenção da violência doméstica, orientação socioemocional, identificação de situações de risco e encaminhamento para redes de apoio.

Deverá disponibilizar acesso a ambiente digital, por meio de plataforma e/ou aplicativo, que possibilite a interação com os conteúdos, incluindo recursos de apoio ao usuário em situações de vulnerabilidade.

Deverá possuir funcionalidade de solicitação de ajuda, com possibilidade de envio de alertas (SOS) a contatos previamente cadastrados pelo usuário.

Deverá contemplar recursos de compartilhamento de localização, quando aplicável, condicionados ao consentimento expresso do usuário e à observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Deverá disponibilizar relatórios periódicos, em formato consolidado e anonimizado, destinados à Administração Pública, contendo informações que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Os conteúdos deverão ser estruturados com base em estudos e evidências na área de comportamento e violência doméstica, apresentados em linguagem acessível ao público-alvo.

O sistema deverá ser acessível por meio digital, com compatibilidade para dispositivos móveis e computadores, garantindo usabilidade, acessibilidade e disponibilidade aos usuários.

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao  
**Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT**  
A/C Pregoeiro do PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026  
Cuiabá - Mato Grosso

**PROPOSTA**

O proponente a seguir identificado:

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>NOME FANTASIA:</b>	
<b>LOGRADOURO:</b>	<b>NÚMERO:</b>	
<b>COMPLEMENTO:</b>	<b>BAIRRO:</b>	
<b>CIDADE:</b>	<b>CEP:</b>	
<b>TELEFONE FIXO:</b>	<b>EMAIL:</b>	
<b>BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA:</b>	<b>CONTA:</b>
<b>REPRESENTANTE:</b>	<b>TELEFONE:</b>	

Em atendimento ao disposto no PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer as mercadorias objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa



**ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

**(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_,  
Inscrição Estadual Nº. \_\_\_\_\_ estabelecida na rua e/ou  
avenida \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, atesta  
para os devidos fins que a Empresa \_\_\_\_\_, com sede  
na \_\_\_\_\_, executa/executou/forneceu produtos do objeto desta  
licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na  
contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. \_\_\_\_\_;  
02. \_\_\_\_\_;  
03. \_\_\_\_\_.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos atestados/e  
ou Certidões:**

- a) *O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:*
  - *Identificação clara do emitente e do signatário;*
  - *Descrição detalhada dos serviços prestados ou materiais fornecidos;*
  - *Declaração de que os serviços ou fornecimentos foram realizados de maneira satisfatória.*
- b) *Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:*
  - *Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;*
  - *Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.*
- c) *A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.*

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Declara a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Declara o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Declara o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declara o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- Declara a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no plataforma <https://licitanet.com.br/>
- Declara que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Declara que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- Declara que tem pleno conhecimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- Declara que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)
- Declara que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- Declara que o pleno conhecimento critério de desempate (se houver) será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar n° 123/2006)**

\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade R.G. n°. \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_\_ e do CPF/MF n°. \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n° \_\_\_\_\_, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n°. 123/2006 e alterações Lei Complementar 147/2014.

Declara de que não incorreram em qualquer das situações previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações Lei Complementar 147/2014., especialmente quanto ao limite de receita bruta para a definição de microempresa e de empresa de pequeno porte.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. na forma do [art. 8º da Instrução Normativa n°. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC](#).

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**ANEXO VI - QUANTITATIVOS ESTIMADOS PARA CONSUMO<sup>21</sup>**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026**

**1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR**

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	DIRETOR EXECUTIVO
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCOP	AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA,3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO	59.558.305/0001-66	JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

**2 - RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ÓRGÃO	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCOP	AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA,3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO	59.558.305/0001-66	JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

**ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

1.1. CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCOP, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 59.558.305/0001-66, com sede na AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA,3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO, na cidade de CUIABÁ-MT, representado por seu(ua) PRESIDENTE, LEVI RIBEIRO:

Item/Quantidade: 1/110131,0000; 2/110131,0000; 3/110131,0000; 4/11492,0000; 5/11492,0000; 6/11492,0000; 7/399,0000; 8/2898,0000; 9/302,0000; 10/20,0000; 11/67632,0000

<sup>21</sup> Obs.: O quantitativo citado, como preleciona as normas sobre Sistema de Registro de Preço, representa uma mera expectativa de contratação, não vinculando a administração à sua efetivação.

**TOTAL ESTIMADO PARA CONSUMO DE TODOS OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ITEM	IDBSERV	CÓDIGO	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	1464	1469	110.131,00	UNIDADE	Material paradidático destinado a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo: a) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária; b) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg. c) O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.(COP1469)
2	1465	1470	110.131,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas.(COP1470).
3	1466	1471	110.131,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas.(COP1471).



4	1467	1472	11.492,00	UNIDADE	Material paradidático destinado a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo: a) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária; b) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg. c) O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1472).
5	1468	1473	11.492,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas.(COP1473).
6	1469	1474	11.492,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitosas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1474).

7	1470	1475	399,00	UNIDADE	Material paradidático destinado a alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJA, voltado à prevenção da violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares aplicáveis à modalidade. O kit deverá conter, no mínimo: a) Publicação destinada ao aluno, com linguagem acessível, clara e contextualizada à realidade do público jovem, adultos e idoso, abordando temas como violência doméstica, direitos da mulher, canais de apoio e desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à construção de relações respeitadas; b) publicação com projeto gráfico e editorial compatível com o público adulto, sendo impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 páginas; c) conteúdo estruturado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, alinhado às diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, podendo contemplar, de forma complementar, as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.(COP1475).
8	1471	1476	2.898,00	UNIDADE	Kit de material paradidático destinado a professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. (COP1476)
9	1472	1477	302,00	UNIDADE	Kit de material paradidático destinado a professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. (COP1477).
10	1473	1478	20,00	UNIDADE	EJA Kit de material paradidático destinado a professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJA, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares da modalidade. (COP1478).
11	1474	1479	67.632,00	UNIDADE	Sistema educativo de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher, destinado a estudantes, servidoras e docentes, com foco na orientação comportamental, emocional, física e psicossocial, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, Lei Federal nº 14.889/2024 e demais normativas aplicáveis. (COP1479)

**TABELA DE REFERÊNCIA DOS ITENS**

ITEM	IDBSERV	CÓDIGO	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
------	---------	--------	-----	---------	-----------

1	1464	1469	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo: a) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária; b) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg. c) O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.(COP1469)
2	1465	1470	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas.(COP1470).
3	1466	1471	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas.(COP1471).

4	1467	1472	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, voltado à prevenção da violência contra a mulher e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O material deverá conter, no mínimo: a) publicação destinada para discentes, com conteúdo adaptado ao público infantil, abordando igualdade de gênero, respeito, não violência, diversidade e autoestima, com metodologia ativa, exercícios de inteligência socioemocional e linguagem acessível à faixa etária; b) Deverá possuir projeto gráfico e editorial compatível com o público infantil, sendo impressa em formato aproximado de 200 x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75g/m², impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 pg. c) O conteúdo deverá estar organizado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, com alinhamento as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças. (COP1472).
5	1468	1473	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do sexo feminino (mãe ou figura materna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada à faixa etária, temas como identificação de situações de abuso e suas diferentes formas, compreensão de dinâmicas de relações abusivas, desenvolvimento da autoestima, valorização pessoal, estabelecimento de limites nas relações interpessoais e prevenção de relacionamentos abusivos, com linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas.(COP1473).
6	1469	1474	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado ao responsável dos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do sexo masculino (pai ou figura paterna), com conteúdo de fortalecimento da autoestima, identificação de situações de risco e rede de apoio. O material deverá conter, no mínimo: a) O conteúdo deverá abordar, de forma adequada, a construção sociocultural do papel masculino, incluindo reflexões sobre o que é ser homem, prevenção ao uso de álcool e drogas, promoção de relações respeitadas com mulheres, filhos e comunidade, bem como os impactos negativos da agressividade nas relações familiares e sociais, utilizando linguagem acessível e abordagem pedagógica, b) A publicação deverá ser impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m², acabamento em lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m², com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 25 páginas. (COP1474).

7	1470	1475	1,00	UNIDADE	Material paradidático destinado a alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJAI, voltado à prevenção da violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares aplicáveis à modalidade. O kit deverá conter, no mínimo: a) Publicação destinada ao aluno, com linguagem acessível, clara e contextualizada à realidade do público jovem, adultos e idoso, abordando temas como violência doméstica, direitos da mulher, canais de apoio e desenvolvimento de habilidades socioemocionais voltadas à construção de relações respeitadas; b) publicação com projeto gráfico e editorial compatível com o público adulto, sendo impressa em formato aproximado de 200 mm x 270 mm, com capa em papel cartão de gramatura mínima de 250 g/m <sup>2</sup> , acabamento com lombada quadrada ou tecnologia equivalente, e miolo em papel offset com gramatura mínima de 75 g/m <sup>2</sup> , com impressão colorida em todas as páginas, contendo no mínimo 95 páginas; c) conteúdo estruturado de forma progressiva, permitindo aplicação em ambiente escolar, alinhado às diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, podendo contemplar, de forma complementar, as competências gerais da BNCC, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento socioemocional, ética, cidadania e respeito às diferenças.(COP1475).
8	1471	1476	1,00	UNIDADE	Kit de material paradidático destinado a professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. (COP1476)
9	1472	1477	1,00	UNIDADE	Kit de material paradidático destinado a professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher em sala de aula, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com a BNCC. (COP1477).
10	1473	1478	1,00	UNIDADE	EJAI Kit de material paradidático destinado a professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos — EJAI, com subsídios metodológicos para a abordagem pedagógica dos temas de prevenção à violência contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, a Lei Federal nº 14.889/2024 e com as diretrizes curriculares da modalidade. (COP1478).
11	1474	1479	1,00	UNIDADE	Sistema educativo de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher, destinado a estudantes, servidoras e docentes, com foco na orientação comportamental, emocional, física e psicossocial, em conformidade com a Lei Federal nº 14.164/2021, Lei Federal nº 14.889/2024 e demais normativas aplicáveis. (COP1479)



**ANEXO VII – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte cinco, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CINCOP/MT**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 59.558.305/0001-66 e com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Hélio Schneider Paulus Neto, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os Municípios: Acorizal, Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Apiacás, Araputanga, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Campinápolis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Castanheira, Claudia, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Confresa, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Juara, Juruena, Lambari do Oeste, Marcelândia, Mirassol D'Oeste, Nortelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antonio, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Poconé, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Rondonópolis, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Antonio do Leste, São Felix do Araguaia, São José do Rio Claro, Sapezal, Serra Nova Dourada, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Tesouro, Torixoreu, União do Sul, Vale do São Domingos, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, seus órgãos e entidades que compõem a administração pública direta e indireta, os órgãos ou entidade cooperadas, mediante convênio aprovado por lei, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, do Sistema de Registro de Preços, e passam a integrar a Ata de Registro de Preços após manifestação, RESOLVEM Registrar os Preços das empresas: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Resoluções nº 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009 e 014 e suas alterações, todas do ano de 2025 do CINCOP-MT e da Lei Federal n. 14.133, de 2021, nos casos omissos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **contratação de empresa especializada no fornecimento de kits de material paradidático para implementação de programa de prevenção à violência contra a mulher na educação básica, destinados ao atendimento integral dos alunos, responsáveis e professores da rede pública de educação**, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, órgãos e entidades da

administração direta e indireta, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO**

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.3 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA –DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO/GARANTIA**

3.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.1.5 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.

3.1.6 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.2.2 – Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.

3.3 – O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

3.4 – Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo **12 (doze) meses** contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.

3.5 – As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta Ata, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.

4.1.3 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

4.1.3.1 – Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.

4.1.3.2. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração

entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

4.1.4. - Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ATA, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital e da cláusula nona, desta ata.

4.5 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas na cláusula sexta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCOP-MT, disponibilizado no endereço eletrônico: ;

- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCOP-MT;
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- i) emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos;
- j) a nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os Tributos passível de retenção pelo Órgão Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012.

#### 5.2 – Será de responsabilidade do órgão participante:

- a) pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- b) fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- c) indicar prepostos para contato com os responsáveis da FORNECEDORA;
- d) cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- e) demais disposições contidas nesta ata e na lei.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCOP-MT ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor



o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

- g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 – A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCOP-MT deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

7.2 – O Órgão Gerenciador, nos termos da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

7.3 – A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

7.4 – Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

7.5 – Em conformidade com o art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 003/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante

a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1 – As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 001/2025, do CINCOP-MT ou outra que vier a substituir.

9.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I. convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido em aplicação de penalidade; e
- III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2 – É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI. for declarado inidôneo nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

10.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. por razão de interesse público; ou
- II. a pedido do fornecedor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e seguintes.

11.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

12.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 002/2025, Pregão, na Forma Eletrônica Nº 001/2025, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, Órgão Gerenciador.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA**

13.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será do dia ... de ... de 2025 ao dia ... de ... de 2026.

13.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

13.3 – O prazo de vigência para a execução dos contratos (autorizações de fornecimento) decorrentes desta Ata de Registro de Preços será idêntico ao prazo de entrega do bem.

13.3.1 – O prazo de vigência do contrato (autorização de fornecimento) será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

13.3.2 – O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de entrega do bem, e a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

13.3.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCOP-MT) ou para os Órgãos Participantes a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

15.1 – As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

15.2 – As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

15.4 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO**

16.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS**



17.1 – Tabela de itens e preços registrados:

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

**ANEXO VIII – MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE Nº ....**  
**ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

ÓRGÃO GERENCIADOR: .....  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: .....  
FORNECEDOR: .....  
CNPJ DO FORNECEDOR: .....  
OBJETO: .....  
VIGÊNCIA: .....  
PRAZO DE ENTREGA: .....  
VINCULAÇÃO: .....

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, ....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., ....., inscrito no CNPJ sob nº. ...., neste ato representado pelo (a) ....., através desta manifestação concordamos com o processo administrativo licitatório vinculado e passamos a integrar a Ata de Registro de Preços acima, aprovando os seus termos, sendo permitida a utilização do registro de preços, a partir da sua assinatura, servindo o presente documento como comprovação para os fins legais.

Fica previamente autorizado o Órgão Gerenciador processar, autorizar e formalizar o remanejamento interno de itens entre os Órgãos Participantes, com a redução ou acréscimo do quantitativo inicialmente informado na Intenção de Registro de Preços - IRP, cooperando para atendimento das necessidades dos demais Órgãos Participantes.

Através da presente manifestação ficamos cientificados que a contratação deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade deste Órgão Participante o momento a justificativa e vantajosidade da contratação, observadas a disponibilidade orçamentária e prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

Fica autorizado o Órgão Gerenciador a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do Órgão Participante.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a esta Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

E por estar compromissado, assina a presente manifestação.

..... (MT), ...../...../ 2025

**ÓRGÃO PARTICIPANTE**

Assinatura<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.



**ANEXO IX – FOLHA DE DADOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

